www.correiobraziliense.com.br
LONDRES, 1808, HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA. BRASÍLIA, 1960, ASSIS CHATEAUBRIAND

CORREIO BRAZILIENSE

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, QUINTA-FEIRA, 26 DE JUNHO DE 2025
NÚMERO 22.742 • 34 PÁGINAS • R$ 5,00

Acaba greve na Educação. Professor volta hoje

Acordo entre sindicato da categoria e o governo do DF encerrou paralisação de 22 dias. Assembleia da categoria foi conturbada, com divergências entre docentes. PÁGINA 16

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Entorno vive uma tragédia ambiental

Desabamento de um lixão ilegal poluiu nascentes com toneladas de detritos. Moradores de Padre Bernardo vivem incerteza quanto à água. Bombeiros (foto) estão de prontidão para combater incêndios.

PÁGINA 14. VISÃO DO CORREIO, 10

Câmara terá mais deputados: número sobe de 513 para 531

Senado aprovou a criação de mais 18 vagas para a Câmara dos Deputados. Custo com os parlamentares chegaria a R$ 64,8 milhões ao ano, mas uma emenda pode limitar os gastos

PÁGINA 3

Trump e Pentágono divergem sobre o Irã

O presidente dos EUA assegurou que os bombardeios à central de Fordow "obliteraram" o enriquecimento de urânio e que o programa nuclear "retrocedeu décadas". Ele comparou a ofensiva à usina de Fordow ao lançamento das bombas sobre Hiroshima e Nagasaki. "Isso acabou com a guerra", declarou. Analistas dizem ao **Correio** que Teerã deve manter ambições atômicas.

PÁGINA 9

Aumento do IOF é derrubado no Congresso

Numa votação rápida, ontem, a Câmara dos Deputados aprovou por 383 a 98 votos um Projeto de Decreto Legislativo (PDL) que anulou decreto do governo Lula que previa o aumento do Imposto sobre Operações Financeiras. Logo em seguida, o texto foi apreciado pelos senadores e aprovado em votação simbólica. Agora, segue para promulgação. Com o resultado, o Congresso impõe uma dupla derrota ao Executivo.

PÁGINA 2

Bruna Gaston/CB/D.A Press



"Cobrar mais dos ricos"

Ao *CB.Poder*, o deputado Carlos Zarattini (PT-SP) defendeu a manutenção dos gastos sociais. "Cortar e não cobrar dos mais ricos representa uma 'esquizofrenia política'". PÁGINA 3

Chandan Khanna/AFP



Flu passa raspando

Time de Renato Gaúcho joga o básico e elimina Mamelodi Sundowns com empate. Tricolor comemora a vaga nas oitavas ciente da necessidade de entregar mais futebol.

PÁGINA 20

Warner/Divulgação



A adrenalina de Brad Pitt

Em novo filme de Hollywood sobre corridas, o galã protagoniza F1. Nas telas, velocidade e disputa entre veterano e novato. PÁGINA 22

AFP



Reprodução/Instagram



Família pede por justiça

Parentes de Juliana Marins, que caiu em uma trilha, na Indonésia, e foi resgatada (foto) sem vida após quatro dias, consideram que houve negligência das autoridades asiáticas no socorro à jovem. PÁGINA 6

CNJ suspende escolha de desembargador do TJDFT

Presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça, o ministro Luís Roberto Barroso determinou ontem ao Tribunal de Justiça do DF a suspensão da escolha do juiz Demetrius Cavalcanti para uma vaga de desembargador. A ordem, agora, é que uma mulher seja nomeada para o cargo, cumprindo, assim, Resolução do CNJ que promove a paridade de gênero nas cortes de segunda instância. O TJDFT informou que vai acatar a decisão.

Guilherme Felix/CB/D.A Press



Luta contra desigualdade

Ao Podcast do Direito&Justiça, a conselheira do CNJ Renata Gil explicou sobre medidas para alcançar a igualdade de gênero na Justiça.

Direito&Justiça

Ameaça à mulher

Especialistas alertam para a chamada violência vicária. Nesse crime, o homens usam pessoas com forte vínculo emocional para atingir a vítima.

Homenagem — Desembargador Getúlio Vargas de Moraes Oliveira fez sua última sessão no TJDFT.


Direito&Justiça
Violência vicária: quando entes queridos viram armas de agressão contra a mulher
Alienação parental x Violência vicária

PÁGINA 13. EIXO CAPITAL, 15

Ana Maria Campos
Filiado ao Solidariedade, Reguffe pode disputar o Planalto em 2026. PÁGINA 15

Denise Rothenburg
Período junino esvaziou Congresso e facilitou vitória sobre o Planalto. PÁGINA 5

Luiz Carlos Azedo
Derrotas no Congresso refletem reprovação de Lula. PÁGINA 4

ISSN 1808-2661

9 771808 266059

CLASSIFICADOS: 3342.1000 • ASSINATURA / ATENDIMENTO AO LEITOR: 3342.1000 (61) 99158.8045 • assinante.df@dabr.com.br • GRITA GERAL: 3214.1166 (61) 99256.3846

Eufrázio

Editor: Carlos Alexandre de Souza
carlosalexandre.df@dabr.com.br
3214-1292 / 1104 (Brasil/Política)



PODER

Governo amarga dura derrota no Congresso

Em votação acelerada, Senado e Câmara dos Deputados aprovam projeto que anula decreto do Executivo sobre aumento do IOF

» DANANDRA ROCHA
» WAL LIMA

O Congresso impôs dupla derrota ao governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Por 383 votos contra 98, a Câmara aprovou o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) 214/2025 que anula o Decreto Federal nº 12.466/2025, responsável por aumentar o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). Em seguida, o texto foi apreciado pelo Senado, onde também foi aprovado por votação simbólica, seguindo orientação do presidente da Casa, Davi Alcolumbre (União-AP). Agora, vai para a promulgação. O Planalto avalia judicializar o caso.

O líder do PT na Câmara, Lindbergh Farias (RJ), afirmou que, com a derrubada do decreto, o governo federal terá de contingenciar cerca de R$ 12 bilhões no Orçamento ainda neste ano, afetando diretamente áreas sociais. "Isso vai significar corte no Minha Casa Minha Vida, na educação, na saúde. O governo fez um esforço de contingenciar R$ 30 bilhões, sendo R$ 20 bi cobertos com o IOF. Sem isso, não há alternativa a não ser cortar mais", alertou.

Já o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), reclamou que a Casa não cumpriu os acordos firmados e protestou contra a pressa para a apreciação do texto. "Registro minha insatisfação com a votação tão acelerada dessa matéria."

Mesmo partidos que compõem a base governista votaram a favor da revogação do decreto presidencial. Representando o União Brasil, o deputado Pauderney Avelino (AM), vice-líder do partido, disse que apesar da votação da legenda "não era contra o governo, mas a favor do povo", e criticou o impacto do decreto sobre a população.

Segundo o relator da proposta, deputado Coronel Chrisóstomo (PL-RO), a estimativa de arrecadação com o IOF era de R$ 61 bilhões em dois anos — R$ 20 bilhões em 2025 e R$ 41 bilhões em 2026. "Ao avançarmos no mérito, ressoa evidente que a intenção motriz das alterações infralegais promovidas pelo governo federal se escora em interesses essencialmente arrecadatórios", destacou. "É oportuno relembrar que a majoração do IOF se desenrolou em capítulos subsequentes, iniciados pelo Decreto nº 12.466, de 22 de maio de 2025, e ajustados pelo Decreto nº 12.467, de 23 de maio. [...] A cobrança de tributos pelo Estado, embora necessária para a estruturação e prestação dos serviços públicos, representa uma forma de agressão ao patrimônio e à liberdade dos indivíduos", afirmou o relator.

Bruno Spada/Câmara dos Deputados



Na votação na Câmara, o projeto foi aprovado por 383 votos a 98: governo se disse surpreso com a marcação da análise em plenário

Entenda o caso

O impasse em torno do aumento do IOF — com forte embate entre Executivo, Legislativo e setor privado — rendeu, em menos de um mês, três decretos diferentes do governo, num vaivém de medidas

O primeiro decreto foi publicado em 22 de maio, quando o governo elevou a alíquota sobre o IOF de empresas, previdência privada e operações de câmbio. Após pressão do setor financeiro, no mesmo dia, o governo desistiu da tributação de aplicações de fundos brasileiros no exterior, publicando um novo decreto.

Após fortes críticas do Congresso e do setor privado, em 11 de junho, o governo anunciou um terceiro decreto com mais recuos no IOF e uma medida provisória com propostas alternativas de compensação. Entre as propostas, estava a taxação das Letras de Crédito Imobiliário (LCI) e do Agronegócio (LCA), antes isentas, em 5%. Já títulos públicos e CDBs teriam alíquota única de IR de 17,5%, independentemente de prazo de aplicação.

Semana esvaziada

Articuladores políticos do governo e até da oposição foram pegos de surpresa pela decisão do presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), de pautar o PDL em uma sessão semipresencial, em meio a uma semana esvaziada no Congresso com o rescaldo das festas de são-joão. Ele fez anúncio, na noite de terça-feira, em rede social.

Saiba mais

Sob pressão

O presidente da Câmara, Hugo Motta, teria sido pressionado por colegas em meio ao mal-estar provocado por novas declarações do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e por ação do ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), que estaria retardando o pagamento de emendas parlamentares. O governo até havia começado a liberar novas emendas, mas não impediu o revés.

Antes da votação na Câmara, após a base governista tentar barrar a análise da proposta com dois requerimentos — ambos rejeitados —, o líder do governo na Casa, José Guimarães (PT-CE), reagiu. Para ele, a aprovação do PDL "não representa uma derrota do governo Lula, mas, sim uma derrota do Brasil".

"Existe um discurso falacioso e mentiroso de que o governo é gastador e cobrador de impostos, mas isso não é verdade. Se há um governo que teve responsabilidade fiscal nos últimos dois anos, é o governo do presidente Lula, que não promoveu nenhuma gastança como o anterior. Portanto, o IOF não é para taxar os mais pobres. É, antes de tudo, cobrar dos sonegadores", argumentou Guimarães.

A votação pelo Congresso, segundo a base governista, foi de "surpresa", após o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), pautar a matéria por meio de uma postagem no X, às 23h35 da última terça-feira. Já a oposição afirma que a pauta estava prevista desde a semana passada, após comunicado em reunião com líderes da Casa.

O episódio gerou embate entre os líderes do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcante, e o líder do PT, Lindbergh Farias (RJ), que defenderam seus pontos de vista. Para Lindbergh, a votação "pegou a todos de surpresa" e não "houve diálogo" sobre a movimentação.

Ele questionou o fato de o relator do projeto ser o deputado Coronel Chrisóstomo (PL-RO), membro da oposição, ter sido o escolhido, e encarou como "provocação" por parte da oposição: "Designar um bolsonarista histriônico para relatar essa matéria é uma provocação infantil. Mostra que não há espaço para diálogo".

Prejuízo

Horas antes da votação, a ministra da Secretaria de Relações Institucionais (SRI), Gleisi Hoffmann, alertou para o impacto da derrubada do decreto nas contas públicas, prejudicando até os parlamentares.

"A derrubada dessa medida exigiria novos bloqueios e contingenciamentos no Orçamento, prejudicando programas sociais e investimentos importantes para o país, afetando, inclusive a execução das emendas parlamentares. É hora de pensar primeiro no país, que precisa continuar crescendo e buscando justiça social e tributária", escreveu Gleisi.

Ela divulgou uma nota detalhando os impactos da derrubada. Segundo ressaltou, a decisão do Congresso vai reduzir a receita de 2025 em R$ 10 bilhões, e a de 2026 em até R$ 30 bilhões, colocando em risco o cumprimento da meta de resultado primário nos dois anos.

O valor de R$ 10 bilhões terá que ser bloqueado do Orçamento atual e pode paralisar programas como o Auxílio Gás, Assistência Social, Minha Casa Minha Vida, Pé-de-Meia, entre outros. Já sobre as emendas, Gleisi afirmou que terão que ser contingenciados mais R$ 2,7 bilhões em 2025, e R$ 7,1 bilhões em 2026, ano eleitoral.

De manhã, Gleisi recebeu líderes do Congresso para discutir a situação e tentar evitar a derrota. (**Colaboraram VC e VO**)

Lula sai em defesa de Haddad e de medidas fiscais

» VICTOR CORREIA
» VANILSON OLIVEIRA

Horas antes da contundente derrota no Congresso, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e seus auxiliares reagiram à votação "surpresa" do PDL para a derrubada do decreto que aumentou o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). O governo esperava ter mais tempo para negociar e tentar evitar uma derrota, mas a pressão de deputados sobre o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e a insatisfação com a equipe econômica levaram a uma reviravolta na discussão.

Durante evento pela manhã, Lula saiu em defesa do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e negou que seu governo esteja agindo para aumentar a carga tributária. Já seus ministros voltaram a defender a tese de que o pacote fiscal anunciado visa taxar apenas os mais ricos e trazer justiça tributária à economia.

"Tem uma hora que a gente tem que deixar os nossos interesses individuais de lado e pensar um pouco neste país. Vocês sabem da seriedade com que o Haddad trata a economia. Vocês sabem que nós estamos há quase três anos tentando consertar a economia", discursou o chefe do Executivo.

Haddad virou alvo prioritário de parlamentares, investidores e alguns setores econômicos pelas medidas fiscais que apresentou. O Executivo argumenta que a elevação dos impostos mira a camada mais rica da população, corrigindo distorções tributárias.

"Agora, é importante a gente saber que a gente precisa cuidar deste país. Não é jogar a responsabilidade no Congresso Nacional, ou jogar no presidente da República. É jogar em nós. Antes de eu perguntar 'o que que o Lula fez?', eu tenho que perguntar 'o que que eu estou fazendo?'. A nossa carga tributária hoje é menor do que em 2011. Mesmo assim, eu estou cansado de ouvir empresário falar da carga tributária", disse Lula. Ele argumentou ainda que falta "compreensão e acreditar no país". Ressaltou que não precisa de nenhum técnico do Fundo Monetário Internacional (FMI) para dizer o que é responsabilidade fiscal.

Parlamentares sinalizam que não vão aceitar medidas que aumentem impostos e pressionam para que o governo corte gastos de programas como o Bolsa Família.

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Haddad virou alvo prioritário de parlamentares e investidores



Vocês sabem da seriedade com que o Haddad trata a economia. Vocês sabem que nós estamos há quase três anos tentando consertar a economia"

Luiz Inácio Lula da Silva,
presidente da República

Eufrázio

PODER Senado aprovou projeto que eleva o número de deputados de 513 para 531. Horas depois, proposta retornou à Câmara, porque passou por modificações, e foi novamente avalizada. Caso seja sancionada, terá impacto de R$ 64,6 milhões aos cofres públicos

Unidos para aumentar gastos

» RAPHAEL PATI

Na mesma noite em que derrubou o decreto sobre o IOF, o Senado também aprovou um projeto que aumenta, de 513 para 531, o número de cadeiras na Câmara dos Deputados a partir das eleições do ano que vem. A medida foi avalizada com um placar apertado: apenas 41 votos favoráveis, o que representa o mínimo necessário para levar à frente o projeto, considerado impopular em pesquisas realizadas sobre o tema. Além disso, houve 35 votos contrários ao aumento.

O aumento terá reflexo nas contas públicas. Segundo a Direção-Geral da Câmara, a criação de 18 novas cadeiras na Casa pode apresentar um impacto de até R$ 64,6 milhões. Atualmente, cada deputado custa, em média, R$ 3,6 milhões por ano, de acordo com o Demonstrativo de Despesas do Parlamento.

O texto foi votado com um destaque que proíbe o aumento real de despesas da Casa em consequência do aumento do número de deputados. A medida foi formulada pelo senador Alessandro Vieira (MDB-SE) e acatada parcialmente pelo relator, Marcelo Castro (MDB-PI). Por conta da inclusão desse destaque, a matéria voltou à Câmara, para nova votação, e foi aprovada por 361 x 36. Agora, seguirá para sanção do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

Supremo

Os parlamentares correram para aprovar a medida porque, de acordo com o Supremo Tribunal Federal (STF), o Legislativo só poderia decidir sobre essa questão até o próximo dia 30, para que tenha validade nas próximas eleições.

Na avaliação do cientista político e sócio da Fatto Inteligência Política Bernardo Livramento, o aumento do número de cadeiras pode ser considerado uma pauta digna de uma política de "troca de gestos".

"É uma política clássica do Congresso Nacional, que tem dificuldade de gerenciar conflitos, e o que era para ser uma proposta de reorganização dos 513 deputados acaba virando uma pauta de aumento do número de deputados", destacou.

É a primeira vez que o Legislativo amplia o número de cadeiras na Câmara desde 1993, quando até então havia 480 parlamentares na composição da Casa.

Com a mudança, os estados do Pará e Santa Catarina passarão a ter quatro deputados a mais a partir de 2027. Amazonas, Mato Grosso e Rio Grande do Norte teriam dois extras. Enquanto isso, Goiás, Minas Gerais, Paraná e Ceará contarão com mais um parlamentar a partir das próximas eleições.

Pesquisa Datafolha mostrou que 76% dos brasileiros reprovam o aumento do número de deputados, enquanto 20% apoiam a mudança. Outros 2% não souberam opinar e 1% considera não ver diferença.



Andressa Anholete/Agência Senado

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), comandou a sessão: projeto de lei teve placar de 41 x 35



Em nenhum momento, o Supremo disse que o número tinha de se manter em 513. Pelo contrário, o número será estabelecido pelo Congresso, é competência do Congresso"

Marcelo Castro (MDB-PI), *senador*

Entenda o caso

Vagas por estado

O Supremo Tribunal Federal (STF) determinou a redistribuição das vagas na Câmara de acordo com as populações atualizadas dos estados, com base no Censo de 2022. O número de parlamentares não era alterado desde 1993.

Em uma manobra para evitar a perda de cadeira em certos estados, os deputados aumentaram o número de membros da Casa onde houve acréscimo da população, segundo o IBGE. Entretanto, os estados que tiveram diminuição da população, conforme o Censo, não perderam vagas.

Em nota divulgada na terça-feira, o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE) disse que a proposta é "um retrocesso institucional e um verdadeiro desrespeito com a sociedade civil e com o bem público".

"A proposta é casuística, inoportuna e imoral, especialmente diante do cenário com tantas desigualdades sociais, de desafios econômicos, com a crise de representatividade que o país enfrenta, e da insatisfação da população com a atuação do Congresso Nacional", enfatizou.

O movimento justificou ainda que aumentar o número de parlamentares acarreta em mais gastos com estrutura, salários, benefícios, emendas parlamentares, entre outros gastos, principalmente "em um momento em que milhões de brasileiros enfrentam desigualdades e falta de acesso a serviços públicos básicos", frisou.

Perse consome R$ 15,7 bilhões

Relatório da Receita Federal, divulgado ontem, aponta que o total de renúncia tributária do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) ultrapassou o limite de R$ 15 bilhões, o que confirma a extinção do benefício fiscal a partir de abril de 2025.

Os números foram extraídos da Declaração de Incentivos, Renúncias, Benefícios e Imunidades de Natureza Tributária (Dirbi), referentes aos contribuintes habilitados no Perse, abrangendo o período de abril de 2024 a março de 2025, contemplando as declarações entregues até 2 de junho de 2025.

Considerando exclusivamente as pessoas jurídicas habilitadas, de acordo com as atividades econômicas permitidas e demais requisitos legais, após o término do período de envio das informações, o valor total da renúncia tributária do Perse é de R$ 15,685 bilhões. O montante corresponde a 105% do limite de R$ 15 bilhões estipulado na lei de 2024.

Os dados foram apresentados às entidades representativas do setor na terça-feira e disponibilizados na íntegra nesta quarta, no novo Relatório Bimestral de Acompanhamento do Perse.

Impacto futuro

Segundo a Receita, também existe impacto futuro, não dimensionado, relativo às pessoas jurídicas com decisões judiciais para continuarem usufruindo da renúncia tributária pelos meses vindouros.

Originalmente criado em 2021 para socorrer de forma emergencial o setor de eventos, duramente atingido pelo isolamento social provocado pela pandemia de covid-19, o Perse foi sucessivamente estendido.

No ano passado, o governo queria limitar a concessão de benefícios tributários e teve alguns embates com o Congresso para revisar incentivos. No caso do Perse, a solução foi a regulamentação com a fixação de um teto para a renúncia, de R$ 15 bilhões, contados a partir de abril de 2024.

CB.PODER

Zarattini: "Legislativo resiste a cortes impopulares"

» ALÍCIA BERNARDES*

O deputado Carlos Zarattini (PT-SP) afirmou que a Medida Provisória 1303, que institui nova tributação sobre aplicações financeiras e substitui parte do IOF, é figura central da estratégia do governo para garantir equilíbrio fiscal sem comprometer áreas sociais.

Relator da proposta, Zarattini defendeu o corte linear de 10% nas isenções tributárias, negociado com o Centrão, e criticou a atuação de lobbies contrários à elevação de tributos para setores privilegiados da economia.

Ele classificou como "tranquila" a reação do mercado à MP, em comparação ao primeiro decreto do IOF, duramente criticado e posteriormente revogado. Segundo explicou, o objetivo é construir um texto equilibrado até agosto, quando ocorrerão audiências públicas com os setores atingidos, como fundos imobiliários, fintechs, LCIs, LCAs e casas de apostas. "A medida ainda precisa amadurecer. Vamos ouvir o mercado e aperfeiçoar o texto, mas sem abrir mão da justiça fiscal", declarou, em entrevista às jornalistas Denise Rothenburg e Eduarda Esposito, no programa CB.Poder, parceria entre **Correio** e TV Brasília.

A inclusão, de última hora, do decreto do IOF na pauta da Câmara, durante a semana do feriado de são-joão, foi criticada por Zarattini. Segundo ele, a decisão do presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), surpreendeu a base governista e foi interpretada como resposta a declarações recentes do ministro da Fazenda, Fernando Haddad. "Não se pauta um tema tão polêmico em uma sessão virtual, com Brasília esvaziada. É preciso mais clareza nos acordos políticos e respeito à previsibilidade institucional", afirmou.

O parlamentar defendeu a posição do governo de manter gastos sociais e cobrar mais dos setores mais ricos. Ele citou o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que tem crescido, principalmente, por decisões judiciais, sem avaliação técnica. "O governo tentou regulamentar, mas o Congresso desidratou o projeto. Não é o governo que não quer cortar, é o próprio Legislativo que resiste a cortes impopulares", afirmou. Segundo ele, cortar gastos sociais e não cobrar dos mais ricos representa uma "esquizofrenia política".

A tributação das apostas esportivas também foi tema comentado por Zarattini. Segundo ele, os jogos movimentam cerca de R$ 30 bilhões por mês. O deputado criticou a redução da alíquota de 18% para 12% durante a tramitação no Congresso e afirmou que o setor precisa ser mais bem regulado. "Esse dinheiro está deixando de circular no comércio. Há impacto real na economia, e precisamos olhar para isso com seriedade", alertou.

Eleições

Zarattini também comentou a disputa eleitoral de 2026 e as movimentações dentro do PT. Segundo ele, o partido vive um processo de renovação com o pleito interno marcado para as próximas semanas e aposta na formação de uma frente ampla para a reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. "Vamos conversar com partidos de esquerda e também com o centro. A viabilidade da candidatura de Lula é o principal trunfo para atrair aliados", frisou. Ele minimizou as críticas sobre a baixa popularidade do presidente e disse que os índices devem melhorar com a entrega de políticas públicas.

Entre as ações previstas pelo governo, Zarattini destacou a isenção do Imposto de Renda para quem recebe até R$ 5 mil, a ampliação do Auxílio Gás, a instalação de novos Institutos Federais e a tarifa zero de energia elétrica para consumidores de baixa renda. "São medidas concretas, que vão impactar a vida das pessoas. Com isso, a avaliação do governo tende a melhorar naturalmente", argumentou. Ele também elogiou a atuação de Geraldo Alckmin como vice-presidente e descartou qualquer mudança na chapa. "Tem sido um parceiro leal e competente, com papel importante na reindustrialização do país", completou.

Ele também comentou sobre a fragmentação do campo da direita e os efeitos disso para a disputa eleitoral. Para o petista, a ausência de um nome consolidado e a inelegibilidade do ex-presidente Jair Bolsonaro favorecem a esquerda. "Eles estão desorganizados. Há muitos nomes tentando se viabilizar, mas sem unidade. Já o campo progressista está unido em torno do presidente Lula", enfatizou.

O deputado destacou que, embora haja ruídos na relação com partidos do centro, todos seguem representados no governo, com ministérios e cargos estratégicos. "O compromisso agora é com a governabilidade. Mais adiante, vamos dialogar sobre a sucessão".

Estagiária sob supervisão de Cida Barbosa



Bruna Gaston CB/DA Press

O deputado Carlos Zarattini criticou a inclusão, de última hora, do decreto do IOF na pauta da Câmara



Eles (direita) estão desorganizados. Há muitos nomes tentando se viabilizar, mas sem unidade. Já o campo progressista está unido em torno do presidente Lula"

Carlos Zarattini (PT-SP), *deputado*

Eufrázio

TRANSPORTES / Corte de contas aprova repactuação da concessão da Fernão Dias. Ministro sugere melhoria na documentação de novos casos com saída consensual

TCU formula solução amigável para rodovia

» LUANA PATRIOLINO

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Segundo Dantas, "repactuação significa modernização, com gestão do contrato e inclusão de parâmetros ESG"

O Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou, ontem, a repactuação do contrato de concessão da rodovia Fernão Dias, trecho da BR-381 que liga São Paulo a Minas Gerais. O novo acordo prevê o aporte de R$ 9,5 bilhões até 2040. O caso foi relatado pelo ministro Bruno Dantas, sendo o primeiro processo relacionado ao setor de concessões repactuado, sem que a concessionária tenha apresentado antes pedido de devolução amigável do trecho.

No julgamento, Dantas sugeriu ao Ministério dos Transportes aperfeiçoamentos na documentação de novos casos de solução consensual que cheguem à Corte. Segundo ele, o exemplo da Fernão Dias é positivo. "Em vez de discutirmos a viabilidade jurídica de realizar a repactuação, estamos nos detendo no aperfeiçoamento do modelo e nas medidas de governança que podem ser adotadas pelo Ministério dos Transportes para que os acordos sejam ainda mais eficientes e atendam ao interesse público primário", afirmou.

Os recursos serão destinados, principalmente, à restauração e à manutenção de pavimentos (cerca de R$ 5,81 bilhões), dada a atual condição da rodovia, e a obras de ampliação e melhorias — que somam aproximadamente R$ 2,76 bilhões, incluindo a implantação de 108km de faixas adicionais, 14km de vias marginais e novos túneis.

As despesas operacionais estão estimadas em R$ 5,4 bilhões, com foco em operação (R$ 2,56 bilhões), conservação (R$ 1,26 bilhão) e monitoramento da Fernão Dias. "As prioridades das obras recaem sobre a segurança viária e a fluidez do tráfego. Além dos investimentos em si, a repactuação significa modernização regulatória, com gestão paramétrica do contrato e a inclusão de parâmetros ESG. E foi estabelecido rigoroso período inicial de três anos com fiscalização reforçada para garantir a execução imediata das intervenções prioritárias", frisou o ministro.

Preceitos indispensáveis

A sigla ESG vem do inglês e significa Environmental, Social and Governance, que em português quer dizer Ambiental, Social e Governança. É um conjunto de critérios e práticas que as empresas adotam para demonstrar seu compromisso com a sustentabilidade, a responsabilidade social e a transparência em sua gestão. O E refere-se a como a empresa lida com questões ambientais, já o S foca na relação da empresa com a sociedade e seus colaboradores, enquanto o G diz respeito à forma como a empresa é administrada. A adoção das práticas ESG é cada vez mais importante para as empresas, pois influencia a percepção dos consumidores atrai investimentos e contribui para um futuro mais sustentável.

» Ação do Novo é recusada

O Tribunal de Contas da União (TCU) decidiu não tomar conhecimento da representação apresentada por parlamentares do Partido Novo contra o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) e arquivou o processo sem julgamento de mérito. A denúncia alegava desvio de finalidade no uso de dados do Cadastro Único (CadÚnico), mas o plenário do TCU entendeu que os requisitos de admissibilidade não foram cumpridos. Assinada pelos deputados federais Adriana Ventura (SP), Marcel van Hattem (RS), Luiz Lima (RJ), Gilson Marques (SC), Ricardo Salles (SP) e pelo senador Eduardo Girão (CE), a representação citava supostas irregularidades baseadas em reportagens jornalísticas, que apontaram uso indevido de dados pessoais com fins promocionais.

Problemas

A Fernão Dias é administrada desde 2008 pela Arteris. Ela tem quase 570km de extensão e atravessa 33 municípios. A rodovia passa por uma série de problemas de qualidade do pavimento e segurança viária. Para Dantas, a solução consensual poderá garantir benefícios para os usuários, com um novo ciclo de restauração de pavimentos e obras de ampliação e melhorias, como a implantação, por exemplo, de 108km de faixas adicionais.

Na avaliação do economista Vinícius Carmo, esse modelo de processo simplificado para repactuação do contrato de concessão é um amadurecimento das ações de concessões que o país veio praticando. "Com a experiência de gestão da concessionária sobre o ativo, o governo tem condições de modelar uma nova rodada de investimentos para atualização do ativo com o prolongamento do contrato de concessão de maneira mais rápida e prática, sem que com isso seja tolhida a concorrência e a transparência, que é o que esperamos do poder concedente", destaca.

Carmo ressalta que o novo contrato possibilita mais investimentos. "A avaliação do TCU também parece ir nesse sentido. Há uma redução na burocracia com uma facilitação em favor da manutenção da continuidade do serviço, bem como um reforço na qualidade do serviço ofertado, com a inclusão de uma nova rodada de investimentos necessários", observa.

Para o advogado Luiz Antônio Calhão, especialista em direito empresarial, incentivar soluções amigáveis garante segurança jurídica às partes envolvidas. "Essa iniciativa pode incentivar abertura de outros ministros e a tribunais de conta a realizarem, também, a modernização dos contratos públicos. Esse aporte trará grandes melhorias à rodovia, que, por seu turno, possui uma grande importância nacional, pelo seu alto volume de tráfego", salienta.

FRAUDE NO INSS

PF menciona Moro, Onyx e Pinato em apuração

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Onyx admite que recebeu doação de campanha, mas não conhece quem fez

Menções ao senador Sergio Moro (Podemos-PR), ao deputado Fausto Pinato (PP-SP) e ao ex-ministro Onyx Lorenzoni (Trabalho e Previdência) levaram a Polícia Federal a remeter ao Supremo Tribunal Federal a investigação das fraudes contra aposentados no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). A PF informou ao STF que Fausto Pinato e Onyx Lorenzoni foram mencionados nos "cadernos investigatórios que compõem o arcabouço da Operação Sem Desconto".

A PF menciona que Onyx recebeu recursos de um intermediário da Amar Brasil, uma das associações suspeitas de golpes contra aposentados, no segundo semestre de 2022, após deixar o Ministério do Trabalho e Previdência no governo do ex-presidente Jair Bolsonaro. Na época, ele era candidato ao governo do Rio Grande do Sul. A movimentação foi detectada pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf).

"Frise-se que Onyx foi Ministro do Trabalho e Previdência de julho de 2021 a março de 2022, período em que os ACTs (acordos de cooperação técnica) da Amar e demais entidades foram entabulados perante o INSS, o que deu azo aos descontos fraudulentos", diz trecho da manifestação da PF.

O ex-ministro explicou que recebeu uma doação de campanha. "Eu realmente recebi na minha campanha de governador uma doação de um tal Felipe, que primeiro eu não pedi, segundo eu não sei quem é", afirmou. Ele classificou como "completamente fantasiosa" a representação da PF.

Em relação a Moro, as suspeitas recaem sobre mudanças nas atribuições administrativas do Ministério da Justiça, quando ele era o titular da pasta, para regular sindicatos e associações patronais e de trabalhadores. Segundo a PF, na gestão do ex-ministro foram promovidas alterações que enfraqueceram sindicatos tradicionais e favoreceram associações assistenciais envolvidas nos golpes aos aposentados. A corporação afirma que essa foi a "gênese da estrutura" de fraudes.

Em nota, o senador afirmou que o Ministério da Justiça não teve "qualquer relação com contribuições associativas ou descontos em aposentadorias ou pensões". A PF também apontou conexão entre a investigação das fraudes no INSS e o inquérito em que Moro é acusado de extorsão pelo advogado Rodrigo Tacla Duran, alvo da Operação Lava-Jato.

O ministro Dias Toffoli vai conduzir as investigações. Toffoli requisitou o compartilhamento de uma série de inquéritos ligados à Operação Sem Desconto.

O deputado Fausto Pinato emitiu nota na qual afirma que não tem "qualquer envolvimento com os fatos investigados. A menção à minha pessoa decorre unicamente do fato de meu escritório político — alugado em janeiro de 2024 — estar localizado no mesmo endereço onde, anteriormente, funcionava uma empresa supostamente vinculada ao caso. Trata-se de uma coincidência infeliz", afirma.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



Derrotas na Câmara e no Senado refletem desaprovação de Lula

A escritora cearense Rachel de Queiroz (1910-2003), natural de Quixadá, foi uma grande jornalista, tradutora e dramaturga, sendo a primeira mulher a receber o Prêmio Camões (1993) e a ocupar uma vaga na Academia Brasileira de Letras (ABL), em 1977. Com 20 anos, em 1930, publicou seu primeiro romance, *O Quinze*, no qual retrata a seca de 1915 no Nordeste do país e a realidade dos retirantes nordestinos. Foi o primeiro de uma vasta obra literária, na qual se destacam *As Três Marias* (1939), *Dora Doralina* (1975) e *Memorial de Maria Moura* (1992).

Em 2002, Raquel de Queiroz publicou a coletânea infantil *Meninos, eu conto* (Record), no qual se destaca a fábula sobre a maternidade do bezerro sem mãe, que transcrevo a seguir:

"Foi numa fazenda de gado, no tempo do ano em que as vacas dão cria. Cada vaca toda satisfeita com o seu bezerro. Mas dois deles andavam tristes de dar pena: uma vaca que tinha perdido o seu bezerro e um bezerro que ficou sem mãe.

A vaquinha até parecia estar chorando, com os peitos cheios de leite, sem filho para mamar. E o bezerro sem mãe gemia, morrendo de fome e abandonado.

Não adiantava juntar os dois, porque a vaca não aceitava. Ela sentia pelo cheiro que o bezerrinho órfão não era filho dela, e o empurrava para longe.

Aí o vaqueiro se lembrou do couro do bezerro morto, que estava secando ao sol. Enrolou naquele couro o bezerrinho sem mãe e levou o bichinho disfarçado para junto da vaca sem filho. Ora, foi uma beleza!

A vaca deu uma lambida no couro, sentiu o cheiro do filho e deixou que o outro mamasse à vontade. E por três dias foi aquela mascarada. Mas no quarto dia, a vaca, de repente, meteu o focinho no couro e puxou fora o disfarce. Lambeu o bezerrinho direto, como se dissesse: 'Agora você já está adotado.'

E ficaram os dois no maior amor, como filho e mãe de verdade."

> SÃO DOIS GRUPOS NO CONGRESSO: UM QUER INVIABILIZAR O GOVERNO DO PRESIDENTE LULA E O OUTRO APROVEITA PARA FAZER CHANTAGENS

O ambiente no Congresso em relação ao governo Lula é mais ou menos o conto de Raquel de Queiroz, com a diferença de que os bezerros é que estranham a vaca e ainda não apareceu o vaqueiro. Os presidentes da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), ontem, resolveram dar um xeque-mate no governo com relação ao aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). Pegaram o Palácio de Planalto de surpresa e, num recado claro, indicaram o líder do PL, Sóstenes Cavalcanti (RJ), um bolsonarista raiz, como relator do decreto que derrubou o aumento do IOF. Somente o PT e PSol votaram contra.

Semipresidencialismo

A rejeição ao aumento do IOF proposto pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e a pressão do Congresso por corte de gastos do governo, sem incluir as emendas parlamentares, porém, não significam apenas uma queda de braço em relação à política fiscal e um estranhamento entre o Executivo e o Legislativo, mas um desequilíbrio institucional perigoso na relação entre os Poderes. A derrota do governo na Câmara foi acachapante: 383 a 98.

Decretado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 22 de maio, o aumento do IOF incide sobre operações de crédito, câmbio e antecipação de recebíveis (risco sacado), o que também atinge praticamente todo o setor varejista, distribuidores de combustíveis, agronegócio, operações de câmbio e importações. A lógica do governo era aumentar as alíquotas daqueles que ganham muito e pagam pouco imposto. Porém, o Congresso não aceita aumentar a carga tributária.

Do ponto de vista institucional, a decisão transborda essa questão em si. Está mais do que evidente que o sistema presidencialista brasileiro está se tornando cada vez mais disfuncional. Enfraquecido pela desaprovação do governo nas pesquisas de opinião, Lula perdeu o controle de parte dos investimentos federais, que está sendo pulverizada entre as prefeituras do país por meio das emendas parlamentares. E não tem maioria no Congresso para reverter essa situação.

Lula foi emparedado pela oposição, que conseguiu atrair as bancadas do Centrão para suas posições. São dois grupos, respectivamente: um quer inviabilizar o governo, outro faz chantagens para obter mais vantagens. Desde o governo de Michel Temer, a gestão do Orçamento da União vem sendo compartilhada com o Congresso de maneira assimétrica: no lugar do presidencialismo de coalizão, surgiu um semipresidencialismo irresponsável.

Antes de votação, a ministra das Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, declarou que a derrubada do decreto que aumento do IOF provocará a um novo contingenciamento de R$ 2,7 bilhões nas emendas parlamentares de 2025, e de R$ 7,1 bilhões, em 2026. Gleisi argumentou que a medida é necessária para respeitar o arcabouço fiscal sem prejudicar o funcionamento de programas sociais. O governo terá que cortar mais R$ 10 bilhões apenas neste ano para cumprir a meta fiscal.

Eufrázio

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG (COM EDUARDA ESPOSITO)
deniserothenburg.df@dabr.com.br

A posse real de Motta

É assim que os deputados se referiram à atitude do presidente da Câmara esses dias. Mostrou que tem a força.

Jogou pesado

Líderes afirmam que Motta estava ligando para deputados para que eles votassem o Projeto de Decreto Legislativo derrubando o aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), na tarde de ontem. "Eles (governistas) achavam que Motta não pautaria (a matéria)", disse um líder à coluna, que admitiu, porém, que depois da aprovação da urgência, seria "natural" que o PDL entrasse na pauta da semana.

Ironia do destino

O PDL que susta o efeito do decreto do IOF foi colocado em pauta na calada da noite, via publicação em rede social. O governo foi pego de surpresa, mas outro ponto foi ainda mais assustador: foi ver o projeto aprovado por 383 votos, com cerca de 20 deputados presentes ao Plenário.

Operações digitais

Durante evento do Instituto Esfera de Estudos e Inovação — frente acadêmica do think tank Esfera Brasil, em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública —, o presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Isaac Sidney, afirmou que, em 2024, foram realizadas 208 bilhões de operações bancárias no Brasil, sendo 80% delas de forma digital. Além disso, foi dito por debatedores que, na América Latina, há 1,7 mil fintechs, sendo 1,6 mil no país. Esses dados, para muitos, mostram o interesse do governo em arrecadar deste setor, sendo que grande parte dele não é monitorado pelo Banco Central (BC).

Amiga do esporte

A Vale foi reconhecida como a maior investidora de esporte no Brasil pela Câmara dos Deputados, devido à aplicação de R$ 89 milhões em 93 projetos esportivos espalhados pelo país, resultando em 293 iniciativas em cinco estados. Por isso, a mineradora receberá, em 1º de julho, a Comenda Incentivadores do Esporte pela quarta vez seguida.

Esvaziar para comandar

Tal e qual no tempo da pandemia, os atuais presidentes da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), mantêm controle total sobre a agenda, ao permitirem que os deputados votem textos importantes de forma virtual. Motta e Alcolumbre aproveitaram o esvaziamento junino para emparedar o governo. A ordem é mostrar que ou o Executivo atende o Congresso e respeita os parlamentares enquanto parceiros, ou o governo ficará sozinho. A avaliação dos deputados é de que não dá para colocar nos congressistas a tarja de "vilões da sociedade" — como, basicamente, disse o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, em entrevistas esta semana. Enquanto o discurso do governo for de acusar o Parlamento, o Palácio do Planalto vai ter que se virar para cumprir o que prometeu, sem contar com os congressistas para elevar a arrecadação.

Vale lembrar/ Nos tempos da pandemia, não havia alternativa, uma vez que o plenário cheio representava o perigo da proliferação do vírus. Agora, porém, conforme dizem muitos de público, evita a "proliferação do debate" e da troca de ideias inerentes ao Parlamento. Há quem diga que do jeito que está, não será possível continuar — seja qual for o governo eleito em 2026.



CURTIDAS

Leia direito/ O líder do PL, Sóstenes Cavalcante (RJ), deu bronca em dois deputados da legenda por votarem errado em alguma matéria apreciada via InfoLeg. Em tempos de votação remota, é preciso ter cuidado na hora de registrar a escolha.

Qual o nome?/ Durante evento de lançamento do estudo sobre o crime organizado realizado pelo Instituto Esfera de Estudos e Inovação, em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes foi cumprimentar o presidente do União Brasil, Antonio Rueda, e esqueceu-se do nome da federação que forma com o PP. "Presidente do União Brasil e mais alguma coisa", disse, referindo-se à federação União Progressista.

Meu amigo/ O deputado Cabo Gilberto (PL-PB) abraçou e levantou o líder do União Brasil na Câmara, Pedro Lucas (MA), depois de ele orientar "não" à retirada de pauta do PDL que sustava o decreto do IOF.

Tauan Alencar/MME



Homenageado/ Ao mesmo tempo em que quebra a cabeça para tentar baixar o preço da conta de luz, o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira (**foto**), recebe homenagens do setor de mineração. Uma demonstração de apoio, justamente, quando um grupo de parlamentares gostaria de tomar seu cargo.

JUDICIÁRIO / Ministro diverge da maioria formada no STF para responsabilizar as big techs pelas publicações de usuários. Na avaliação do magistrado, a regulamentação das plataformas tem de ser ampla e feita pelo Congresso

Fachin na contramão sobre redes

» LUANA PATRIOLINO

O Supremo Tribunal Federal (STF) retomou o julgamento sobre a ampliação da responsabilidade das redes sociais por conteúdos publicados por seus usuários. Na sessão de ontem, os votos da ministra Cármen Lúcia e do ministro Edson Fachin trouxeram entendimentos divergentes sobre a exigência da notificação judicial para a exclusão de postagens consideradas ofensivas. A Corte tem maioria de 8 x 2 para responsabilizar as big techs.

O debate gira em torno da constitucionalidade do artigo 19 do Marco Civil, que exige uma ordem judicial prévia para excluir conteúdo e responsabilizar provedores de internet, websites e gestores de redes sociais por danos decorrentes de atos ilícitos praticados por terceiros.

Fachin defendeu que a regulamentação das redes sociais seja feita pelo Legislativo. "Não creio que este tema necessariamente será solvido ou esgotado com a remoção, ou não de conteúdos das plataformas. Creio que há uma necessidade de uma regulação estrutural e sistêmica, preferencialmente não via Poder Judiciário", disse.

O magistrado afirmou ter sido "péssima a experiência" que o Brasil teve com a moderação de conteúdos. "Há uma segunda razão que não me anima a ir além da consideração singela de constitucionalidade do artigo 19. É péssima a experiência que este país teve com a moderação de conteúdos em meio de comunicação", disse.

"O que hoje parece insuficiente e a merecer regulação específica pode muito bem ser amanhã regulado por outros atores institucionais. E se há obrigação de todos para combater o conteúdo ilícito, então corremos o risco de ver temerárias ações de investigação atingirem jornalistas e professores", argumentou.

A ministra Cármen Lúcia, porém, acompanhou a maioria pela responsabilidade das plataformas. Ela entendeu que o artigo 19 do Marco Civil da Internet deve ser interpretado conforme a Constituição e pode ser usado em situações como crimes contra a honra.

"Censura é proibida constitucionalmente, é proibida eticamente, é proibida moralmente, eu diria até espiritualmente. Mas não pode também permitir que nós estejamos em uma ágora em que haja 213 milhões de pequenos tiranos soberanos. Soberano é o Brasil, soberano é o direito brasileiro. Então, é preciso cumprir as regras", justificou.

Com os entendimentos de ontem, há oito votos para responsabilizar as big techs mesmo com notificações extrajudiciais; e dois votos para que só medida judicial seja capaz de remover o conteúdo. Na sessão de hoje, deve ser ouvido o posicionamento do ministro Nunes Marques.

Os integrantes também tentam definir a tese, ou seja, o guia que vai orientar a aplicação da decisão do tribunal. Se não houver consenso, os magistrados devem continuar buscando o entendimento quanto aos termos, pois foram propostas diferentes soluções para o regime de responsabilização das empresas. Até o momento, o Supremo realizou 11 sessões para discutir a ação.

Em 11 de junho, a Corte formou maioria para responsabilizar as redes sociais por conteúdos publicados por seus usuários. Os ministros defenderam ampliar as obrigações das big techs a respeito da moderação de posts considerados ofensivos, mesmo na ausência de ordem judicial prévia.

Antonio Augusto/STF



Fachin: "Corremos o risco de não conseguir ajustar o remédio pela falta de um completo diagnóstico"

Messias e Moraes

Mais cedo, o advogado-geral da União, Jorge Messias, havia defendido a ampliação da responsabilidade das big techs a respeito de conteúdos ofensivos. Segundo ele, faltam recursos transparentes e acessíveis para o controle adequado.

"Os algoritmos usados pelas big techs são, hoje, controlados por elas de forma totalmente opaca. A sociedade não tem acesso para fazer qualquer análise crítica, por meio de seus institutos e universidades. Isso é inadmissível. Essas empresas precisam disponibilizá-los para escrutínio público", disse.

A declaração foi dada durante participação na 12ª edição do Global Fact, maior evento de checagem de fatos do mundo, realizado pela primeira vez no Brasil. "Foi assim, na história da Humanidade, com qualquer ferramenta que pudesse causar dano ou grande impacto à sociedade: as armas, os medicamentos. É preciso que haja regulação", completou Messias.

Presente no mesmo evento, o ministro Alexandre de Moraes, do STF, afirmou que as big techs lucram com a viralização de conteúdos como as notícias falsas. "É um modelo de negócio perverso, em que o faturamento maior se dá exatamente pelo discurso de ódio, pelo conflito, pelo ataque, e não pela narrativa de notícias, pela exposição de fatos", declarou.

Placar

Há oito votos para ampliar, de diferentes modos, a responsabilização das redes sociais; e dois divergentes

» Manter exigência de ordem judicial para remover qualquer conteúdo – 2 votos (André Mendonça e Edson Fachin)

» Manter exigência de ordem judicial só para crimes contra a honra – 4 votos (Luís Roberto Barroso, Flávio Dino, Cristiano Zanin e Gilmar Mendes)

» Derrubar totalmente a exigência de ordem judicial – 4 votos (Dias Toffoli, Luiz Fux, Alexandre de Moraes e Cármen Lúcia)

Advogados terão de depor

» MAIARA MARINHO

O ministro Alexandre de Moraes, relator do ação penal que investiga a tentativa de golpe de Estado, determinou a oitiva dos advogados Fábio Wajngarten, ex-assessor do ex-presidente Jair Bolsonaro, e Paulo Costa Bueno, que defende o ex-chefe do Executivo, por suspeita de tentativa de obstrução das investigações. A suspeita é de que ambos tenham participado de contatos diretos com a família do réu colaborador, o tenente-coronel Mauro Cid, com o intuito de obter informações sensíveis relativas ao teor da delação premiada.

Em paralelo, a Polícia Federal anexou ao processo as declarações da mãe e da esposa de Cid, Agnes Barbosa Cid e Gabriela Ribeiro Cid, além de receber o celular da filha de 14 anos, entregue voluntariamente — com autorização judicial — para que a perícia extraia dados e categorizações de mensagens em até 10 dias.

O pedido de abertura de inquérito inclui ainda o nome de Luiz Eduardo Kuntz, advogado do ex-assessor da Presidência Marcelo Câmara e que foi o responsável pela divulgação de supostas conversas com Cid por intermédio de um perfil falso nas redes sociais.

Os três advogados passaram a figurar na investigação por terem atuado de forma articulada para acessar ilegalmente o colaborador e influenciar sua deliberação sobre a delação, segundo alega a defesa de Cid.

Kuntz é acusado de manter contatos insistentes com a filha de Cid por meio de mensagens no WhatsApp, chegando a sugerir que ela apagasse o conteúdo do celular, além de propor encontros em locais considerados "seguros". Wajngarten, por sua vez, teria feito abordagens tanto à filha quanto à esposa do delator com o mesmo objetivo. Já Bueno é citado por ter acompanhado Kuntz em um episódio na Hípica de São Paulo, onde os dois teriam cercado a mãe de Cid para convencê-la a interferir na defesa do filho.

Eufrázio

Editor: Carlos Alexandre de Souza
carlosalexandre.df@dabr.com.br
3214-1292 / 1104 (Brasil/Política)

Bolsas — Na quarta-feira: 1,02% São Paulo (queda); 0,25% Nova York (queda)

Pontuação B3 — Ibovespa nos últimos dias: 138.716 (20/6) … 135.767 (25/6); 20/6, 23/6, 24/6, 25/6

Dólar — Na quarta-feira: **R$ 5,555** (+0,66%)

Últimos	
18/junho	5,500
20/junho	5,524
23/junho	5,503
24/junho	5,519

Salário mínimo — **R$ 1.518**

Euro — Comercial, venda na quarta-feira: **R$ 6,477**

CDI — Ao ano: **14,90%**

CDB — Prefixado 30 dias (ao ano): **14,91%**

Inflação — IPCA do IBGE (em %)

Janeiro/2025	0,16
Fevereiro/2025	1,31
Março/2025	0,56
Abril/2025	0,43
Maio/2025	0,26

COMBUSTÍVEL

Mais álcool pode baratear a gasolina

A decisão de elevar de 27,5% para 30% a quantidade de etanol no combustível pode reduzir o preço de cada litro em R$ 0,11

» VANILSON OLIVEIRA

O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) aprovou, ontem, o aumento da mistura obrigatória de biodiesel no diesel, que passará de 14% para 15% (B15), e de etanol na gasolina, de 27,5% para 30% (B30). Para a gasolina, a previsão é de que a mistura, que entrará em vigor a partir de 1º de agosto, favoreça a redução no preço final em cerca de R$ 0,11 no litro.

A decisão foi anunciada durante a segunda reunião extraordinária do CNPE, na sede do Ministério de Minas e Energia (MME), com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ministros de Estado e representantes do setor energético.

Em seu discurso, Lula ressaltou que a ampliação dos biocombustíveis é uma escolha estratégica para o país, com impactos positivos na economia, na geração de empregos e na redução da dependência de combustíveis fósseis. Para o presidente, o Brasil tem uma oportunidade única de se posicionar como liderança global na produção de biocombustíveis. "Essa política de biocombustível é, para nós, um modelo que ninguém vai conseguir competir com o Brasil. O Brasil tem uma chance", afirmou.

Ele também ressaltou a importância da próxima Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, a COP30, que será realizada em novembro, em Belém (PA). "Eu quero transformar essa COP na COP da verdade. Os países ricos têm que dizer se eles falam sério quando falam da questão climática. Se acreditam nos cientistas", reforçou.

Ao falar da importância da continuidade das políticas públicas, o presidente reafirmou seu compromisso com um projeto de longo prazo para o desenvolvimento nacional. "As pessoas precisam pensar um pouco nesse país que a gente quer para daqui a 10 anos."

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, também comemorou os efeitos econômicos da decisão, afirmando que a adoção da medida vai trazer mais benefícios para o consumidor. "Estamos vencendo a batalha do preço dos combustíveis, para mantê-los cada vez mais baratos na bomba para o consumidor brasileiro. Isso é fundamental para manter o círculo virtuoso da economia por meio do combate à inflação", afirmou. Silveira ressaltou que, com o E30, o Brasil voltará a ser autossuficiente em gasolina após 15 anos de dependência de importações. Segundo o ministro, a medida também terá impacto positivo no preço final ao consumidor. "O preço da gasolina hoje é mais barato do que em dezembro de 2022".

Ele ressaltou que o governo federal implementou um pacote de 10 medidas para combater fraudes nas misturas de combustíveis. "Aqui é tolerância zero ao crime organizado. Nossa sala de situação é permanente, com participação da Polícia Federal, Ministério da Justiça, Confaz e secretárias estaduais de segurança. Já interditamos cinco distribuidoras por movimentação irregular de combustíveis", revelou o ministro.

O secretário nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis do MME, Pietro Mendes, destacou que o aumento das misturas de biodiesel e etanol fortalece a segurança energética e protege o país de choques no mercado internacional. "Estamos vivenciando uma volatilidade de preço muito grande, o risco de ter uma disrupção das cadeias de fornecimento globais. Por isso, essa medida é importante para a estabilidade geopolítica do Brasil. Reduzindo a importação de combustível, a gente se torna mais resiliente a qualquer cenário internacional", explicou.

De acordo com Mendes, a mistura de etanol na gasolina deve reduzir o preço final em cerca de R$ 0,11 no litro, com a chegada do E30. "A mistura do E30 vai levar à redução do consumo de gasolina A de até 1,36 bilhão de litros e o etanol anidro vai poder suprir isso", frisou.

Além da segurança energética, Pietro destacou os benefícios ambientais e econômicos. De acordo com ele, a nova política deve gerar investimentos da ordem de R$ 10 bilhões, criar 17 mil novos postos de trabalho e reduzir as emissões em aproximadamente 3 milhões de toneladas de CO2 equivalente por ano. "No caso do diesel, estamos promovendo a redução da intensidade de carbono em 0,7% já em 2025, e com projeção de reduzir em 1,2 milhão de toneladas de CO2 equivalente por ano com a adoção do B15", disse.

Descarbonização

A aprovação do aumento da mistura obrigatória de etanol na gasolina e de biodiesel no diesel promete gerar mais de R$ 15 bilhões em investimentos, criar cerca de 55 mil empregos diretos e indiretos e reduzir as emissões de CO_2 em mais de 4 milhões de toneladas por ano. A medida fortalece a indústria nacional, impulsiona o agronegócio e amplia a segurança energética do país

IMPACTOS DO AUMENTO DA MISTURA
MERCADO DE ETANOL

- Investimentos industriais: **R$ 8,45 bilhões**
- Investimentos em máquinas agrícolas: **R$ 1,69 bilhão**
- Investimento total: **R$ 10,14 bilhões**
- Empregos diretos na indústria: **17,2 mil** postos de trabalho
- Empregos totais (diretos e indiretos): **51,6 mil** postos de trabalho
- Redução da intensidade de carbono (IC) da gasolina C: **2,8%**
- Redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE): **3 milhões** de toneladas de CO_2 equivalente por ano

Observação: Os empregos incluem as fases industrial e agrícola.

IMPACTOS DO AUMENTO DA MISTURA
MERCADO DE BIODIESEL

- Investimentos em usinas e esmagadoras de soja: **R$ 5,2 bilhões**
- Empregos diretos na indústria de biodiesel: **1.569** postos de trabalho
- Empregos totais (diretos e indiretos): **4.073** postos de trabalho
- Aumento da massa salarial do setor: **R$ 6,56 milhões**
- Redução da intensidade de carbono (IC) do diesel: **-0,7%**
- Redução das emissões de GEE: **1,2 milhão** de toneladas de CO_2 equivalente por ano
- Aumento da renda das famílias da agricultura familiar beneficiadas pelo programa: **R$ 600 milhões**
- Número de novas famílias beneficiadas: **5.000** famílias

Observação: Inclui empregos em toda a cadeia produtiva – do esmagamento ao refino do óleo de soja.



Valdo Virgo/CB/D.A Press

Reações do setor

A decisão foi comemorada pelo setor de biocombustíveis. Francisco Turra, presidente do Conselho de Administração da Associação dos Produtores de Biocombustíveis do Brasil (Aprobio), destacou os efeitos estratégicos da medida. "A decisão do CNPE de cumprir o previsto no Combustível do Futuro deve ser celebrada. No Brasil, o tema dos biocombustíveis transcende a questão do clima e das metas de descarbonização da matriz energética", afirmou.

Turra também destacou o impacto social da medida, afirmando que, além do desenvolvimento sustentável, também vai impulsionar a agricultura. "Ao atingir um novo mandato, com previsibilidade e segurança jurídica, o setor reforça a importância do biocombustível no cenário econômico nacional, pois permite o desenvolvimento sustentável da nossa indústria, impulsiona a agricultura, agrega valor à cadeia produtiva, gera PIB, empregos e amplia a produção de alimentos mais baratos para a gôndola do supermercado".

> **Essa medida é importante para a estabilidade geopolítica do Brasil. Reduzindo a importação de combustível, a gente se torna mais resiliente a qualquer cenário internacional"**
>
> ***Pietro Mendes,*** *secretário nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis do MME*

O Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP) também manifestou apoio à decisão do CNPE, destacando o papel dos biocombustíveis na transição energética. Em nota, o instituto afirmou: "Reafirmamos nosso compromisso com o avanço da descarbonização da matriz energética nacional e com a promoção de soluções sustentáveis para o setor de transportes. Manifestamos nossa posição favorável à decisão do CNPE de aumentar o teor de biocombustíveis como medida estratégica para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e estimular o desenvolvimento da bioeconomia no Brasil".

A Frente Parlamentar Mista do Biodiesel (FPBio) celebrou a decisão do CNPE e destacou os impactos socioeconômicos positivos da medida. "É importante salientar que a decisão é fruto de uma decisão de Estado, consolidada entre os poderes Executivo e Legislativo a partir da Lei do Combustível do Futuro, diante do entendimento que é necessário fortalecer a segurança energética e alimentar dos brasileiros", afirmou a FPBio em nota.

Claudio Kbene/ PR



Lula aproveitou a reunião do CNPE para criticar política dos EUA

Lula faz duras críticas a Trump

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez duras observações sobre a instabilidade política e econômica internacional, endereçadas, especialmente, ao presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. A fala não estava prevista na reunião do CNPE, por causa de uma inflamação na garanta, mas ele resolveu improvisar.

Lula criticou os países que investem em conflitos armados, enquanto milhões de pessoas passam fome. "O mundo gasta U$ 2,7 trilhões para fazer guerra. Quando nós temos 733 milhões de seres humanos que vão dormir sem ter o que comer. É de se perguntar: que políticos nós temos no mundo? Qual é o humanismo que tem dentro de cada chefe de Estado que prefere pensar na morte e na destruição, ao invés de pensar na paz e na construção?", questionou.

Sem citar o nome de Trump, Lula ironizou a postura política baseada em discursos para as redes sociais. "Nesse mundo conturbado, você tem um presidente de uma nação do tamanho dos Estados Unidos que deveria primar por um discurso, pensar o que falar, ser menos internet e mais chefe de Estado, pensar mais no multilateralismo, muito mais na paz", criticou.

O presidente também abordou o tema da soberania agrícola, questionando a não aceitação da "safrinha" de milho brasileiro pelos Estados Unidos. "Eu acabei de saber agora que os Estados Unidos não reconhecem a nossa safrinha de milho. Quando era safrinha, eles até queriam reconhecer, mas agora que a tal da safrinha é maior do que a safra normal, eles não querem mais", disse Lula.

Ele aproveitou o tema para reforçar a importância da produção nacional. "Nós plantamos milho, temos duas safras por ano. E nós queremos que seja respeitada a grandeza e a soberania desse país".

Lula também fez um balanço dos desafios que enfrentou ao retornar à Presidência após 15 anos fora do cargo. Segundo ele, ao reassumir o governo em 2023, encontrou obras paralisadas e ministérios desestruturados. "Esse país tinha 3 milhões de creches paralisadas. O país estava com ministérios totalmente desestruturados", relatou. O presidente citou a extinção de pastas importantes, como os ministérios da Cultura, da Mulher, dos Direitos Humanos e da Igualdade Social, como exemplos do desmonte institucional do último governo, que precisou reverter.

Lula também aproveitou a aparição pública para fazer a defesa do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, elogiando a seriedade na condução da política fiscal, numa indireta às críticas de parlamentares. "Vocês sabem da seriedade com que o Haddad trata da economia. Nós estamos há quase três anos tentando consertar a economia", afirmou. O presidente lembrou medidas como a PEC da Transição, a criação do novo arcabouço fiscal e a aprovação da reforma tributária. "A reforma tributária aprovada não foi o que nenhum de vocês queria, nem o que eu queria. Foi o possível. Foi o que dava para fazer, e é assim que se governa: com responsabilidade e com diálogo", disse. (**VO**)

Eufrázio

TECNOLOGIA

Decisão do STF destrava 5G

Corte concluiu o julgamento da medida cautelar que retomava regra dos 500m para torres, com vitória para operadoras

» MAIARA MARINHO

O Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu ontem a medida liminar que pedia a restrição da construção de torres de telecomunicações em um raio de 500 metros entre as estruturas. Com isso, a Corte concluiu o julgamento virtual da medida cautelar na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 7708, com vitória para as operadoras, que vinham com dificuldade para implementar o 5G.

O ministro Flávio Dino, relator do caso, destacou, em seu voto — favorável à regra dos 500 metros —, o compromisso do STF com a "garantia do compartilhamento de infraestruturas de telecomunicações — como forma de viabilizar o desenvolvimento nacional e a inclusão digital dos cidadãos". Ele também apontou que o compartilhamento reduz o impacto ambiental, já que evita a construção de novas torres, e lembrou que a jurisprudência da Corte reconhece "o princípio da proibição do retrocesso socioambiental". Isso, segundo o ministro, porque "a cessação do compartilhamento de infraestruturas obriga cada uma das operadoras a construírem suas próprias torres e antenas". Os ministros Dias Toffoli e Nunes Marques acompanharam o relator.

Já o presidente do STF, Luís Roberto Barroso, divergiu do voto de Dino e foi seguido pela maioria dos ministros, formando o entendimento de que o compartilhamento de sinal entre prestadoras de serviço não deve ser obrigatório. Em seu voto, Barroso considerou os argumentos do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel, Celular e Pessoal (Conexis), apresentados na ADI 7708.

Barroso comentou que, conforme a manifestação da Conexis, os equipamentos vinculados à infraestrutura do 5G, embora em maior número, "são de menor tamanho e alcance, o que justificou a eliminação do critério puramente geográfico que definia a obrigação de distanciamento anterior".

Em nota, a Conexis comemorou a decisão do Supremo, afirmando que ela preserva o artigo 10 da Lei nº 14.173/2021, o qual "dá segurança jurídica aos investimentos do setor e é essencial para a expansão do 5G, especialmente em áreas mais distantes, reforçando a importância de políticas públicas que incentivem a inovação, a inclusão digital e o uso racional dos recursos".

A Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 7708) foi proposta pela Associação Brasileira de Infraestrutura para Telecomunicações (Abrintel). O presidente da entidade, Luciano Stutz, afirma que houve a inclusão de um "jabuti" na Medida Provisória 1.018/2020, quando ela foi transformada na Lei 14.173/2021.

Jeremy Bezanger/Unsplas



Autora da ADI, a Aritel afirma que retirada da norma foi "jabuti"

BANCO DO BRASIL

CNPJ 00.000.000/0001-91
NIRE Nº 5330000063-8

GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

BANCO DO BRASIL S.A.
COMPANHIA ABERTA

Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária Realizadas em 30 de Abril de 2025

DATA, HORA E LOCAL - Em trinta de abril de dois mil e vinte e cinco, às quinze horas e doze minutos, na sede social do Banco do Brasil S.A. ("BB" ou "Companhia"), localizada no Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote B, 14º andar, Torre Sul, Asa Norte, CEP 70040-912, Brasília-DF, foram realizadas, de modo parcialmente digital, nos termos do art. 124, §2º-A, da Lei nº 6.404/1976, e artigos 5º, §2º, II, e 28, §§2º e 3º, ambos da Resolução CVM nº 81/2022, as Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária do BB. O Sistema Eletrônico disponibilizado pela Companhia para participação a distância nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária dos Acionistas do BB ("Assembleias") atende aos requisitos previstos no art. 28, §1º, da Resolução CVM nº 81/2022. **MESA, PRESENÇA E QUORUM** - Os trabalhos foram dirigidos em conformidade com o art. 9°, §2°, do Estatuto Social do BB, pelo Presidente do Conselho de Administração, Sr. Dario Carnevalli Durigan ("Presidente"), o qual, ao instalar as Assembleias, convidou para compor a Mesa: a) a Diretora Jurídica da Companhia, Dra. Lucinéia Possar, para atuar como Primeira Secretária; b) o acionista, Dr. Alexandre Bocchetti Nunes, para atuar como Segundo Secretário; e c) a Dra. Liana do Rêgo Motta Veloso, representante da União, acionista controlador do Banco do Brasil. Participaram remotamente, via Sistema Eletrônico, conforme disposto nos arts. 134, §1°, e 164 da Lei 6.404/1976, e no art. 43, parágrafo único, do Estatuto Social do BB, respectivamente: a) o Sr. João Paulo Alouche, representante da KPMG, Auditoria Independente; e b) o Sr. Renato da Motta Andrade Neto, presidente do Conselho Fiscal. O número de acionistas que participaram remotamente, por si ou por procuração, e aqueles que manifestaram seu voto a distância, foi de: a) na Assembleia Geral Ordinária: 1.237 (um mil duzentos e trinta e sete) acionistas, possuidores de 3.789.618.303 (três bilhões, setecentos e oitenta e nove milhões, seiscentos e dezoito mil e trezentos e três) ações ordinárias, que representam 66,39% do total de 5.708.463.593 (cinco bilhões, setecentos e oito milhões, quatrocentos e sessenta e três mil, quinhentos e noventa e três) ações ordinárias da Companhia, deduzidas as ações mantidas em tesouraria, observadas as prescrições legais; b) na Assembleia Geral Extraordinária: 1.708 (um mil setecentos e oito) acionistas, possuidores de 4.302.457.472 (quatro bilhões, trezentos e dois milhões, quatrocentos e cinquenta e sete mil e quatrocentos e setenta e dois) ações ordinárias, que representam 75,37% do total de 5.708.463.593 (cinco bilhões, setecentos e oito milhões, quatrocentos e sessenta e três mil, quinhentos e noventa e três) ações ordinárias, deduzidas as ações mantidas em tesouraria, observadas as prescrições legais. O quórum de solicitantes para adoção de voto múltiplo foi de 26.897.919 (vinte e seis milhões, oitocentos e noventa e sete mil, novecentos e dezenove ações) ações, que representam 0,46% do capital social. Assim, não foi atingido quórum mínimo necessário de 5%. A Companhia registrou o recebimento, entre 31.03.2025 e 26.04.2025, de 1.160 (um mil cento e sessenta) boletins de votos a distância para a Assembleia Geral Ordinária e de 1.632 (um mil seiscentos e trinta e dois) boletins de votos a distância para a Assembleia Geral Extraordinária. O Mapa Final de Votação Consolidado dos votos proferidos a distância e presencialmente, identificando quantas aprovações, rejeições e abstenções recebeu cada candidato e cada matéria e a lista de acionistas que participaram das Assembleias encontram-se no Anexo 1 e Anexo 2, respectivamente. **CONVOCAÇÃO** - As matérias apresentadas às Assembleias foram as consignadas no Edital de Convocação a seguir transcrito, publicado nos dias 28 de fevereiro, 1° e 2 de março de 2025, no jornal Correio Braziliense e nas páginas de Relações com Investidores do BB e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), nos termos da legislação em vigor: **BANCO DO BRASIL S.A.** - **CNPJ 00.00.000/0001-91** - **NIRE 5330000063-8** - **Companhia Aberta** - **EDITAL DE CONVOCAÇÃO** - **ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA** - Aos Senhores acionistas do Banco do Brasil S.A. ("Companhia") são convidados a participarem das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária ("Assembleias") que serão realizadas, simultaneamente, na sede social da Companhia, localizada no SAUN, Quadra 5, Lote B - Ed. Banco do Brasil, auditório, 14º andar, Torre Sul, Brasília (DF), e remotamente, por meio de sistema eletrônico, às 15 horas do dia 30 de abril de 2025, para tratar da seguinte ordem do dia: **Assembleia Geral Ordinária:** I- eleger membros do Conselho de Administração; II- eleger membros do Conselho Fiscal; III- tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício de 2024; IV- deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício de 2024; e V- fixar o montante global anual para remuneração dos membros dos órgãos de administração da Companhia e a remuneração do Conselho Fiscal, do Comitê de Auditoria, do Comitê de Riscos e de Capital, do Comitê de Pessoas, Remuneração e Elegibilidade, do Comitê de Tecnologia e Inovação e do Comitê de Sustentabilidade Empresarial. **Assembleia Geral Extraordinária:** I- deliberar sobre a proposta de alteração do Estatuto Social da Companhia. Em cumprimento ao art. 135 da Lei 6.404/76, a Assembleia Geral Extraordinária será instalada, em primeira convocação, desde que seja registrada a presença de acionistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total de votos conferidos pelas ações com direito a voto e, em segunda convocação, com qualquer número. Conforme autorizado pelo art. 124, §2º-A, da Lei 6.404/76, e pelo art. 28, §3º, da Resolução CVM 81/2022, as Assembleias ora convocadas serão realizadas de modo parcialmente digital, com possibilidade de participação presencial, na sede da Companhia, ou remota, mediante sistema eletrônico disponibilizado aos acionistas para que acompanhem e votem a distância, sem prejuízo do uso do Boletim de Voto a Distância (BVD) como meio de exercício do direito de voto. A documentação relativa às propostas a serem apreciadas está disponível nos sites de Relações com Investidores da Companhia (https://www.bb.com.br/ri), da Comissão de Valores Mobiliários (https://www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (https://www.b3.com.br). Para participar e deliberar nas Assembleias, os acionistas devem observar as seguintes orientações, as quais estão detalhadas no Manual dos Acionistas do Banco do Brasil (https://www.bb.com.br/manualdosacionistas): a) a participação por meio de sistema eletrônico ocorrerá mediante credenciamento prévio realizado em até 2 (dois) dias antes da data de realização das Assembleias, ou seja, até 28.04.2025, consoante o disposto na Resolução CVM 81/22, art. 6°, §3°; b) o acionista, por si ou por seu procurador, deverá, dentro do prazo acima descrito, acessar o site https://assembleia.ten.com.br/398800318 para se credenciar e enviar a seguinte documentação: i. **Acionista pessoa física** - documento de identidade válido com foto, que poderá ser: Carteira ou Cédula de Identidade - RG ou Carteira de Identidade Nacional - CIN, Registro Nacional de Estrangeiro - RNE, Carteira Nacional de Habilitação - CNH, Passaporte, Carteira de Identidade Profissional expedida pelos conselhos de profissionais liberais ou entidades congêneres (como OAB, CRM, CRC e CREA); **Acionista pessoa jurídica ou fundo de investimento –** documentos societários e de representação consolidados e atualizados; regulamento do fundo (para fundos de investimento); ata de eleição do(s) representante(s) legal(is) presente(s) à assembleia (para fundos de investimento); e ii. **Procurador** – o(a) acionista poderá autorizar legalmente um representante para votar, segundo suas intenções de voto, conforme modelo de procuração disponibilizado no Manual do Acionista do Banco do Brasil, cuja regularidade será examinada previamente. De acordo com o §1º do art. 126 da Lei 6.404/76, os instrumentos de mandato deverão ter sido outorgados há menos de 1 (um) ano. c) o acesso às Assembleias será restrito aos acionistas e seus representantes ou procuradores que se credenciarem no prazo e modo fixados neste Edital de Convocação. A Companhia ressalta que não serão aceitos cadastros, envio de novos documentos, ou mesmo reapresentações, após o encerramento do prazo previsto para cadastro. Sendo assim, é indicado ao acionista ou representante que se cadastre com antecedência ao encerramento do prazo para eventual resolução em caso de pendência cadastral; d) o envio do BVD poderá ser encaminhado até 26.04.2025 (inclusive) das seguintes formas: i. diretamente ao Banco do Brasil por meio eletrônico, através do endereço https://assembleia.ten.com.br/398800318; ii. acionistas detentores de ações depositadas na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão: mediante instruções de voto emitidas pelos acionistas aos seus respectivos agentes de custódia. Neste caso, o voto a distância será exercido pelos acionistas de acordo com os procedimentos adotados pelas Instituições e/ou Corretoras em que mantêm suas posições em custódia; e iii. acionistas detentores de ações depositadas no Banco do Brasil, enquanto escriturador das ações: aescriturais@bb.com.br. Para informações adicionais, observar as regras previstas na Resolução CVM 81/22 e os procedimentos descritos no BVD disponibilizado pela Companhia, bem como no Manual dos Acionistas do Banco do Brasil; e) para as Assembleias ora convocadas não será necessário o reconhecimento de firma nas procurações outorgadas pelos acionistas aos seus representantes ou procuradores, assim como será dispensada a autenticação dos documentos que acompanharem o Boletim de Voto a Distância. As procurações outorgadas na forma eletrônica pelos acionistas aos seus representantes ou procuradores deverão utilizar certificados emitidos pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil; f) os termos do art. 141 da Lei 6.404/76, combinado com o art. 3º da Resolução CVM 70/22, é facultado aos acionistas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) do capital social com direito a voto, requerer a adoção do processo de voto múltiplo em até 48 (quarenta e oito) horas antes da Assembleia, ou seja, até às 15 horas do dia 28.04.2025; e g) eventuais esclarecimentos, inclusive sobre o acesso e utilização do sistema eletrônico disponibilizado pela Companhia aos acionistas para que acompanhem e votem nas Assembleias, poderão ser obtidos no Manual dos Acionistas do Banco do Brasil, disponível no site de Relações com Investidores (www.bb.com.br/ri), ou por intermédio do endereço eletrônico (https://www.bb.com.br/manualdosacionistas). Brasília (DF), 31 de março de 2025. Dario Carnevalli Durigan - Presidente do Conselho de Administração. **LEITURA DE DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES** - Em cumprimento ao disposto no art. 46-C da Resolução CVM nº 81/2022, foi disponibilizado no site de Relações com Investidores do BB o Mapa de Votação Sintético consolidado dos votos proferidos por meio de boletins de voto a distância. Foi dispensada a leitura do referido mapa, dos assuntos constantes da pauta e dos respectivos documentos submetidos à discussão e votação, nos termos do art. 134, *caput*, da Lei 6.404/1976. Os acionistas presentes foram informados da gravação integral das Assembleias, nos termos do art. 28, §1°, II, da Resolução CVM nº 81/2022. Também receberam orientações quanto às regras e os procedimentos adotados para o transcurso das Assembleias no modo parcialmente digital e para utilização do Sistema Eletrônico. **DELIBERAÇÕES** - **A Assembleia Geral Ordinária decidiu:** 1. eleger, individualmente, os membros do Conselho de Administração para cumprirem o mandato 2025/2027, considerando que os candidatos, a partir das declarações e documentos apresentados, foram avaliados pelo Comitê de Pessoas, Remuneração e Elegibilidade que, em sua análise, considerou o preenchimento dos requisitos e a ausência de vedações, na forma da legislação e regulamentos aplicáveis, do Estatuto Social e da Política Específica de Indicação e Sucessão do Banco do Brasil, avaliação essa ratificada pelo Conselho de Administração previamente à sua submissão a esta Assembleia, conforme abaixo: 1.1 Conselheiros de Administração indicados pelos acionistas minoritários, nos termos do art. 18, §2º, do Estatuto Social, como membros independentes, considerando os critérios estabelecidos no Estatuto Social do BB, no Regulamento do Novo Mercado da B3 e na legislação em vigor: **FERNANDO FLORÊNCIO CAMPOS**, brasileiro, nascido em 18.05.1969, casado sob o regime de separação total de bens, Conselheiro, inscrito no CPF/MF sob o nº 087.755.588-58, portador da Carteira de Identidade nº 11.781.758-2, expedida em 26.05.2012 pela Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo. Endereço: SAUN, Quadra 5, Bloco B, Torre Norte, 16º andar, Ed. Banco do Brasil – Brasília (DF), CEP 70.040-912; **VALMIR PEDRO ROSSI**, brasileiro, nascido em 10.06.1961, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, Conselheiro, inscrito no CPF/MF sob o nº 276.266.790-91, portador da Carteira de Identidade nº 55.080.446-8, expedida em 25.02.2021 pela Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo. Endereço: SAUN, Quadra 5, Bloco B, Torre Norte, 16º andar, Ed. Banco do Brasil – Brasília (DF), CEP 70.040-912. 1.2 Conselheiros de Administração indicados pelo acionista controlador, nos termos do art. 18, §3°, do Estatuto Social, como membros não independentes: **SELMA CRISTINA ALVES SIQUEIRA**, representante eleita pelos empregados do BB, brasileira, nascida em 10.11.1974, solteira, Bancária, inscrita no CPF/MF sob o nº 023.991.626-33, portadora da Carteira de Identidade nº M8009504, expedida em 13.10.1992 pela Secretaria de Segurança de Minas Gerais. Endereço: SAUN, Quadra 5, Bloco B, Torre Norte, 16º andar, Ed. Banco do Brasil – Brasília (DF), CEP 70.040-912; **TARCIANA PAULA GOMES MEDEIROS**, como Presidenta da Companhia, brasileira, nascida em 11.12.1978, divorciada, Bancária, inscrita no CPF/MF sob o nº 032.128.734-77, portadora da Carteira de Identidade nº 3.778.616, expedida em 12.07.2017 pela Secretaria da Segurança Pública do Distrito Federal. Endereço: Endereço: SAUN, Quadra 5, Bloco B, Torre Norte, 16º andar, Ed. Banco do Brasil – Brasília (DF), CEP 70.040-912; **ELISA VIEIRA LEONEL**, brasileira, nascida em 18.07.1980, divorciada em união estável, sob o regime de separação de bens, Servidora Pública, inscrita no CPF/MF sob o nº 043.460.676-62, portadora da Carteira de Identidade nº MG8001204, expedida em 26.12.2014 pela Secretaria da Segurança Pública do Estado Minas Gerais. Endereço: SAUN, Quadra 5, Bloco B, Torre Norte, 16º andar, Ed. Banco do Brasil – Brasília (DF), CEP 70.040-912; **ANELIZE LENZI RUAS DE ALMEIDA**, brasileira, nascida em 31.01.1979, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, Procuradora da Fazenda Nacional, inscrita no CPF/MF sob o nº 874.195.641-91, portadora da Carteira de Identidade nº 2.857.695, expedida em 30.12.2010 pela Secretaria da Segurança Pública do Distrito Federal. Endereço: SAUN, Quadra 5, Bloco B, Torre Norte, 16º andar, Ed. Banco do Brasil – Brasília (DF), CEP 70.040-912; **FÁBIO FRANCO BARBOSA FERNANDES**, brasileiro, nascido em 12.03.1963, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, Servidor Público, inscrito no CPF/MF sob o nº 041.324.698-16, portador da Carteira de Identidade nº 1.361.342-9, expedida em 13.06.1979 pela Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo. Endereço: Endereço: SAUN, Quadra 5, Bloco B, Torre Norte, 16º andar, Ed. Banco do Brasil – Brasília (DF), CEP 70.040-912; **MÁRCIO LUIZ DE ALBUQUERQUE OLIVEIRA,** brasileiro, nascido em 14.05.1972, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, Servidor Público, inscrito no CPF/MF sob o nº 002.563.227-24, portador da Carteira de Identidade nº 08473475.5, expedida em 19.11.2001 pela Secretaria de Estado de Segurança Pública do Rio de Janeiro. Endereço: SAUN, Quadra 5, Bloco B, Torre Norte, 16º andar, Ed. Banco do Brasil – Brasília (DF), CEP 70.040-912. 2. eleger, individualmente, os membros do Conselho Fiscal para cumprirem o mandato 2025/2027, considerando que os candidatos, a partir das declarações e documentos apresentados, foram avaliados pelo Comitê de Pessoas, Remuneração e Elegibilidade, que, em sua análise, considerou o preenchimento dos requisitos e a ausência de vedações, na forma da legislação e regulamentos aplicáveis, do Estatuto Social e da Política Específica de Indicação e Sucessão do Banco do Brasil, avaliação essa ratificada pelo Conselho de Administração previamente à sua submissão a esta Assembleia, conforme abaixo: 2.1 Conselheiros Fiscais indicados pelos acionistas minoritários: Titular: **JOÃO VICENTE SILVA MACHADO**, brasileiro, nascido em 08.06.1983, solteiro, Advogado, inscrito no CPF/MF sob o nº 043.915.559-21, portador da Carteira de Identidade nº 4.580.435-4, expedida em 13.11.1998 pela Secretaria de Estado da Segurança Pública de Santa Catarina. Endereço: SAUN, Quadra 5, Bloco B, Torre Norte, 16º andar, Ed. Banco do Brasil – Brasília (DF), CEP 70.040-912; Suplente: **MARCUS VINICIUS CODECEIRA LOPES PEDREIRA**, brasileiro, nascido em 08.04.1969, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, Advogado, inscrito no CPF/MF sob o nº 994.312.037-15, portador da Carteira de Identidade nº 05749981-6, expedida em 13.08.1986 pela Secretaria de Estado da Polícia Civil do Rio de Janeiro (RJ). Endereço: SAUN, Quadra 5, Bloco B, Torre Norte, 16º andar, Ed. Banco do Brasil – Brasília (DF), CEP 70.040-912; Titular: **ANDRIEI JOSÉ BEBER**, brasileiro, nascido em 18.11.1973, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, Engenheiro, inscrito no CPF/MF sob o nº 014.789.149-39, portador da Carteira de Identidade nº 2.029.174-4, expedida em 05.10.1998 pela Secretaria da Segurança Pública de Santa Catarina (SC). Endereço: SAUN, Quadra 5, Bloco B, Torre Norte, 16º andar, Ed. Banco do Brasil – Brasília (DF), CEP 70.040-912; Suplente: **ANTÔNIO EMÍLIO BASTOS DE AGUIAR FREIRE**, brasileiro, nascido em 11.03.1972, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, Auditor de Controle Interno, inscrito no CPF/MF sob o nº 553.005.024-72, portador da Carteira de Identidade nº 4.203.548, expedida em 19.11.2019 pela Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal (DF). Endereço: SAUN, Quadra 5, Bloco B, Torre Norte, 16º andar, Ed. Banco do Brasil – Brasília (DF), CEP 70.040-912. 2.2 Conselheiros Fiscais indicados pelo acionista controlador: Titular: **RENATO DA MOTTA ANDRADE NETO**, brasileiro, nascido em 04.10.1983, divorciado, Economista, inscrito no CPF/MF sob o nº 000.502.921-02, portador da Carteira de Identidade nº 2.063.137, expedida em 18.05.2022 pela Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal. Endereço: SAUN, Quadra 5, Bloco B, Torre Norte, 16º andar, Ed. Banco do Brasil – Brasília (DF), CEP 70.040-912; Suplente: **PAULO MOREIRA MARQUES**, brasileiro, nascido em 21.01.1982, casado sob o regime de comunhão total de bens, Auditor de Finanças e Controle da STN, inscrito no CPF/MF sob o nº 722.989.791-20, portador da Carteira de Identidade nº 1949337, expedida em 25.09.2002 pela Secretaria da Segurança Pública do Distrito Federal. Endereço: SAUN, Quadra 5, Bloco B, Torre Norte, 16º andar, Ed. Banco do Brasil – Brasília (DF), CEP 70.040-912; Titular: **BERNARD APPY**, brasileiro, nascido em 19.02.1962, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, Economista, inscrito no CPF/MF sob o nº 022.743.238-01, portador da Carteira de Identidade nº 3.686.755-X, expedida em 12.11.2009 pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo. Endereço: SAUN, Quadra 5, Bloco B, Torre Norte, 16º andar, Ed. Banco do Brasil – Brasília (DF), CEP 70.040-912; Suplente: Vago; Titular: **TATIANA ROSITO**, brasileira, nascida em 26.08.1972, solteira, Diplomata, inscrita no CPF/MF sob o nº 035.842.957-93, portadora da Carteira de Identidade nº 09006295-1, expedida em 24.10.1988 pelo Instituto de Identificação Félix Pacheco (RJ). Endereço: SAUN, Quadra 5, Bloco B, Torre Norte, 16º andar, Ed. Banco do Brasil – Brasília (DF), CEP 70.040-912; Suplente: Vago. 3. aprovar, por maioria dos votos, as contas dos administradores e as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social de 2024; 4. aprovar, por maioria dos votos, a destinação do lucro líquido do exercício de 2024 e a distribuição de dividendos, conforme proposta da Administração da Companhia, na forma do quadro a seguir:

	(Valores em R$)
Lucro Líquido	35.260.189.221,27
Lucros (Prejuízos) Acumulados	10.279.822,43
Lucro Líquido Ajustado	**35.270.469.043,70**
Reserva Legal	1.763.009.461,06
Remuneração aos acionistas	15.174.739.468,59
- Juros Sobre Capital Próprio	12.591.044.840,73
- Dividendos	2.583.694.627,86
Reservas Estatutárias	29.974.953.956,45
- para Margem Operacional	16.486.224.676,05
- para Equalização de Remuneração do Capital	13.488.729.280,40
Utilização de Reserva Estatutária – Remuneração de Capital	(11.642.233.842,40)

5. aprovar, por maioria de votos, o montante global da remuneração dos Administradores, do Conselho Fiscal, do Comitê de Auditoria, do Comitê de Riscos e de Capital, do Comitê de Pessoas, Remuneração e Elegibilidade, do Comitê de Tecnologia e Inovação e do Comitê de Sustentabilidade Empresarial, no período de abril de 2025 a março de 2026, nos termos da proposta apresentada pelo acionista controlador no momento da Assembleia, alternativamente à proposta da Administração, da seguinte forma: a) Administradores (presidente, vice-presidentes, diretores e conselheiros de administração): até R$ 90.260.229,25; b) Conselho Fiscal: até R$ 470.800,20; c) Comitê de Auditoria: até R$ 5.541.552,00; d) Comitê de Riscos e de Capital: até R$ 5.541.552,00; e) Comitê de Pessoas, Remuneração e Elegibilidade: até R$ 1.231.455,60; f) Comitê de Tecnologia e Inovação: até R$ 1.231.455,60; g) Comitê de Sustentabilidade Empresarial: até R$ 1.231.455,60. h) é vedado o pagamento de qualquer item de remuneração não deliberado na assembleia para os membros estatutários, inclusive benefícios de qualquer natureza e verbas de representação, nos termos do art. 152 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976; i) compete ao Conselho de Administração, com apoio da Auditoria Interna e do Comitê de Auditoria Estatutário, garantir o cumprimento dos limites global e individual da remuneração dos membros estatutários definidos na assembleia geral; j) o pagamento da remuneração variável dos diretores (RVA) está condicionado à rigorosa observância dos termos e condições constantes dos programas aprovados previamente pela Sest/MGI; k) mantém-se a recomendação de aplicar reversão sobre parcelas diferidas ainda não pagas de programas de remuneração variável de exercícios anteriores nos casos em que, considerando o lucro líquido recorrente do exercício de 2024, houver queda superior a 20% quando comparado aos anos que são utilizados como base na execução dos programas, nos termos da legislação vigente; l) é vedado o repasse aos administradores de quaisquer benefícios que, eventualmente, vierem a ser concedidos aos empregados da empresa, por ocasião da formalização do acordo coletivo de trabalho na sua respectiva data-base; m) é responsabilidade das empresas estatais federais verificar a regularidade do pagamento dos encargos sociais de ônus do empregador, inclusive mediante análise jurídica; n) em situações em que o diretor seja também empregado da empresa estatal federal, seu contrato de trabalho deverá ser suspenso (súmula nº 269 do Tribunal Superior do Trabalho); o) o pagamento da rubrica quarentena está condicionado à aprovação da Comissão de Ética Pública da Presidência da República – CEP/PR, nos termos da legislação vigente; p) o pagamento da rubrica auxílio moradia está condicionado à observância das leis orçamentárias e à implementação de regulamento interno, aprovado pelo Conselho de Administração; q) o pagamento da previdência complementar está condicionado à observância do disposto no art. 202, §3º, da Constituição Federal, no art. 16 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e na Resolução CGPAR nº 37, de 4 de agosto de 2022; e o) delegar ao Conselho de Administração a competência para distribuir a remuneração dos diretores. **A Assembleia Geral Extraordinária decidiu:** Aprovar, por maioria dos votos, a proposta de alteração estatutária conforme apresentado pela Administração (Anexo 3): 1. artigos 18, 21, 26, 32, 33, 34, 36, 37 e 40 do Capítulo V - Administração e organização do Banco; 2. artigo 57 do Capítulo IX - Disposições especiais; e 3. artigo 65 do Capítulo XI – Disposições transitórias. **REGISTRO DE MANIFESTAÇÕES DURANTE A ASSEMBLEIA** - 1. O Presidente da mesa, ao abrir as Assembleias, expressou seu agradecimento a toda a equipe do Banco do Brasil. Ele destacou que encerrava seu mandato como Presidente do Conselho de Administração com orgulho dos sucessos alcançados nos últimos dois anos. Elogiou a dedicação dos conselheiros e mencionou os resultados recordes obtidos em todos os semestres de sua gestão. Falou sobre a importância do Banco do Brasil como principal financiador de estados e municípios, com cerca de R$ 19 bilhões desembolsados para o setor público em 2024. O Presidente enfatizou o alinhamento da Companhia com as prioridades socioambientais do País, destacando projetos de impacto em linha com o plano de transformação ecológica do Governo Federal e do Ministério da Fazenda. Ressaltou a estratégia de internacionalização e os esforços no setor rural, incluindo iniciativas do Plano Safra. Parabenizou a resposta exemplar do Banco às enchentes no Rio Grande do Sul, com abertura de agência itinerante e oferta de crédito em parceria com o governo. Enalteceu as políticas de diversidade e inclusão como pilares fundamentais do Banco e finalizou destacando seu objetivo estratégico de buscar equilíbrio entre resultados positivos e desenvolvimento sustentável a longo prazo, comprometendo-se com os clientes e garantindo o sucesso e eficiência do Banco. 2. O Sr. Rodrigo de Mesquita Pereira, representando acionistas da Companhia, pediu a palavra após a leitura do primeiro item da Assembleia Geral Ordinária, referente à eleição dos candidatos indicados pelos acionistas minoritários ao Conselho de Administração. Primeiramente, elogiou as palavras do Presidente do Conselho de Administração, especialmente quanto ao cuidado com a promoção da diversidade. Em seguida, mencionou haver identificado possível incongruência no sistema de votação a distância (BVD) para as eleições em separado, tanto para o Conselho de Administração quanto para o Conselho Fiscal, conforme íntegra da manifestação anexa a esta Ata (Anexo 4). 3. Por oportuno, o Sr. Presidente da mesa informou que não houve reporte anterior da referida ocorrência e que, por se tratar de sistema gerido pela B3, aquela instituição seria consultada a respeito. Informou, também, que não houve qualquer interferência no resultado da votação, considerando que eram dois candidatos para duas vagas em cada um dos referidos conselhos. **PUBLICAÇÃO E LAVRATURA DA ATA** - Nos termos do art. 47, §1º e 2º, da Resolução CVM nº 81/2022, os acionistas que participaram via Sistema Eletrônico disponibilizado pela Companhia ou por meio do boletim de voto a distância são considerados assinantes desta Ata e do Livro de Presenças de Acionistas, sendo que o seu registro em Ata foi realizado pela Presidente e pela Primeira Secretária da Assembleia. Nos termos do art. 9°, §6°, do Estatuto Social do BB, esta Ata foi lavrada de forma sumária no que se refere aos fatos ocorridos, inclusive dissidências e protestos, contendo apenas as deliberações tomadas, observadas as disposições legais. **ENCERRAMENTO** - Ao fim das deliberações, o Presidente deu por encerrado os trabalhos das Assembleias às dezesseis horas e vinte e quatro minutos da qual eu, Alexandre Bocchetti Nunes, Segundo Secretário, fiz lavrar esta Ata de forma sumária, a qual, lida e achada conforme, é devidamente assinada. Ass.) Lucinéia Possar, Primeira Secretária; Alexandre Bocchetti Nunes, Segundo Secretário; Dario Carnevalli Durigan, Presidente; Liana do Rêgo Motta Veloso, Representante da União. Visto: Leonardo Elisei de Faria, OAB SP 184.405, CPF 273.747.798-01. **ESTE DOCUMENTO É CÓPIA FIEL TRANSCRITA DO LIVRO PRÓPRIO DE N° 19, FOLHAS 272 A 364.** Dario Carnevalli Durigan - **Presidente.** A Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal certificou o registro em 12/06/2025 sob o número 2786550 - Fabianne Raissa da Fonseca - Secretária-Geral.

abrasca companhia associada

Nossas Ações são negociadas nas Bolsas de Valores AÇÃO



TENSÃO NO ORIENTE MÉDIO

Trump compara ataques contra Irã a Hiroshima

Presidente dos EUA diz que bombardeio a instalações atômicas encerraram o conflito com Israel, assim como o lançamento da bomba nuclear pôs fim à Segunda Guerra. Parlamento iraniano aprova a suspensão de colaboração com agência da ONU

» RODRIGO CRAVEIRO

Apesar de um relatório da inteligência do Pentágono indicar que os bombardeios dos EUA às instalações de Fordow, Natanz e Isfahan apenas atrasaram o programa nuclear iraniano em até seis meses, o presidente Donald Trump tornou a assegurar que a capacidade do Irã de enriquecer urânio desapareceu por completo. Em aceno contrário, o Parlamento iraniano aprovou a suspensão da colaboração do país com as inspeções da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) — a decisão está a cargo do Conselho dos Guardiões, responsável pela revisão das leis.

Trump comparou o contexto do lançamento das bombas antibunkers de 14t sobre Fordow ao das explosões atômicas em Hiroshima e Nagasaki. "Aquele ataque acabou com a guerra. Não quero usar o exemplo de Hiroshima, não quero usar o exemplo de Nagasaki, mas foi essencialmente a mesma coisa. Aquilo acabou com a guerra. Isto acabou com a guerra", declarou Trump à margem da cúpula da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), em Haia, na Holanda.

O titular da Casa Branca insistiu que a ofensiva americana, na madrugada de domingo passado (noite de sábado, em Brasília), destruiu "totalmente" as instalações nucleares iranianas e que o programa nuclear "retrocedeu décadas". "Não vão construir bombas por muito tempo", anunciou. Trump ameaçou o Irã com novos ataques caso o regime tente retomar o enriquecimento de urânio. Ele anunciou que Washington e Teerã reativarão as negociações e disse que "podem assinar um acordo": "Vamos conversar na próxima semana com o Irã, poderemos assinar um acordo, ainda não sei".

Sobre a guerra na Faixa de Gaza, informou que houve "grandes avanços" rumo a um cessar-fogo entre Israel e o grupo terrorista Hamas. O enviado especial da Casa Branca ao Oriente Médio, Steve Witkoff, afirmou que "Gaza está muito perto" de uma solução.

Atraso

O porta-voz das Forças de Defesa de Israel, Effie Delfrin, foi mais comedido na análise do impacto dos bombardeios às usinas iranianas. "Demos um duro golpe no programa nuclear e também posso dizer que o atrasamos em vários anos", disse. "Mas ainda é cedo para avaliar os resultados da operação."

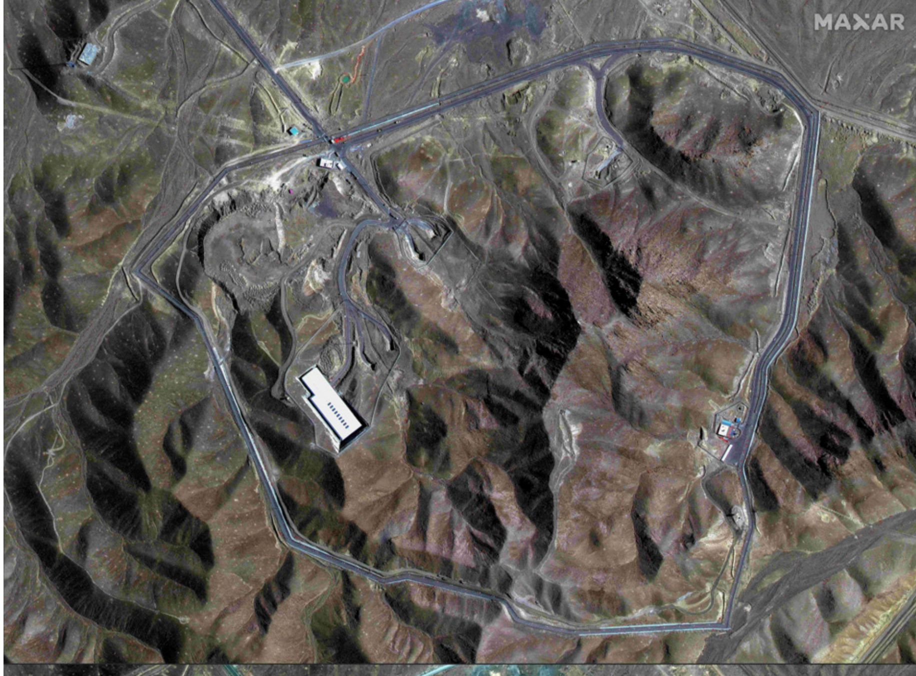
Daryl G. Kimball, diretor-executivo da Associação para o Controle de Armas (em Washington), contestou a comparação feita por Trump sobre os bombardeios ao Irã e os ataques nucleares contra Hiroshima e Nagasaki, em 1945. "Ao contrário dos ataques ilegais dos EUA no Irã, os bombardeios americanos de 6 e de 9 agosto, respectivamente, nas cidades de Hiroshima e Nagasaki, mataram 210 mil pessoas. Assim como os bombardeios no Japão, a ofensiva americana no Irã representa um desvio desnecessário e trágico dos esforços diplomáticos que poderiam ter colocado fim às hostilidades", explicou ao **Correio**.

De acordo com Kimball, os indícios iniciais confirmam que o bombardeio americano a Fordow e a outras instalações nucleares iranianas danificaram seriamente e até mesmo destruíram algumas delas. "No entanto, o ataque combinado provavelmente apenas atrasou em vários meses a capacidade do Irã de produzir material para a bomba atômica", avaliou. "A ação militar, por si, pode apenas reduzir as capacidades nucleares, mas é incapaz de sua eliminação. O conhecimento nuclear, o estoque de urânio enriquecido e a determinação do regime teocrático islâmico em manter o programa em andamento ainda estão lá."

Pesquisador do Centro James Martin para Estudos de Não Proliferação (em Monterey, Califórnia), Sam Lair avaliou que é prematuro inferir se o Irã ficará compelido a construir a bomba atômica, após os ataques de Israel e dos EUA. "Nós teremos que ver a extensão dos danos e qual o sentimento dominante no Irã antes de avaliar se Teerã poderia optar por desenvolver uma arma nuclear."

Lair considera que a comparação entre os ataques ao Irã e os bombardeios em Hiroshima e Nagasaki é "historicamente carregada". "Não está claro se o conflito acabou; o cessar-fogo pode fracassar. A ofensiva contra instalações nucleares não parece ter encerrado a guerra. O Irã golpeou a base americana no Catar, depois do ataque em Fordow. Iranianos e israelenses continuaram a trocar fogo até a trégua começar."

Maxar Technologies/AFP





Fotografias feitas por satélite da central de enriquecimento de urânio de Fordow, na província de Qom, mostram o antes (E) e o depois (D) da ofensiva aérea norte-americana

Palavra de especialista

"É hora da diplomacia séria"

"Ficou bastante claro que os iranianos, em antecipação ao bombardeio americano, removeram o estoque de mais de 400kg de urânio enriquecido a 60% do complexo de Fordow e talvez de outras instalações, incluindo Isfahan. Este material, caso enriquecido até os 90%, forneceria matéria-prima suficiente para cerca de 10 bombas atômicas. Informações da inteligência americana dão conta de que seria necessário pelo menos um ano para que esse material fosse transformado em ogivas pequenas e leves o suficiente para serem lançadas por um míssil balístico. Além disso, o Irã também mantém capacidade de fabricação de centrífugas, um fator que pode ajudá-lo a reconstruir as máquinas para permitir mais atividades de enriquecimento de urânio.

Os ataques dos EUA a Fordow atrasaram o programa iraniano em pelo menos vários meses, mas ao custo de prejudicarem ainda mais a confiança entre as partes. Também devem fortalecer a determinação de Teerã em reconstituir suas atividades nucleares sensíveis, além de reduzirem os incentivos do Irã para cooperar com a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA). Permanece o risco de proliferação a médio e longo prazo. Isso inclui a possibilidade de o Irã anunciar a intenção de abandonar o Tratado de Não Proliferação Nuclear e, possivelmente, prosseguir com o armamento.

Agora é hora de retornar à diplomacia séria e concordar com o retorno dos inspetores da AIEA ao Irã para que eles possam avaliar o status das atividades nucleares do Irã e tentar prestar contas de seu material nuclear, incluindo o urânio altamente enriquecido acumulado antes da guerra."

Daryl G. Kimball, diretor-executivo da organização não governamental Associação para o Controle de Armas, sediada em Washington D.C.

Arquivo pessoal



627
Total de iranianos mortos durante os 12 dias de guerra com Israel — o saldo de feridos é de 4.870

28
Número de israelenses mortos, segundo autoridades e socorristas

Julien De Rosa/AFP



Rafael Grossi: "Não é um favor, é uma obrigação jurídica"

Cooperação é compulsória, adverte AIEA

Ante a informação de que o Parlamento do Irã aprovou a suspensão da colaboração do país com a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), o diretor-geral da organização, o diplomata argentino Rafael Grossi, alertou que a cooperação entre as duas partes é "uma obrigação". "A cooperação do Irã conosco não é um favor, é uma obrigação jurídica, enquanto o Irã continuar sendo signatário do Tratado de Não Proliferação (TNP)", disse Grossi à emissora de televisão France 2.

A declaração chega no momento em que não há informações sobre o paradeiro ou a possível destruição de aproximadamente 400kg de urânio altamente enriquecido por causa dos ataques israelenses. "A AIEA perdeu visibilidade sobre esses materiais desde que as hostilidades começaram", acrescentou Grossi. No entanto, o diretor disse que "não quer dar a impressão de que está perdido ou escondido".

Grossi foi perguntado sobre as declarações do presidente americano Donald Trump, que afirmou que o programa nuclear iraniano retrocedeu várias "décadas" pelos bombardeios de seu país. O argentino respondeu que não tem muita confiança "nesta visão cronológica sobre as armas de destruição em massa". "Imagino que é uma avaliação política", concluiu.

Credibilidade

Ao justificar a decisão de aconselhar a suspensão da colaboração com a agência da ONU, o presidente do Parlamento iraniano, Mohammed Bagher Ghalibaf, não poupou críticas à organização. "A AIEA, que se recusou inclusive a condenar minimamente o ataque às instalações nucleares do Irã, colocou em jogo sua credibilidade internacional", declarou.

Ghalibaf anunciou que a Organização de Energia Atômica do Irã suspenderá a cooperação com a AIEA "até que seja garantida a segurança das instalações nucleares". O porta-voz do Ministério das Relações Exteriores, Esmail Baqai, confirmou que a cooperação com a AIEA "certamente será afetada". Ele criticou a agência por ter aprovado uma resolução, em 12 de junho, acusando o Irã de não respeitar suas obrigações nucleares.

VISÃO DO CORREIO

Lixões ainda predominam no Brasil

Adiar decisões e o cumprimento de leis é uma triste rotina no Brasil. Em 2 de agosto de 2024, todos os lixões do país deveriam estar extintos, como determinou a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305, de 2010). Hoje, 15 anos depois, há mais de 3 mil lixões em operação, ou seja mais de 50% dos municípios brasileiros ainda praticam o descarte incorreto de resíduos a céu aberto.

O impacto dos lixões não se restringe ao meio ambiente — solo e corpos hídricos. Os lixões são nocivos aos humanos, tanto por afetar os ecossistemas, quanto pela proliferação de doenças, como leptospirose, dengue, febre tifoide, cólera, disenteria entre outras, que proliferam na água e por aninharem vetores de outras moléstias.Para o biólogo Antonio Aguiar, professor da Universidade de Brasília, quem paga pelo descumprimento das leis, no fim, são as comunidades próximas aos depósitos inadequados de resíduos ou atingidas por algum desastre que comprometa o ambiente onde residem.

Geralmente são comunidades de baixíssima renda, desprovidas de serviços públicos adequados, como rede de saúde, entre outros equipamentos necessários ao seu bem-estar. Foi assim, com a tragédia de Brumadinho, com o rompimento da barragem de uma mineradora e, mais recente, com o Rio Descoberto, afetado pelo colapso do Aterro Sanitário Ouro Verde, no município goiano de Padre Bernardo, vizinho do Distrito Federal.

Entre as cidades que não dispõem de aterro sanitário, como estabelecido em lei, está Belém do Pará, que, em novembro próximo, sediará a Conferência do Clima da Organização das Nações Unidas, a COP30. No início desta semana, a Câmara Municipal da capital paraense instalou uma CPI para apurar um possível superfaturamento no contrato da prefeitura e do consórcio Ciclus Amazônia. A prefeitura alega dificuldades para encontrar um local adequado à destinação do lixo, uma vez que a coleta seletiva é baixa na cidade — só 2% dos resíduos recicláveis chegam às cooperativas.

Por sua vez, o Congresso Nacional tende a flexibilizar as regras do licenciamento ambiental, a fim de unificar e facilitar as intervenções no meio ambiente. Não mantém nenhuma barreira de proteção às áreas ocupadas pelos povos originários, tradicionais, de preservação ambiental, o que facilita invasões de territórios e desmatamentos. Para o Ministério do Meio Ambiente, a proposta representa "desestruturação significativa" da atual legislação e confronta o artigo 225 da Constituição Federal, que garante aos cidadãos brasileiros o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, com exigência de estudo prévio de impacto ambiental para instalação de qualquer obra ou atividade que possa causar prejuízos ambientais.

A mudança na legislação até agora vigente não impedirá, portanto, a instalação de lixões em quaisquer locais, comprometendo seriamente a qualidade de vida dos cidadãos. Essa possibilidade, ainda que não esteja explícita, pode prevalecer, uma vez que não haverá necessidade de estudo prévio nem restrições à instalação de lixões ou aterros sanitários. Trata-se de ações conflitantes com qualidade de vida da população, quando o poder público tem como missão precípua garantir o bem-estar da sociedade em todos os sentidos.



CIDA BARBOSA
cidabarbosa.df@dabr.com.br

Educação com respeito

Meninas e meninos têm o direito de brincar e de desenvolver plenamente suas capacidades, com orientação e afeto de pais ou responsáveis. Têm de ser respeitados, especialmente no processo de educação. Não é uma concessão para com eles. É direito, inclusive previsto em lei.

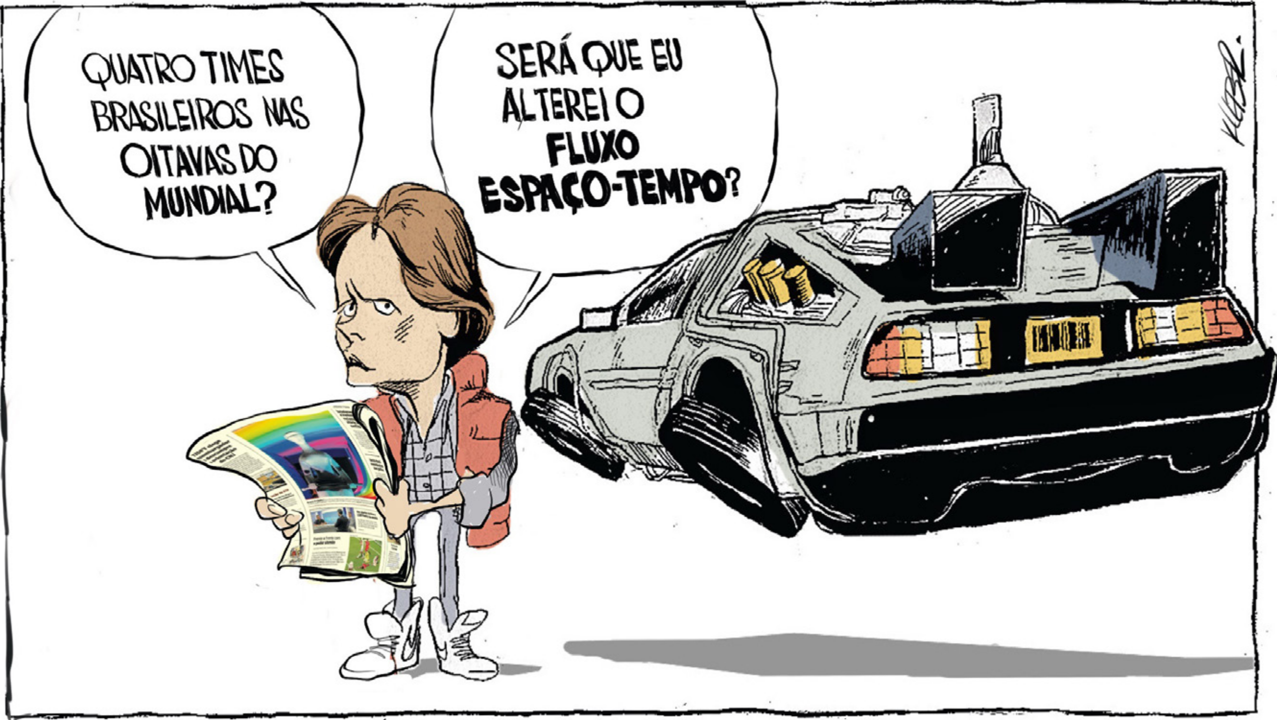
Isso tem de ser reiterado constantemente, porque no Brasil persiste a hedionda cultura de espancar crianças e adolescentes para "educá-los". Este é um país que normaliza a crueldade, que vê como prerrogativa de pais ou responsáveis impor castigos físicos e humilhantes para "disciplinar" meninos e meninas.

Hoje, 26 de junho, marca o Dia Nacional da Educação sem Violência. A data se refere à sanção da Lei Menino Bernardo, que modificou o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e estabelece: "A criança e o adolescente têm o direito de serem educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto, pelos pais, pelos integrantes da família ampliada, pelos responsáveis, pelos agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou por qualquer pessoa encarregada de cuidar deles, tratá-los, educá-los ou protegê-los".

A lei ganhou esse nome em alusão a Bernardo Boldrini. O garoto, de 11 anos, foi morto em abril de 2014, em Três Passos (RS), com uma superdosagem de medicamento. Meses antes, ele tinha ido sozinho ao fórum da cidade pedir socorro, dizendo que sofria maus-tratos em casa.

Machucar crianças e adolescentes é uma covardia. A perversidade torna-se maior ainda quando praticada por quem deveria protegê-los. Meninos e meninas não são propriedades das famílias, não são inferiores aos adultos, são sujeitos de direitos.

É urgente implementar políticas públicas efetivas para combater a "educação" violenta. Temos de varrer do país essa prática abominável, conscientizar e engajar a população nesse enfrentamento. Infelizmente, até hoje, pouco ou nada foi feito nesse sentido. Cito aqui o que enfatiza o artigo 18 do ECA: "É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor". Dever de todos.



» Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato.
» **E-mail:** ***sredat.df@dabr.com.br***

Congresso 1

Ao vermos na mídia nossos parlamentares só olharem para o próprio umbigo, preocupados somente em suas emendas parlamentares, aumento do número de deputados e do fundo partidário, e se lixando para projetos de interesse da população em geral; e ao vermos também chefes de Estado envolvidos em guerras fratricidas que põem em risco toda população de nosso planeta, me vem à mente um conceito elaborado pelo eminente político inglês Winston Churchill: "A diferença entre os humanos e os animais é que os animais não escolhem insanos para liderar a manada". Uma verdade cristalina que deixa triste e envergonha toda humanidade!

» **Paulo Molina Prates**
Brasília

Congresso 2

Esse aumento de parlamentares foi proposto pela bancada bolsonarista na Câmara dos Deputados. O Brasil já possui mais deputados do que a Europa toda. Os bolsonaristas cobram o corte de gastos do governo e propõem um aumento do número de deputados? Isso é incongruente!

» **Eduardo Rodrigues**
Brasília

Congresso 3

Mais uma vez, o Brasil está na contramão do mundo. Enquanto os países buscam formas de racionalizar os gastos públicos, por aqui aumentamos o número de parlamentares. Não é problema ou falta de compromisso com a causa pública do partido X ou do partido Y. Eles se juntam e desmerecem a vontade de milhões de pessoas que os elegeram e pagam seus salários. É clara a desaprovação do povo com o aumento do número de deputados e com todas as regalias a que eles têm direito. Mesmo assim, o projeto de lei foi aprovado. Nossa política é de quinta categoria. É por isso que seguimos tão atrasados em tantas frentes!

» **Fabrício Borges**
Asa Norte

Demagogia

A demagogia é uma postura da velha política que geralmente é colocada em segundo plano, abaixo da corrupção, da troca de favores ilegais e do loteamento do Estado. Aparentemente inofensiva, a demagogia é um dos fatores do atraso em que vive o Brasil, pois simplifica questões importantes e impede que assuntos sérios e relevantes sejam debatidos com profundidade e seriedade, além de despolitizar a solução dos problemas. A demagogia manifesta-se de diversas maneiras, todas nocivas. Assim como a corrupção e o toma lá dá cá, quem perde com a demagogia dos políticos é a sociedade. É demagogia, por exemplo, cobrar gastos do governo com obras, com contratações, prometer sem mostrar como será cumprida a promessa ou, depois, deixar de cumpri-la. É demagogia anunciar ou exigir ações e medidas que se sabe serem irrealizáveis para fazer média com grupos de pessoas ou entidades. É demagogia proferir discursos ruidosos com palavras vazias e frases de efeito, sem qualquer conteúdo. Embora sejam mais características de políticos de oposição por oposição, sem linha definida e sem nenhuma coerência, pois não carregam a responsabilidade de governar e prestar contas da gestão. Estamos nos deparando com uma guerra cultural nas redes sociais com postagens ufanistas e prolixas. Dizem que a demagogia caminha ao lado da simulação de produtividade. Será que não é isso o que está ocorrendo no governo federal?

» **Renato Mendes Prestes**
Águas Claras

Desabafos

» Pode até não mudar a situação, mas altera sua disposição

Caso Juliana: Foi mais fácil resgatar um corpo sem vida? O que a família esperava era o resgate de uma vida!

Silvana Mesquita — Brasília

Tanta coisa para se preocupar no país e tem gente ainda gastando energia pensando em como aumentar o número de deputados. Que lástima!

Jacqueline Braga — Brasília

Não existe equilíbrio fiscal com um Congresso comendo orçamento secreto e aprovando projetos de gastos sem sentido

Leandro Bertrand — Brasília

Aprovado aumento da mistura obrigatória do biodiesel para 15%. No Brasil, gasolina batizada e com muitos impostos!

João Silva — Brasília

Alô, GDF! Motoristas que trafegam no sentido Taguatinga-Plano Piloto reclamam das obras sem fim na EPTG e da péssima sinalização, que leva a erros de percurso. E não adianta usar aplicativos de mapa!

Marcos Paulino — Vicente Pires

Educação

Não entendo o porquê dessa resistência do Governo do Distrito Federal (GDF) em dar aumento salarial e melhores condições de trabalho para os professores. Os salários são baixíssimos e eles trabalham, muitas vezes, em escolas sem estrutura, com alunos problemáticos… A educação deveria ser muito respeitada!

» **Patrícia Baraúna**
Brasília

Igrejinha

A Igreja Nossa Senhora de Fátima, também conhecida como Igrejinha da 307/308 Sul, foi o primeiro templo católico em alvenaria a ser erguido em Brasília, inaugurado em 28 de junho de 1958. Neste sábado, a Igrejinha Nossa Senhora de Fátima celebra 67 anos. Obra de Oscar Niemeyer, tombada pela Unesco, é um dos mais importantes cartões postais de Brasília.

» **José Ribamar Pinheiro Filho**
Asa Norte

CORREIO BRAZILIENSE

"Na quarta parte nova os campos ara
E se mais mundo houvera, lá chegara"
Camões, e, VII e 14

GUILHERME AUGUSTO MACHADO
Presidente

Leonardo Guilherme Lourenço Moisés
Vice-Presidente executivo

Ana Dubeux
Diretora de Redação

VENDA AVULSA

Localidade	SEG/SÁB	DOM
DF/GO	R$ 5,00	R$ 7,00

ASSINATURAS*

SEG a DOM
R$ 1.187,88
360 EDIÇÕES
(promocional)

Assine
(61) 3342.1000 – Opção 01 ou (61)99966.6772 Whatsapp

*Preços válidos para o Distrito Federal e entorno.

Consulte a Central de Relacionamento **(3342-1000) ou (61) 99158.8045 Whatsapp,** para mais informações sobre preços e entregas em outras localidades, assim como outras modalidades e formas de pagamento. Assinaturas com forma de pagamento em empenho terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação é sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.

Anuncie
Publicidade: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp
Publicidade legal: (61) 3214.1245 ou (61) 98169.9999 Whatsapp
Classificados: (61) 3342.1000 ou (61) 98169.9999 Whatsapp

S.A. CORREIO BRAZILIENSE – Administração, Redação e Oficinas Edifício Edilson Varela, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rede Interna: 3214.1078 - Redação: (61) 3214.1100; Comercial: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp.



Endereço na Internet: http://www.correioweb.com.br
Os serviços noticiosos e fotográficos são fornecidos pela AFP, Agência Estado e D.A Press.
Tel: (61) 3214-1131

DIÁRIOS ASSOCIADOS

D.A Press Multimídia
Atendimento pessoalmente para pesquisa em jornais e cópias:
SIG Quadra 2, nº 340, bloco I, Subsolo – CEP: 70610-901 – Brasília – DF, de segunda a sexta, das 9h às 18h.

Atendimento para venda de conteúdo:
Por e-mail, telefone ou pessoalmente: de segunda a sexta, das 9h às 22h/ sábados, das 14h às 21h/ domingos e feriados, das 15h às 22h.
Telefones: (61) 3214.1575 /1582/1568.
E-mail: *dapress@dabr.com.br* Site: *www.dapress.com.br*

Eufrázio

Brasil cresce, mas precisa destravar o futuro



» TATIANA RIBEIRO
Mestre em gestão e políticas públicas e diretora-executiva do Movimento Brasil Competitivo

A alta de 1,4% no PIB do Brasil no primeiro trimestre de 2025, acima da média da OCDE e até da China, é um sinal positivo, mas o cenário precisa ser lido com responsabilidade. O crescimento existiu, sim, mas não representa o fim da estagnação estrutural que ainda nos impede de avançar de forma sustentável. Se não enfrentarmos de forma concreta os entraves que impactam o país há décadas, seguiremos comemorando resultados pontuais enquanto desperdiçamos nosso verdadeiro potencial.

Já sabemos bem onde estão os gargalos que freiam nosso real potencial de crescimento. Falta decisão política e coordenação, isso sim. O Brasil tem ativos poderosos, como biodiversidade, matriz energética limpa, base industrial, ecossistema de inovação em expansão e uma agropecuária tecnológica que pode avançar para um modelo agroindustrial mais inovador e sustentável.

Mas esses diferenciais esbarram no chamado Custo Brasil — um conjunto de barreiras que impõem um peso estimado em R$ 1,7 trilhão por ano à economia brasileira. Essas ineficiências reduzem a produtividade, dificultam a geração de empregos formais, afastam investimentos e limitam a competitividade das nossas empresas no mercado global.

O impacto aparece na prática: crescimento mais lento do PIB, menos investimentos e menor geração de empregos. A economia até tenta acelerar, mas continua puxada para trás. Segundo o Observatório do Custo Brasil, seria possível reduzir em R$ 530 bilhões esse peso estrutural apenas com ações já mapeadas em áreas como infraestrutura, crédito, tributos, gás, energia e digitalização. O diagnóstico está feito. A questão agora é: o que ainda nos impede de tirar essas travas do caminho?

A verdade é que a falta de modernização da gestão pública, do ambiente de negócios e do sistema regulatório se transformou em risco sistêmico. O tempo que o Brasil leva para tirar uma obra do papel, contratar um serviço ou capacitar um jovem para o mercado de trabalho não condiz com a velocidade que a economia global exige. É a produtividade que impulsiona ciclos sustentáveis de crescimento. Sem ela, o fôlego se perde.

E os sinais de desaceleração aparecem no horizonte. Segundo o relatório mais recente da OCDE, o PIB brasileiro deve crescer 2,1% em 2025 e apenas 1,6% em 2026 — abaixo dos 3,4% projetados para 2024. O próprio relatório aponta que o investimento privado deve se tornar mais restritivo, com impacto direto no consumo interno. Soma-se a isso o cenário externo, pressionado pela incerteza global, pela retração na demanda por commodities e pelos reflexos indiretos do "tarifaço" dos EUA.

Além de tudo isso, um problema se repete em todos os setores: faltam profissionais qualificados. Em plena era da inteligência artificial (IA) e da transformação digital, o Brasil ainda falha no básico — educação técnica, letramento digital e preparação para o novo mundo do trabalho.

Por isso, é necessário olhar para a educação como política econômica estratégica. O ensino técnico e profissionalizante precisa ser resgatado como via legítima de mobilidade social, desenvolvimento e conexão real com as demandas do setor produtivo.

E mais do que uma regulação pontual para a IA, precisamos de uma estratégia abrangente que permita inovar com responsabilidade, garantindo segurança jurídica e proteção, mas sem sufocar a criatividade de startups, centros de pesquisa e pequenos negócios. Uma regulação que incentive a adoção ética da tecnologia e prepare nossa sociedade para um futuro digital competitivo e inclusivo — alinhando-se, assim, com a necessidade de qualificação profissional para um mercado em transformação.

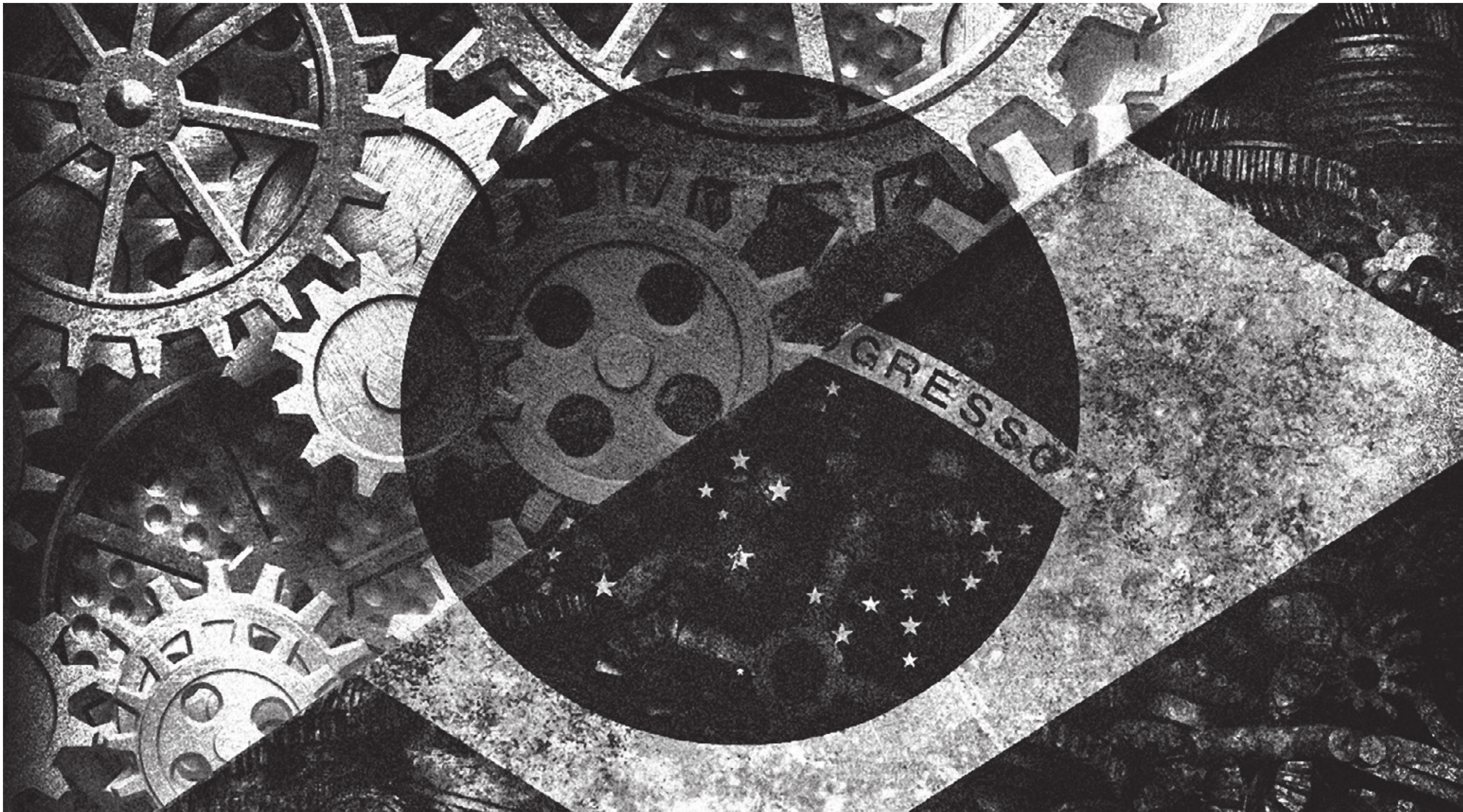
Outro ponto crucial para acelerarmos é facilitar o acesso ao crédito. Enquanto países com ambientes financeiros mais eficientes conseguem impulsionar investimentos e inovação, o Brasil ainda convive com um dos *spreads* bancários mais altos do mundo. Isso encarece o capital, penaliza empresas e dificulta o crescimento de quem empreende.

Sempre insisto, também, que não podemos subestimar nosso enorme potencial de liderar a transição energética global. Com uma matriz majoritariamente renovável, o Brasil tem condições únicas para atrair datacenters, *hubs* industriais e cadeias de produção que buscam sustentabilidade e previsibilidade energética. Mas esse protagonismo só se consolidará se houver estabilidade regulatória, previsibilidade jurídica e inteligência estratégica.

Crescer 1,4% no trimestre não é alívio — é alerta. Alerta de que, mesmo com potencial imenso, seguimos presos a entraves antigos que impedem o Brasil de dar saltos reais. Não há mais espaço para acomodação diante de um mundo que exige velocidade, estratégia e coragem.

Ou enfrentamos o Custo Brasil com a seriedade e a urgência que ele impõe, ou continuaremos celebrando migalhas de crescimento enquanto perdemos relevância global. O país não pode mais viver de projeções frustradas nem de promessas empurradas para depois.

O Brasil tem tudo para liderar. Mas isso exige escolha, foco e ação. Crescer mais — e melhor — é possível. Mas depende, antes de tudo, da nossa capacidade de agir como um país que quer, de fato, ocupar o lugar que merece no século 21.



Extremos que não se equivalem



» JOSÉ HORTA MANZANO
Empresário

Há uma tendência recorrente de colocar extrema-esquerda e extrema-direita no mesmo plano moral e histórico. A ideia de que uma seria o espelho da outra com sinais trocados não resiste a uma análise mais profunda. Embora o radicalismo seja a tônica de ambas, os fundamentos ideológicos, as motivações e os objetivos que as movem são substancialmente diferentes.

A extrema-direita tem obsessão pela origem, pelo sangue e pelo pertencimento nacional, assumindo a pátria o valor absoluto. Os que não se encaixam nesse modelo idealizado de cidadão — muitas vezes branco, cristão e "puro" — são considerados ameaça interna. Esse discurso não raro se manifesta na retórica do "resgate de valores tradicionais" ou na defesa de um nacionalismo agressivo e excludente. São os autodenominados "patriotas", guardiães de uma identidade nacional que não passa de invenção nostálgica de um tempo que não existiu.

Já a extrema-esquerda, apesar de também incorrer em excessos e, por vezes, de flertar com o autoritarismo, parte de uma premissa bem diferente. Seu ponto de partida costuma ser a tentativa — nem sempre bem-sucedida — de erradicar a miséria, promover justiça social e melhorar as condições de vida de todos, independentemente de raça, cor, religião ou origem. Se, por um lado, pode perder-se em dogmas ou práticas centralizadoras, por outro, tem como horizonte um projeto de inclusão e equidade. Essa diferença, por si só, já impede que as duas extremas sejam vistas como farinha do mesmo saco.

O ponto de contato entre ambas, sem dúvida, está no recurso à violência como ferramenta política. Quando a moderação é abandonada, quando o diálogo é substituído pela imposição, os extremos se encontram na radicalização dos meios — ainda que os objetivos sejam distintos.

Há casos emblemáticos da ascensão da extrema-direita em democracias consolidadas. Trump é o retrato fiel de uma política voltada para trás, centrada em uma ideia mitificada do passado americano. Em seu slogan de campanha *Make America Great Again,* o again (de novo) revela esse desejo de regressão a um tempo idealizado — uma época marcada por ordem, prosperidade e respeito internacional, mas que, na prática, era também um tempo de exclusões sistemáticas.

Essa nostalgia política se traduziu em políticas de segregação e exclusão. Sua hostilidade aberta contra imigrantes latino-americanos ou de fé muçulmana e seu discurso racista e xenófobo constituem uma ruptura da igualdade preconizada pelos fundadores do país. A obsessão pela raça e pelo pertencimento nacional torna-se, então, não apenas perigosa, mas solapadora para a democracia.

Trump, como muitos líderes de extrema-direita, mostrou-se incapaz de governar de forma ampla e responsável. Suas decisões estouvadas e sua recusa de aceitar as regras democráticas deixaram os EUA à beira de uma crise institucional. Ainda assim, parte significativa da população parece hipnotizada e inerte diante de seus abusos — fenômeno que inquieta outras democracias pelo mundo.

No Brasil, um país miscigenado, a noção de "raça" como critério de exclusão perde consistência. É impossível definir os contornos raciais de um povo marcado pela mistura. Isso levou nossa extrema-direita a buscar outros marcadores para cumprir papel excludente.

No nosso contexto, a religião tem sido usada como ferramenta de segregação e controle. As denominações neopentecostais foram alçadas ao status de guardiãs da moral nacional, enquanto outras religiões passaram a ser vistas com indiferença ou até com hostilidade. O fato religioso tornou-se combustível para a radicalização e a divisão social.

A violência, antes simbólica, ganhou corpo na sedição do 8 de Janeiro. Os líderes da intentona jamais se retrataram de seus atos. A extrema-direita brasileira, à semelhança da americana, tem tentado se escorar numa visão messiânica de mundo, com resultados alarmantes.

Apesar das desigualdades persistentes, da violência urbana e da crise política permanente, o Brasil tem algo que, nos últimos anos, mostrou-se vital: instituições que funcionam. Ao contrário dos Estados Unidos, cujo sistema judiciário parece paralisado diante de um presidente que o desafia abertamente, o Brasil conseguiu reagir.

Nos momentos mais críticos, coube ao Judiciário atuar como último bastião à beira da ribanceira. Nossas instituições resistem aos impulsos autoritários e mantêm, com esforço, o país em rota democrática. Diante de tanta desgraça, esse é um fator que não deve ser desprezado.

Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha (interina) // *circecunha.df@dabr.com.br*

Inserir os desiguais

Lídia Jorge, famosa escritora portuguesa, tem abordado, há alguns anos, a questão da cidadania numa Europa invadida por populações vindas da África e do Oriente, fugidas das guerras e das perseguições e que trazem consigo culturas e crenças que têm assustado os europeus. Mesmo diante de tanta polêmica, tem a coragem de dizer que a cidadania é algo que se constrói em conjunto. Lembrando que uma nação é formada também pelas memórias mais dolorosas e que só há futuro possível quando essas feridas são reconhecidas. Lídia tem combatido a disseminação do ódio e do extremismo, que silenciam vozes.

Num momento em que gritos e divisões se espalham pelos quatro cantos do continente europeu, sua voz serena tem o poder de aproximar e reconciliar. Num país consumido e exausto de tanto barulho e desinformação, ela traz a firmeza e a clareza de quem planta raízes de verdade. Eis o que disse em recente discurso: "Shakespeare, Cervantes e Camões perceberam bem que, em dado momento, é possível que figuras enlouquecidas, emergidas do campo da psicopatologia, assaltem o poder e subvertam todas as regras da boa convivência. Quando ficarem em causa os fundamentos institucionais, científicos, éticos, políticos e os pilares de relação de inteligência homem-máquina entrarem num novo paradigma, que lugar nós ocuparemos como seres humanos? O que passará a ser um humano?"

Não restam dúvidas de que a Europa, primeiro, e depois o mundo estão experimentando, neste início do terceiro milênio, mudanças rápidas e desafiadoras — sobretudo os países do Ocidente. O que fazer diante de tão inusitado e delicado momento histórico como a imigração? Eis aí outro grande desafio aos humanos que vêm a se somar a questões capitais, como a do aquecimento global e a do esgotamento dos recursos naturais.

A fala de Lídia Jorge ressoa com especial força num tempo em que as democracias ocidentais enfrentam múltiplos desafios: o avanço da desinformação, o colapso de consensos mínimos de convivência e, como pano de fundo, o agravamento das tensões identitárias trazidas pelas ondas migratórias — especialmente em países como França, Alemanha, Suécia e Reino Unido.

A escritora portuguesa aponta para um ponto essencial: a cidadania não é apenas um status jurídico, mas uma prática ativa de convivência baseada em reconhecimento mútuo, respeito e pertencimento. Quando ela evoca Shakespeare, Cervantes e Camões, não o faz por vaidade literária, mas para mostrar que, já no passado, se compreendia o risco de governos capturados por figuras patológicas que, em nome da ordem ou da tradição, promovem políticas de exclusão e medo. Esse é o risco que hoje ronda a Europa — e o Ocidente em geral.

A Europa vive uma encruzilhada que expõe a tensão entre dois valores centrais de suas democracias: o universalismo dos direitos humanos e a preservação da identidade cultural. É fato que uma minoria radical entre os imigrantes desafia os valores liberais ocidentais, promovendo a intolerância religiosa, o sexismo e até a violência. Mas é igualmente fato que a esmagadora maioria migra por necessidade, foge da guerra ou da fome e busca apenas uma vida digna.

Aqui é que a reflexão de Lídia Jorge se impõe: não podemos deixar que o medo apague a empatia. Cidadania, como ela bem diz, não é apenas documento — é ter voz, ter espaço, ser valorizado. Quando se nega cidadania a um grupo inteiro com base na origem ou religião, rompe-se a lógica democrática e abre-se espaço para políticas regressivas que desumanizam e, paradoxalmente, alimentam a radicalização.

O problema real não é a migração em si, mas a ausência de políticas de integração eficazes. O multiculturalismo falhou não porque acolheu, mas porque falhou em exigir reciprocidade cultural. A integração não é assimilação forçada, mas também não pode ser passividade estatal diante da imposição de práticas que contrariam os direitos humanos (como casamentos forçados, mutilação genital feminina ou intolerância religiosa).

A cidadania deve ser dada a quem se compromete com os princípios constitucionais do país que o acolhe. Isso exige contratos de integração mais firmes, mas também educação intercultural e espaços de escuta mútua. Políticas públicas de convivência têm mostrado que não basta controlar fronteiras — é preciso investir em educação, moradia e trabalho para os imigrantes. E evitar a formação de guetos sociais que alimentam o ressentimento mútuo.

O combate à radicalização, tanto à islamista quanto à de extrema-direita, é necessário. A ascensão de partidos como o Rassemblement National (França), Vox (Espanha), AfD (Alemanha) ou Chega (Portugal) mostra que o medo está sendo instrumentalizado politicamente. Esses partidos se alimentam da crise e, por vezes, a ampliam. Narrativas equilibradas se fazem necessárias junto a imprensa e a cultura, que têm um papel crucial nesse processo. É preciso não esconder os problemas, mas também não promover generalizações que criminalizam etnias ou religiões inteiras. É nessa linha que atua a fala de Lídia Jorge — sem negar as tensões, mas propondo pontes.

A frase que foi pronunciada:

As sociedades que não seguram a justiça, criam a desordem.

Lídia Jorge

História de Brasília

Dois carros do govêrno numa reta de quatro quilômetros, em pista plana, de 25 metros de largura, rodando na mesma direção, chocaram-se espetacularmente na manhã de ontem.

(Publicada em 5/5/1962)

Eufrázio

TENSÃO NO ORIENTE MÉDIO

Após pressão, Trump canta vitória

Ao dobrar os investimentos em defesa na Otan, o presidente dos EUA alega que as 32 nações estarão mais protegidas, mas esbarra na negativa da Espanha. É chamado de "querido" pelo secretário da aliança, que faz elogios ao republicano

» RENATA GIRALDI

Após pressionar e ameaçar quem estava em desacordo, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump conseguiu o que tanto queria. A Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) se comprometeu a repassar 5% do PIB (Produto Interno Bruto) para as despesas com defesa e segurança mediante riscos de conflitos armados. É também uma demonstração de apoio a Trump na disputa de forças com o presidente da Rússia, Vladimir Putin. Porém, isolado, o primeiro-ministro da Espanha, Pedro Sánchez, recusou-se a apoiar a iniciativa. A reação veio imediatamente.

"Eles (os espanhóis) são os únicos que se recusam a pagar. Vamos fazê-los pagar o dobro", ressaltou o republicano, esquecendo-se de incluir a Bélgica, como outro país resistente ao acordo. Os espanhóis afirmam que a retaliação virá via acordos comerciais. "A Espanha, portanto, não gastará 5% de seu PIB em defesa, mas sua participação, peso e legitimidade na Otan permanecerão intactos", ressaltou Sánchez.

Para Trump, apesar do dissabor com a Espanha, a Cúpula da Otan, em Haia, na Holanda, foi positiva. "Uma grande vitória para os Estados Unidos", resumiu. "Acho que a cúpula foi fantástica, um grande sucesso", acrescentou o norte-americano. O acordo foi finalizado antes da reunião em Haia e depois assinado pelos líderes. Sánchez conseguiu excluir expressões mais densas e manter as neutras.

"Essa é uma aliança mais forte, mais justa", definiu o secretário-geral da aliança, Mark Rutte, após o término da reunião. "O presidente Trump deixou claro: os Estados Unidos estão comprometidos com a Otan. Ao mesmo tempo, deixou claro que os Estados Unidos esperam que os aliados contribuam mais."

A declaração, em que os líderes se comprometem com o repase de até 5% do PIB para despesas militares, contem apenas cinco parágrafos. Os representantes da Espanha e da Bélgica reagiram, informando que não dispõem de orçamento para tanto. O primeiro-ministro espanhol, Pedro Sánchez, chegou a ser ameaçado por Trump.

O primeiro-ministro espanhol chamou sua meta de gastos de "suficiente, realista e compatível". No entanto, Donald Trump denunciou a posição espanhola como "terrível" e alertou que faria Madri pagar "o dobro" nas negociações comerciais em andamento.

O repasse de até 5% dos respectivos PIBs nacionais até 2035 é ambicioso e histórico. O compromisso exigirá que os membros gastem significativamente mais em sua segurança e aumentem suas capacidades, taxas de fabricação e compras de armas. A meta em vigor de 2% foi alcançada no ano passado por 22 dos países-membros.

Para o professor de relações internacionais da UDF Alan Camargo, a contabilidade é muito mais complexa do que um acordo que define percentuais e investimentos. " Ainda assim, os desafios internos e externos à sua implementação indicam que a medida, embora relevante, está longe de assegurar uma vitória estratégica duradoura para os EUA ou de restaurar plenamente a ordem ocidental."

Ucrânia

Após conversar com o chefe da Casa Branca, o presidente ucraniano, Volodymyr Zelensky, disse que pediu apoio para a compra de sistemas de defesa antiaérea americanos e coprodução de drones. Essa foi da primeira reunião entre Trump e Zelensky frente à frente, depois de terem se encontrado em Roma, em abril, durante o velório e enterro do papa Francisco.

"Falamos sobre como alcançar um cessar-fogo e uma paz verdadeira. Conversamos sobre como proteger nosso povo", escreveu o líder ucraniano em suas redes sociais.

AFP



Durante a reunião em Haia, na Holanda, o norte-americano define o acordo firmado como uma "grande vitória para os Estados Unidos"



"Eles (os espanhóis) são os únicos que se recusam a pagar. Vamos fazê-los pagar o dobro"

Donald Trump, presidente dos EUA



A Espanha, portanto, não gastará 5% de seu PIB em defesa, mas sua participação, peso e legitimidade na OTAN permanecerão intactos"

Pedro Sánchez, primeiro-ministro da Espanha

AFP



» Como fica o caixa

A maioria dos 32 países da Otan se comprometeu a investir em defesa, o equivalente a 5% do PIB nacional até 2035. A Espanha se manifestou contrariamente, alegando ausência de condições, e a contribuição máxima de 2,1%. A Bélgica idem. O valor de 5% será utilizado em dois tipos de despesas. Pelo menos 3,5% irão para compras de armas, salários e pensões das Forças Armadas. Estas despesas correspondem às capacidades militares. Já 1,5% adicional será aplicado em funções militares e civis, como controle de fronteiras e infraestruturas (portos, aeroportos, estradas).

Para agradar o "papai"

Elogiar, admirar e alardear as qualidades até aí, tudo bem. Mas o secretário-geral da Otan, Mark Rutte, foi mais adiante na valorização ao presidente norte-americano, Donald Trump, durante a cúpula da Aliança Atlântica em Haia, na Hola. Simplesmente, ele se referiu ao republicano como "papai" e, em algumas vezes como "querido Donald" e "bom amigo"

As câmeras flagraram Trump e Rutte conversando animadamente, quando o norte-americano comparou Israel e Irã a estudantes, pois se comportariam como "duas crianças no pátio de uma escola". Foi aí que Rutte comentou: "Há momentos em que o papai tem que usar uma linguagem mais dura".

O secretário-geral se referia ao palavrão que Trump falou anteontem quando Israel quebrou o cessar-fogo. "Não sabem que m...estão fazendo", disse o norte-americano, deixando escapar a expressão pouco utilizada em negociações políticas e diplomáticas. Rutte disse que o norte-americano "merece todos os elogios" por tomar uma "ação decisiva" contra o Irã e pressionar os aliados da Otan a aumentar de forma drástica seus gastos militares.

Por fim, Rutte classificou Trump como um "homem de paz" por ter articulado a trégua entre israelenses e iranianos, dois dias depois de o exército norte-americano bombardear por ordem dele três instalações nucleares iranianas. (**RG**)

AFP



O secretário-geral Mark Rutte exagerou nos elogios a Trump

Duas perguntas para

Arquivo pessoal



Alan Camargo, assessor internacional, analista político, professor da UDF, mestre em política internacional e comparada, doutorando em ciência política

A decisão da Cúpula da Otan de elevar os gastos militares para 5% do PIB dos países-membros representa uma vitória de Trump? Quais as implicações dessa medida?

Essa decisão deve ser compreendida como parte de um esforço mais amplo das potências ocidentais para revitalizar a ordem internacional liberal estabelecida no pós-Segunda Guerra Mundial. Essa ordem, liderada pelos Estados Unidos e sustentada por seus aliados europeus, enfrenta crescentes desafios por parte de potências revisionistas como China e Rússia, além de tensões persistentes no Oriente Médio. Ao ampliar suas despesas militares, a Otan busca não apenas reforçar sua capacidade de dissuasão, mas também reafirmar sua legitimidade como pilar da segurança ocidental ao longo do século 20. A implementação dessa medida enfrenta obstáculos significativos. Internamente, muitos países da aliança lidam com restrições fiscais e demandas sociais crescentes, que, em contextos democráticos, podem limitar a alocação de recursos para a defesa. Soma-se a isso a falta de coesão estratégica entre os membros e a instabilidade de política doméstica, que podem comprometer a continuidade do compromisso assumido. Os desafios internos e externos à sua implementação indicam que a medida, embora relevante, está longe de assegurar uma vitória estratégica duradoura para os EUA ou de restaurar plenamente a ordem ocidental. O poder militar continua sendo um instrumento necessário, mas insuficiente, para sustentar a hegemonia em um mundo cada vez mais multipolar.

Dentro desse cenário, o que explica a decisão do governo espanhol e quais as implicações para a decisão conjunta?

Trata-se de um sinal de tensão estratégica dentro da aliança. Em um momento em que a Otan busca reafirmar sua coesão diante de ameaças externas, a posição espanhola expõe os limites da unidade política e os desafios de coordenação entre os membros. Do ponto de vista institucional, a decisão espanhola enfraquece a narrativa de consenso. A aliança, embora baseada em compromissos coletivos, depende da adesão voluntária de seus membros. Quando a Espanha se recusa a seguir uma diretriz estratégica central pode abrir precedentes para que outros membros adotem posturas semelhantes, comprometendo a eficácia da política comum de defesa. (**RG**)

Eufrázio

JUDICIÁRIO

Barroso suspende promoção de juiz

O presidente do CNJ tomou a decisão após o TJDFT eleger Demetrius Cavalcanti para ocupar vaga de desembargador, na contramão de resolução que estabeleceu paridade de gênero nos tribunais

» MILA FERREIRA

Em medida conjunta, o presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Luis Roberto Barroso, e o corregedor nacional de Justiça, Mauro Campbell Marques, decidiram pela suspensão da promoção do juiz de segundo grau Demetrius Cavalcanti ao cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT). A escolha do juiz contraria a Resolução nº 525/2023, que determina a alternância entre listas mistas e exclusivamente femininas para promoção por merecimento, caso o tribunal possua menos de 40% de mulheres no segundo grau, como é o caso do TJDFT. Ao Correio, o tribunal informou que acatará a decisão do conselho, mas não detalhou as providências que serão tomadas.

A última promoção por merecimento da Corte do DF beneficiou o magistrado Robson Barbosa de Azevedo, em 11 de abril de 2023. Dessa forma, o CNJ orientou, por meio de ofício da conselheira Renata Gil, que o TJDFT elegesse uma lista tríplice exclusivamente feminina para que fosse escolhida uma desembargadora para a vaga aberta com a morte do desembargador J. J. Costa Carvalho, em maio.

Na decisão do CNJ, Barroso e Campbell ressaltam: "É irrelevante que tenha sido contemplada uma magistrada na promoção por antiguidade imediatamente anterior à promoção por merecimento, ora em exame. A alternância entre listas mistas exclusivamente femininas se dá entre promoções por merecimento, sendo indiferente para tal fim o resultado das promoções por antiguidade".

Na sessão da última terça-feira, por 22 votos a 13, os desembargadores do TJDFT decidiram que a lista seria mista, uma vez que entendem ter a Corte autonomia para decidir a respeito de suas promoções. Em seguida, o TJDFT formou uma lista com três nomes de homens e promoveu o mais antigo.

Antonio Augusto/STF



Depois de Luis Roberto Barroso determinar a suspensão da promoção do juiz, o TJDFT deverá escolher uma juíza para desembargadora

Reação

Antes da decisão do CNJ, o TJDFT chegou a divulgar nota à imprensa em que disse que "não corresponde com a realidade a afirmação de que a Corte brasiliense descumpriu a decisão do CNJ e desobedece regras impostas pela Resolução 525/2023". No documento, a Corte alegou que a recomendação da conselheira do CNJ Renata Gil não tem valor impositivo. "A orientação de uma eminente conselheira, ainda que presidente de um comitê que visa implementar as políticas de gênero de inclusão do sexo feminino, não possui força normativa para interferir na decisão soberana do colegiado do TJDFT". A conselheira havia recomendado o cumprimento da resolução antes da votação. "A Constituição Federal assegura a autonomia dos tribunais e, ao contrário do que foi publicado na imprensa, o TJDFT respeitou e cumpriu os regramentos e as decisões do CNJ", continuou o comunicado.

Em conversas com jornalistas, Barroso foi indagado se houve uma violação da regra. "Houve uma interpretação da resolução do CNJ que não corresponde àquela que o CNJ considera mais aceita. O que eles (o TJDFT) consideraram é que como na vaga anterior, que era por antiguidade, havia sido uma mulher, que na vaga seguinte, por merecimento, poderia ir com um homem. Não é esse o sentido da resolução, o juízo pode ser por merecimento ou por antiguidade. A antiguidade não tem paridade, mas a antiguidade tem. De modo que a paridade, a necessidade alternada por mulher, ocorre na vaga por merecimento", disse. Perguntado se haverá alguma punição, Barroso destacou que não. "Absolutamente não. Não se coloca isso em termos de punição, se coloca isso no direito, não é uma ciência matemática, é uma compreensão diversa do sentido da norma e nós estabelecemos o sentido que o CNJ entende correto, mas com o maior respeito ao tribunal. Divergências ocorrem em todos os tribunais do mundo", ressaltou. "Essa ação afirmativa em favor dos mulheres, na verdade, não é um favor, é uma questão de justiça", concluiu

OAB

A seccional do Distrito Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-DF) chegou a enviar um ofício ao presidente do TJDFT, Waldir Leôncio Júnior, solicitando esclarecimentos referentes à recente indicação para vaga de desembargador. O órgão solicitou ainda que a posse do novo desembargador fosse suspensa.

"A temática da paridade de gênero no Poder Judiciário e nas instituições em geral tem gerado ingente repercussão social e jurídica. Para a OAB, em particular, este tema é de valor inestimável e central para os princípios que defende", disse trecho do ofício assinado pelo presidente da entidade, Paulo Maurício Siqueira, e enviado ao presidente do TJDFT. "O tema da paridade de gênero nos é tão caro que o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (CFOAB), em decisão histórica, aprovou e implementou a paridade de gênero e cotas raciais para as eleições de todo Sistema OAB a partir de 2021", acrescentou.

» Entrevista | RENATA GIL | CONSELHEIRA DO CNJ

"Uma desigualdade de gênero gigantesca"

» NATHÁLIA QUEIROZ

Na estreia do podcast do caderno Direito&Justiça, as jornalistas Ana Maria Campos e Maria Eduarda Lavocat entrevistaram Renata Gil, conselheira do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), para tratar sobre a política de paridade dos tribunais de segunda instância. Renata Gil, que é conselheira do CNJ por indicação do Supremo Tribunal Federal (STF), abordou a importância da presença feminina na magistratura, os desafios enfrentados e o impacto de medidas afirmativas, como a Resolução 525/2023.

O que estabelece Resolução 525/2023 e qual o motivo de ela existir?

A gente tem uma desigualdade de gênero gigantesca nos tribunais, tem um mapa explicativo na "Justiça em Números". E, no caso específico do Distrito Federal, temos só 28% de mulheres no segundo grau (da magistratura). E aí as pessoas podem perguntar: por que é importante uma mulher julgando no segundo grau ou ter mulheres julgando em igualdade nas Cortes? Por que uma mulher na liderança do Parlamento? Nós nunca tivemos uma presidente da Câmara. Nunca tivemos uma presidente do Senado. Porque, na verdade, as políticas inclusivas de gênero não são pensadas pelos homens. A gente tem grande resistência para que essas políticas sejam, inclusive, discutidas, tanto no Parlamento como internamente. Então, a adoção, por exemplo, do protocolo com perspectiva de gênero, que é aquele protocolo em que todos os julgadores do Brasil precisam ter atenção a regras especiais na hora de julgar questões envolvendo mulheres, jamais seria aprovado se fossem só homens deliberando sobre isso, porque os homens não entendem as discriminações que as mulheres sofrem. É importante que a gente tenha mulheres à frente dos julgamentos e mulheres à frente das decisões no parlamento, porque só elas entendem as questões pelas quais passamos. Questões envolvendo, por exemplo, a violência obstétrica, a violência contra mulher e depoimentos das mulheres, elas não são aferidas adequadamente quando são conduzidas por homens, porque a gente entende que a sociedade ainda é patriarcal e a concepção dos homens que julgam ainda está muito permeada pela cultura patriarcal.

Qual é o impacto, o poder, de uma decisão dessa, do presidente do CNJ (Luís Roberto Barroso), e ainda mais forte, porque tem também a assinatura do corregedor (Mauro Campbell), não só do presidente corregedor nacional de Justiça. Ela tem o impacto de realmente suspender a promoção ou isso pode ser discutido ainda no plenário do CNJ?

O plenário é o órgão soberano do Conselho Nacional de Justiça, a suspensão é muito categórica, porque avançou no conteúdo da decisão do Tribunal de Justiça, no sentido de que a resolução não foi observada, então, claro que isso vai ser ser reavaliado pelo pleno, mas acho que ficou muito claro na decisão suspensiva que deveria ter sido observado, integralmente, o conteúdo da Resolução 525. O que é muito importante as pessoas saberem é que toda resolução do Conselho tem um procedimento acoplado, que é esse "cumprdec". É exatamente a estrita observância pelos tribunais do que as resoluções que são editadas se dirigem. Se aquela resolução diz que tem que ser lista tríplice alternada feminina, tem que ser lista tríplice alternada feminina. Quando não é, há uma violação e, por isso, houve a efetiva suspensão.

Guilherme Felix CB/DA Press



E essa regra vale até que seja atingida a paridade, a proporção de 40% de mulheres e 60% de homens. A partir daí não não há mais exigência?

Exatamente. A resolução estabeleceu esse limite de 40%, porque nós entendemos que o ótimo é inimigo do bom. O ideal seria que nós tivéssemos 50%, porque, no Brasil, nós temos 52% de mulheres na população, o justo seria chegar aos 50%. Mas toda política é, primeiro, uma quebra de paradigma. Tribunais que estão acima dos 40% não necessitam mais que as listas sejam alternadas. O TJ do Pará tem 50% de mulheres, depois vem a Bahia, com 47,5%, Ceará, com 42,9%, e Sergipe, com 41,7%. (...) O TJDFT tem 28,9%, e o TJ Roraima e TJ Amapá não possuem mulheres em seus quadros.



Confira o primeiro episódio do podcast Direito&Justiça

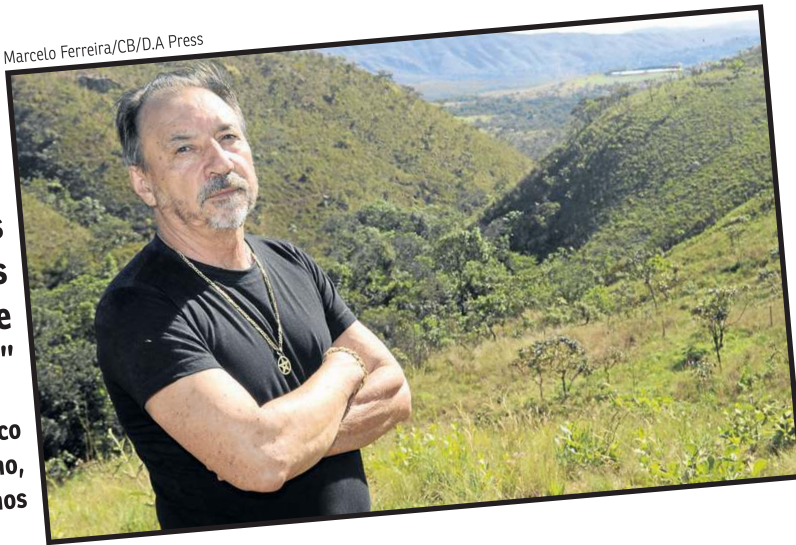
Eufrázio

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Prefeitura decretou estado de emergência no município. Outra preocupação das autoridades é o risco de incêndio, porque parte do lixo que deslizou pegou fogo, e pode gerar fumaça tóxica

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



"Tem dia que chegamos e tem 300 urubus empilhados nas cercas de tanto fedor"

Francisco Ramalho, 65 anos

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



"Não podemos usar e nem confiar mais nessa água podre"

Ana Maria Soares, 61 anos

TRAGÉDIA AMBIENTAL EM PADRE BERNARDO

Milhares de moradores de regiões próximas ao município do Entorno vivem dias de tensão e incerteza, após o deslizamento de um aterro sanitário na região. O lixo armazenado atingiu nascentes do Córrego Santa Bárbara

» CARLOS SILVA
» DAVI CRUZ

Na manhã de 19 de junho, Francisco Ramalho, 65 anos, morador do distrito de Monte Alto, em Padre Bernardo (GO), vivenciou a materialização de uma tragédia anunciada. No município, a 109 quilômetros de Brasília, um aterro sanitário privado desmoronou, causando um desastre ambiental sem precedentes na localidade. Os resíduos provenientes da montanha de lixo desceram encosta abaixo, atingindo nascentes do Córrego Santa Bárbara e provocando graves danos ambientais. Diante da situação, a prefeitura decretou estado de emergência e voltou a pedir o fechamento definitivo do lixão.

"Tem dia que chegamos e tem 300 urubus empilhados nas cercas de tanto fedor", comenta Ramalho sobre a realidade enfrentada desde 2016, quando o aterro entrou em operação. Há pelo menos nove anos, a comunidade convive com o chorume (líquido resultante da decomposição do lixo) que escorre pelo solo, o mau cheiro constante e os animais contaminados — efeitos do acúmulo descontrolado de resíduos. Ramalho, dono da Fazenda São Sebastião, que faz divisa com a área afetada, conta que o problema é antigo e foi se agravando. "Tenho essa propriedade há 35 anos e nos últimos tempos tive que furar um poço artesiano para não usar mais a água contaminada", relatou ao **Correio**.

Os danos aos recursos hídricos da região causados pela tragédia são os mais preocupantes. A secretária de Meio Ambiente de Goiás, Andréa Vulcanis, classificou como "muito crítica e muito grave" a situação ambiental no município. "Esse lixo atingiu o curso da água e isso provoca — com esse chorume que, agora, começa a escorrer para dentro da água — muitos impactos ambientais. São danos gravíssimos", alertou. A prefeitura estima que dos 15 mil habitantes do distrito, os mais atingidos são os moradores dos bairros Itapety, Ouro Verde e região da Vendinha, além das famílias ribeirinhas.

Filho de Francisco e um dos milhares de afetados, Rafael Ramalho, 41, carrega nos olhos a melancolia de um paraíso perdido com a implacável chegada do aterro. "Tinha cachoeira, vinha gente da escola, trazia meus amigos para cá. Uma alegria só", recorda, com um sorriso breve ao vislumbrar a vida que um dia existia ali. Hoje, a realidade é um golpe duro: "Não tem mais peixe, o gado adoece, a água não serve mais".

Impacto

Na casa de Ana Maria Soares, 61 anos, a esperança virou resistência, mas que, aos poucos, vem diminuindo. O efeito do desmoronamento foi tamanho para ela, que pensa todos os dias em ir embora. "Meu sonho diário tem sido sair desse lugar. Mas quem vai querer comprar? Tá impossível viver aqui", desabafa. O imóvel, segundo ela, perdeu valor, e a vergonha de receber visitas virou parte da rotina. "Não posso servir um café, bolo ou fazer um churrasco por conta das moscas", lamenta, emocionada.

Moradora há décadas do distrito de Monte Alto, Ana Maria viu a qualidade de vida da família desmoronar junto com a pilha de lixo do aterro sanitário. Desde a instalação do lixão, viu-se obrigada a deixar de usar a água da região. Passou a comprar galões de água mineral e perfurou um poço. "Não podemos usar e nem confiar mais nessa água podre. Além disso, tem a fumaça branca constante vindo de lá, o cheiro forte e as moscas. E depois do desabamento, o mau cheiro aumentou muito", relata.

Para especialista em meio ambiente o doutor em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília (UnB) Christian Della Giustina, o vazamento de lixo representa uma ameaça grave ao equilíbrio ambiental dos corpos d'água atingidos nos arredores do local. "O chorume é um líquido altamente poluente, rico em metais pesados, patógenos e coliformes, que altera o pH da água e favorece a solubilidade desses metais, tornando-os ainda mais móveis e tóxicos", explica. Segundo ele, essas alterações provocam um colapso no ecossistema aquático, matando peixes e organismos sensíveis à degradação da qualidade da água.

O especialista também chama atenção para a vulnerabilidade dos cursos d'água típicos do Cerrado. "São rios de baixa vazão, com pouco poder de diluição de poluentes. A fauna pode se contaminar ao consumir essa água, e há possibilidade de perda irreversível de biodiversidade A probabilidade de que o rio morra é real", afirma. Para ele, a resposta ao desastre foi lenta e inadequada. "Deveria ter havido um plano emergencial imediato. É preciso responsabilizar os envolvidos e iniciar urgentemente um programa de avaliação dos danos à biota", defende.

Emergência

O prefeito de Padre Bernardo, Joseleide Lázaro, decretou estado de emergência no município. A medida busca facilitar o acesso a recursos e a articulação com órgãos como a Defesa Civil, o ICMBio e o Ministério Público. "Nunca vimos algo assim. Estamos no sétimo dia do ocorrido e a situação ainda é crítica. A população precisa de respostas e soluções", afirmou ao **Correio**.

Segundo ele, o aterro funciona sob amparo de decisões judiciais, mas sem licenciamento ambiental válido. "Lá não é aterro sanitário, é um lixão. Começou a funcionar com licenças irregulares emitidas pela gestão municipal anterior. E nenhum município tem competência legal para autorizar isso", destacou o prefeito.

Outra preocupação é o risco de incêndio. Parte do lixo que deslizou pegou fogo, o que pode agravar a situação. "Se esse incêndio subterrâneo não for controlado agora, pode durar meses e gerar uma nuvem de fumaça tóxica. Nós acionamos o Corpo de Bombeiros e exigimos uma resposta imediata da empresa responsável", informou o prefeito.

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) fez uma vistoria no local em 20 de junho, com apoio de drones e equipe multidisciplinar, e identificou instabilidade na montanha de resíduos, com risco de novos desabamentos.

A ação contou com a presença de representantes do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Goiás (Semad-GO) e da Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Como medida emergencial, o local foi interditado e impedido de receber novos carregamentos de lixo.

O **Correio** tentou contato com a empresa responsável pela administração do aterro, mas não obteve resposta até o fechamento desta edição. O espaço segue aberto para manifestação.

Semad-GO



Vista aérea do deslizamento no distrito de Monte Alto, cujos resíduos desceram encosta abaixo

Onde fica



Ilegalidade

Em 2023, o Ibama recebeu uma denúncia de vazamento na lagoa de chorume do aterro. Embora a empresa tenha apresentado um plano emergencial, à época, o acompanhamento ficou sob responsabilidade estadual. Em janeiro de 2025, o órgão federal aplicou multa à empresa por descumprimento na entrega de relatórios obrigatórios. Apesar dos alertas e irregularidades, o aterro vinha funcionando amparado por decisões liminares da Justiça Federal.

A tragédia afeta o DF?

De acordo com a Caesb, o transbordamento de lixo ocorrido em Padre Bernardo não oferece qualquer risco à captação de água no Sistema Descoberto. "Após análise do local do incidente, foi constatado que tanto o ponto de transbordamento quanto toda a área de armazenamento dos resíduos estão localizados fora dos limites da bacia hidrográfica do Descoberto", afirmou, em nota. A companhia enviou equipe técnica ao local e segue monitorando a situação.

Eufrázio

Eixo Capital



ANA MARIA CAMPOS
anacampos.df@dabr.com.br

Reguffe, candidato à Presidência

Foi oficializada ontem a federação Solidariedade/PRD. Os dois partidos vão juntos para a eleição de 2026. O objetivo é oferecer ao país uma alternativa de centro, longe de extremos e da atual polarização. No DF, será liderada pelo ex-senador José Antonio Reguffe. Uma ala com membros das direções nacionais dos dois partidos está defendendo a candidatura do ex-senador Reguffe à presidência da República. Consideram que hoje, com a internet, uma pessoa fica conhecida de forma rápida do ponto de vista nacional e que Reguffe cumpriria um papel importante de oferecer ao país uma alternativa moderada e com grande preocupação com uma moderna e eficiente gestão pública.

Barbara Cabral/Esp.CB/DA.Press



Deferência

No lançamento da federação nacional, Reguffe foi tratado com deferência e foi convidado para abrir o evento. E fez um ensaio de discurso de candidato: "O centro democrático, não fisiológico, precisa estar representado no tabuleiro político. É preciso oferecer ao país uma alternativa de projeto de desenvolvimento com visão de longo prazo. Quando se vê o que a Coreia, Cingapura e os Tigres Asiáticos fizeram de investimento em educação e o posterior crescimento econômico que tiveram, vemos que o Brasil só perde oportunidades. A federação precisa oferecer ao país uma alternativa que represente uma visão de gestão pública mais moderna e eficiente".

Rômulo Serpa/Agência CNJ



Decisão fica com o plenário do CNJ

É possível que o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) acate a decisão do presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Luis Roberto Barroso, e do corregedor nacional de Justiça, Mauro Campbell Marques, mas não desista da decisão tomada nesta semana que levou à promoção do desembargador Demetrius Cavalcanti. Barroso e Campbell determinaram a suspensão da promoção. O TJDFT mantém a questão congelada até uma deliberação do plenário do CNJ. Se a posição do presidente e do corregedor prevalecer, o tribunal realiza nova eleição de lista tríplice apenas com nomes femininos. Se prevalecer o entendimento majoritário do TJDFT, o juiz de segundo grau Demetrius Cavalcanti será o novo desembargador.

TRE/Divulgação



Promoção certa

Para o juiz Demetrius Cavalcanti, a promoção é certa. Se o magistrado não virar desembargador pelo critério do merecimento agora, a ascensão virá pela antiguidade com a abertura da vaga do desembargador Getúlio Vargas de Moraes Oliveira, nesta semana.

Grande repercussão

O telefone da juíza Renata Gil, conselheira do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), não para de tocar e de receber mensagens desde a última terça-feira, quando o Pleno do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios discutiu a promoção e o cumprimento ou não de sua orientação para que a lista de candidatas fosse exclusivamente feminina. A repercussão foi imensa.

Emoção

Decano do TJDFT, o desembargador Getúlio Vargas de Moraes Oliveira poderia ter proferido seu último voto na questão da polêmica promoção. Mas ele disse aos colegas que já era um dia de muita emoção na despedida.

Divergência jurídica

O presidente do CNJ e do STF, Luis Roberto Barroso, preferiu tratar a questão da promoção no TJDFT como uma divergência de interpretação jurídica. Não como uma violação da resolução do CNJ sobre paridade de gênero.

Acompanhe a cobertura da política local com *@anacampos_cb*

SERVIÇO PÚBLICO

Reajuste será pago em agosto

A última parcela dos 18% irá entrar na folha de julho. Ontem, o GDF contingenciou R$ 1 bilhão e suspendeu a nomeação de servidores efetivos

» ARTHUR DE SOUZA

Os servidores do Governo do Distrito Federal (GDF) irão receber a última parcela dos 18% de reajuste, anunciado em 2023. De acordo com a Secretaria de Economia (SEEC), o valor será implementado na folha salarial de julho, que será paga em agosto.

Por meio de nota, a pasta informou que o salário reajustado será depositado nas contas do funcionalismo até o quinto dia útil, conforme previsão orçamentária de cada órgão. "Cerca de 220 mil servidores ativos e inativos serão beneficiados com a medida", ressaltou a Secretaria de Economia. A primeira parcela do valor foi paga em 2023 e a segunda, no ano passado.

No mesmo dia, o governador Ibaneis Rocha (MDB), anunciou medidas de racionalização de despesas públicas, em um decreto que prevê o contingenciamento de R$ 1 bilhão. O documento foi publicado em edição extra do *Diário Oficial (DODF)*, na noite de ontem.

O decreto também suspende: a nomeação de servidores para cargos efetivos; reestruturação de carreiras e a criação de novos cargos ou funções; a concessão de reajustes, aumentos ou quaisquer acréscimos remuneratórios, a qualquer título; a autorização para realização de serviços extraordinários e pagamento de horas extras; e a autorização de viagens, bem como a concessão de diárias e passagens. Ficam de fora o que foi aprovado por lei ou autorizado antes da publicação do decreto.

Ainda de acordo com o documento, os titulares dos órgãos da Administração Direta, Autárquica e Fundacional, inclusive da Empresas Estatais dependentes do Tesouro Distrital ficam obrigados a promover, de forma imediata, a renegociação de todos os contratos administrativos, com a finalidade de obter a redução mínima de 5% sobre o valor total atualizado.

Cortes

Procurado pela reportagem, o governador Ibaneis Rocha disse que a intenção é organizar as finanças para manter os investimentos. "Quero deixar o governo com todas as contas em dia, sem dívidas", pontuou. Segundo o chefe do Executivo local, "muitos querem fazer tudo" quando chega no final do governo. "Só podemos fazer aquilo que nosso orçamento suporta. Governar é escolher prioridades", avaliou.

Ed Alves/CB



Cerca de 220 mil servidores ativos e inativos serão beneficiados com o aumento nos salários

Apesar do contingenciamento, Ibaneis garantiu que as nomeações de policiais e professores, prometidas recentemente, não serão afetadas. "Esses recursos estão assegurados pelo Fundo Constitucional. Mas, tanto as forças de segurança quanto a educação, têm que manter as contas ajustadas para não avançar sobre o orçamento reservado para as nomeações", alertou o governador.

O secretário de Economia, Ney Ferraz, disse ao **Correio** que a racionalização foi pensada para viabilizar os ajustes necessários ao longo dos próximos meses. "É uma ação responsável que assegura o equilíbrio das contas públicas até o fim do ano. No entanto, continuaremos analisando, caso a caso, as demandas de cada unidade. Não vamos deixar de prestar serviços, queremos apenas garantir a qualidade dos gastos", analisou.

De acordo com o decreto, a maior fatia da racionalização está no Fundo de Saúde do DF (R$ 415,9 milhões). Em seguida, aparecem as secretarias de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda (R$ 65,8 milhões), de Comunicação (R$ 63,7 milhões) e de Cultura e Economia Criativa (R$ 53,1 milhões).

LDO aprovada

A Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) aprovou a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o ano de 2026. A proposta prevê uma receita total de R$ 71,7 bilhões para o próximo ano e abre espaço para a convocação de 29.676 novos servidores públicos em diversas carreiras do GDF. O projeto foi votado na noite de quarta-feira.

O valor representa um crescimento de 7,6% em relação ao orçamento de 2025. Do total previsto, R$ 27,7 bilhões virão do Fundo Constitucional (FCDF), instrumento que financia áreas-chaves, como segurança, saúde e educação na capital. Segundo a proposta, os recursos do FCDF terão destinação definida: R$ 12,7 bilhões serão aplicados na Segurança Pública; R$ 9 bilhões para a Saúde; e R$ 6 bilhões serão destinados à Educação.

Eufrázio



Crônica da Cidade

SEVERINO FRANCISCO | *severinofrancisco.df@dabr.com.br*

História de educação

No primeiro dia de aula, a professora apresentou-se às crianças do terceiro ano do ensino fundamental em uma escola de uma região administrativa. Mas um aluno chorou muito e se recusou a entrar em sala de aula. Ela perguntou a razão, e ele respondeu: "É que sou o maior da turma". Todavia, a professora o convenceu a entrar e logo soube do motivo da apreensão do garoto: ele tinha dificuldade com a escrita e havia sido reprovado três vezes.

A professora ficou profundamente tocada pela situação do garoto, a quem chamaremos Carlos para preservar a identidade. O caso não era de fácil solução. Mesmo encaminhado a uma psicopedagoga, ele continuou com as dificuldades para escrever com clareza. A cada repetência, ficava maior em relação à turma, e isso se tornou um motivo de angústia.

Então, a primeira providência da professora foi restaurar a autoestima do garoto. Nas festas, ela bolou pequenas peças de teatro para que ele brilhassse no papel principal. E, de fato, Carlos arrasou na interpretação de Luiz Gonzaga, o rei do baião, durante as celebrações de são-joão. Todos notaram a melhora de Carlos na escola: "É uma outra pessoa".

No entanto, apesar dos sinais positivos, o garoto continuou a ter problemas de escrita. A professora tinha compaixão, mas era muito brava e rigorosa. Não aliviava para Carlos. Exigia postura, compromisso, respeito, disciplina, esforço e determinação. Ordenou que ele fizesse aulas de reforço. O garoto andava mais de 8km por dia, embaixo do sol a pino, para chegar até a escola e para retornar para casa.

Tanto empenho e dedicação surtiram efeito. Aos trancos e barrancos, Carlos conseguiu superar as limitações e avançar no domínio da escrita. Por circunstâncias da vida, acompanhei cada lance do caso. Carlos tinha certeza de que seria reprovado mais uma vez. Contudo, para seu espanto, ele passou. Não acreditou quando soube que havia sido aprovado. O menino gritou, pulou e explodiu de felicidade.

Fui convidado a vistar a família de Carlos e aceitei. Ao saber que nunca haviam celebrado o Natal com árvore e com peru assado, banquei: é por minha conta. Entramos por vielas, buracos, barrancos e nuvens de poeira até chegar ao loteamento. Fomos muito bem recebidos, numa casa modesta, mas limpa e decente.

Ficaram muito felizes com os presentes. Mas, em determinado momento, o pai, um mulato forte, com mais de 1,90m de altura, resolveu que algo precisava ser dito. Ensaiou um agradecimento à professora: "Eu queria agradecer muito". No entanto, a voz embargou, tomado por violenta comoção. Começou a tartamudear: "O que a senhora fez pelo meu filho não tem preço".

Em seguida, desabou no choro e arrebatou a todos: "Eu sempre rezei e pedi a Deus para que ele mandasse uma professora que apostasse em meu filho. E a senhora apareceu. A senhora é um anjo. Muito obrigado". Em uma circunstância como aquela, era muito difícil não chorar as tais lágrimas de esguicho de que falava Nelson Rodrigues.

A professora reencontrou Carlos, recentemente, e ele trouxe boas notícias. Contou que foi aprovado nos últimos anos, está ótimo, cheio de planos. Ganhou um presente para a vida inteira. A educação opera milagres, tem o poder de revelar o melhor de nós. Vamos melhorar a remuneração dos nossos professores, vamos apostar nas crianças, vamos investir na educação. É a nossa única chance de forjar seres humanos melhores.

EDUCAÇÃO/ Assembleia aprovou fim da greve, mas parte dos docentes acusa o sindicato de não respeitar a decisão da base

Professores voltam às aulas

» BARBARA XAVIER*

Após 22 dias de paralisação, os professores da rede pública do Distrito Federal decidiram, ontem, encerrar a greve que começou no início deste mês e retomar as aulas hoje. A decisão foi tomada durante assembleia, no estacionamento da Funarte, onde a categoria se reuniu para avaliar a proposta apresentada pelo Governo do Distrito Federal (GDF). O acordo inclui medidas como a convocação de novos servidores, reestruturação da carreira e pagamento integral dos dias descontados.

Segundo o Sindicato dos Professores do DF (Sinpro-DF), mais de 5 mil profissionais da educação participaram da assembleia. Apesar da ampla participação, a votação foi marcada por tensão e divisão de opiniões. Parte dos trabalhadores considerou a proposta insuficiente e protestou contra a decisão de retorno às atividades. Cartazes foram queimados e houve gritos de "traição" voltados à direção sindical.

Entre os compromissos firmados pelo GDF, está a nomeação de pelo menos 3 mil professores e orientadores educacionais aprovados no concurso público, com início das convocações previsto para o segundo semestre de 2025 e conclusão até dezembro. O governo também se comprometeu a prorrogar a validade do concurso atual, que vencerá em 27/07/2025, o que permitirá chamadas futuras.

Outro ponto da proposta é a reestruturação da carreira do magistério público, uma reivindicação antiga da categoria. O governo prometeu implementar as mudanças a partir de janeiro de 2026. Além disso, o corte de ponto dos dias parados será suspenso: os salários serão pagos integralmente, desde que os professores realizem a reposição das aulas. Segundo Letícia Montandon, diretora do Sinpro, o calendário com os dias letivos extras será definido em conjunto com a Secretaria de Educação.

Fotos: Barbara Xavier



Decisão foi tomada na manhã desta quarta-feira(25), em assembleia no estacionamento da Funarte.

Apesar dos avanços, o clima no local era de frustração para muitos professores. Parte da categoria acredita que a proposta não atende às principais demandas históricas do magistério no DF. Maria Luiza, de 28 anos, professora de português há um ano, contou que saiu decepcionada da assembleia. "Essa proposta do governo não teve nenhum ganho real, não foi uma proposta de verdade. Não mudou nada", afirmou. Segundo ela, a decisão de encerrar a paralisação não refletiu o desejo da maioria. "O sindicato, infelizmente, decidiu sozinho. Não foi a categoria."

Conforme a diretora do Sinpro, Letícia Montandon, as demandas dos docentes envolviam a reestruturação da carreira, nomeações, entre outras. Ela confirmou o retorno às aulas hoje. "Ainda falta muito (a ser alcançado). A reestruturação da carreira, que tem o achatamento dos padrões, o aumento do percentual entre os padrões para 2%. Ela tem a aplicação do índice de 19,8, tudo isso na perspectiva da meta 17, que é a isonomia das carreiras. Mesmo nomeando 3 mil pessoas, vão restar ainda umas 3 mil no banco. Então, são 6 mil pessoas que aguardam", frisou.



Para Fredson Rodrigues, a luta é pelos colegas docentes



Maria Luiza saiu decepcionada da assembleia dos professores

Valorização

A greve foi deflagrada em 3 de junho, após a categoria rejeitar a proposta inicial do governo. Ao longo das três semanas de paralisação, os professores realizaram atos em frente ao Palácio do Buriti, na Câmara Legislativa e em outros pontos de Brasília. A principal pauta da mobilização era a reestruturação da carreira, promessa que, segundo o Sinpro, já havia sido firmada em 2022, mas não foi cumprida.

Com o encerramento do movimento, apesar do retorno às aulas, parte dos profissionais promete seguir mobilizada. O professor Fredson Rodrigues, 56, também participou da assembleia. Para ele, a luta não é só por salário, mas por respeito e reconhecimento. "Não é só por mim. Luto por quem está começando agora e pelos que ainda vão chegar. A gente quer valorização de verdade", afirmou, empunhando uma bandeira com os principais pedidos da categoria.

***Estagiária sob a supervisão de Eduardo Pinho**

Informe Publicitário



Brasília

ANO IV nº 719

A diversidade de cursos na área da comunicação e a importância do estágio no período da graduação

Os perfis dos estudantes de comunicação para além do estereótipo de "comunicativos"

A área de Comunicação abrange diversos cursos, como: Jornalismo, Publicidade e Propaganda, Relações Públicas, Cinema e Audiovisual, Marketing, entre outros. Em grande parte, a maioria das graduações tem duração de quatro anos, em formatos presenciais ou à distância, e possui uma grande diversidade no campo de atuação.

Os cursos, além de serem para perfis comunicativos e dinâmicos, possuem características específicas. Jornalismo é ideal para quem gosta de ler, escrever, com visão crítica e curiosidade sobre os acontecimentos do mundo. Já Publicidade e Propaganda e Marketing são indicados para perfis inovadores e conectados às transformações do mercado. A área de Relações Públicas costuma ser para quem tem facilidade em se comunicar, gosta de interagir com diferentes públicos e com perfil estratégico. Já a graduação em Cinema e Audiovisual é para os amantes da sétima arte e contadores de histórias.

Durante a graduação, os universitários podem realizar estágios, sendo uma etapa fundamental no período de aprendizagem e de inserção ao mundo do trabalho, em que poderão desenvolver habilidades técnicas e comportamentais, além de colocar em prática o conhecimento adquirido em sala de aula, o que consequentemente torna-se um momento de decisão para a escolha do futuro profissional.

Atualmente, o **Centro de Integração Empresa Escola - CIEE**, maior ONG de inclusão social e empregabilidade da América Latina, oferece diversas vagas de estágio para diferentes cursos de comunicação. Para conhecer as oportunidades, os estudantes devem acessar o portal do CIEE em ciee.online.



https://portal.ciee.org.br/quero-uma-vaga/

Portal do CIEE ciee.online

Atendimento por WhatsApp 11 3003-2433

Central de Atendimento 3003-2433 (o custo é de uma ligação local em qualquer região do País, mesmo que solicite o DDD)



Obituário

Envie uma foto e um texto de no máximo três linhas sobre o seu ente querido para: SIG, Quadra 2, Lote 340, Setor Gráfico. Ou pelo e-mail: *cidades.df@dabr.com.br*

Sepultamentos realizados em 25/06/2025

» Campo da Esperança

Ana Virgínia Ferreira de Souza, 66 anos
Angélica Lemos do Prado, 72 anos
Arnaldo dos Passos, 77 anos
Bruno Faria Almeida Gehlen, 46 anos
Cláudio José Pinheiro Villar de Queiroz, 77 anos
Eduardo Raimundo da Silva Cezar, 94 anos
Hernandes Liberal Veras, 75 anos
Izabel Francisca de Souza Mendanha, 88 anos
Isabela Maria Rodrigues de Carvalho, 37 anos
José Antonio Carvalho, 83 anos
Maria do Socorro da Silva, 77 anos
Maria Gorete Sales Teixeira, 72 anos
Marina Bueno Silva, 88 anos
Pedro Gabriel Pereira Araújo, menos de 1 ano
Raimundo Alves da Silva, 61 anos

» Taguatinga

Aricelma Lino da Silva, 76 anos
Dorvalino Dias da Silva, 95 anos
Francisca Maria Ribeiro, 58 anos
Gilberto Cafer Ribeiro, 58 anos
João Alves dos Santos, 75 anos
João da Costa Veloso, 63 anos
Luzia Pereira da Silva, 89 anos
Manoel Geraldo de Sousa, 98 anos
Marcone de Souza Pereira, 31 anos
Maria Terezinha de Oliveira, 90 anos
Morzart Lourenço dos Santos, 89 anos
Pablo Mendes Barros, 46 anos
Targino Gomes Cardoso, 80 anos
Terezinha Matias de Souza, 90 anos

» Gama

Manoel Paixão de Aguiar, 62 anos
Sandra Cristina do Nascimento, 56 anos

» Planaltina

Antônio Guimarães Fraga, 63 anos
José Ancelmo Ribeiro da Luz, 60 anos
Valmir Camarda, 74 anos

» Brazlândia

Diogenys Luigi dos Santos Rocha Fernandes, 29 anos
Rute Lobo, 73 anos

» Sobradinho

Antônia de Abreu Alves, 79 anos
Eronides Rodrigues dos Santos, 87 anos
Junio César Maciel de Oliveira, 39 anos
Maurivan Bicudo da Rocha, 37 anos
Auricélia Sousa da Silva, menos de 1 ano

» Jardim Metropolitano

Maria Cícera da Silva, 75 anos
Maria Rosa de Jesus, 65 anos
José Carlos Costa, 80 anos (cremação)
Maria José Piaggio Couto, 93 anos (cremação)
Iraci Ferreira Lima, 65 anos (cremação)
Bernardino Calistenis de Lima Junior, 65 anos (cremação)

Eufrázio

Capital S/A

SAMANTA SALLUM
samantasallum.df@cbnet.com.br



Para examinar a verdade, é necessário, uma vez na vida, colocar todas as coisas em dúvida o máximo possível.
René Descartes

Cade condena redes de postos no Distrito Federal e aplica multas de R$ 150 milhões

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), vinculado ao Ministério da Justiça, condenou ontem sete empresas por formação de cartel (combinação de preços). As redes Gasolline, JB, Auto Shopping, Original, Posto Central, Jobral e Xavante foram responsabilizadas e terão de pagar multas que somam cerca de R$ 150 milhões. As 10 pessoas físicas responsabilizadas deverão arcar com penalidades que, juntas, ultrapassam R$ 5 milhões.



Eduardo Valente/APF/D.A Press

Denúncia da Câmara Legislativa

Instaurado pela Superintendência-Geral do Cade, em 2020, o processo administrativo teve início por meio de denúncia feita pela Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), que apontava a existência de cartel envolvendo postos de combustíveis do Distrito Federal e do Entorno.

Operação Dubai

A investigação teve como base um conjunto de provas, obtidas a partir do acordo firmado com a Rede Cascol, e também das buscas, apreensões e escutas telefônicas realizadas durante a Operação Dubai.
O conselheiro Carlos Jacques, relator do caso, destacou que as provas relacionadas aos condenados revelaram que concorrentes agiram "em conluio para acordar, fixar e ajustar os preços dos combustíveis no Distrito Federal e no Entorno, gerando danos ao consumidor e ao mercado".

"A missão do Cade é garantir que a competição entre os revendedores se dê no mérito, sem o emprego de acordos anticompetitivos capazes de distorcer o funcionamento do mercado e prejudicar o consumidor final",

conselheiro Carlos Jacques



Agência Senado

Sindicombustíveis é inocentado

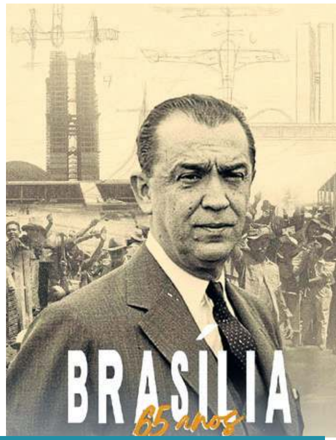
O Sindicato do Comércio Varejista de Combustíveis do Distrito Federal foi absolvido, com reconhecimento da ausência de qualquer envolvimento nas condutas investigadas. O presidente do Sindicombustíveis-DF, Paulo Roberto Tavares, não foi investigado, citado ou arrolado em qualquer etapa do processo.

Sem interferência nos preços

"O Sindicombustíveis-DF atua com transparência e legitimidade, representando os interesses coletivos da categoria, sem interferir, orientar ou participar de decisões individuais de precificação de seus associados, que são exclusivamente responsáveis por suas práticas comerciais, nos termos da Lei nº 12.529/2011 (Lei de Defesa da Concorrência). A entidade promove boas práticas no setor, com iniciativasvoltadas à capacitação e ao fortalecimento de um mercado ético e competitivo", destacou a entidade em nota.

Pré-estreia nacional de *Brasília 65 anos – Do Sonho ao Concreto: Heróis Anônimos*

O Café Escola Senac Casa de Chá, na Praça dos Três Poderes, celebra um ano de atividades e convida a comunidade para uma comemoração especial repleta de história, memória e arte. Em parceria com o Arquivo Público do Distrito Federal, o Senac-DF preparou uma exposição de fotos e documentos raros de Oscar Niemeyer e a pré-estreia nacional do documentário *Brasília 65 anos – Do Sonho ao Concreto: Heróis Anônimos*. A sessão será no próxima sábado, às 16h, para público geral, ingressos pelo Sympla.



Arquivo Público DF

Pesquisa aponta otimismo entre microempreendedores individuais



Sebrae

O Índice de Confiança dos MEI, feito pelo Sebrae, aponta que, comparado ao mesmo período do ano anterior, houve um aumento de 6,1 pontos, alcançando 103 pontos, em maio. A variação positiva foi influenciada pelas expectativas para os próximos meses e percepções dos empreendedores sobre a situação atual. A confiança avançou em todos os setores da economia – Serviços, Indústria da Transformação e Comércio. O otimismo também foi verificado em todo o país e, no recorte por região, o Sul saiu na frente, com incremento de 14,2 pontos, seguido por Norte/Centro-Oeste (6,6 pontos) e Sudeste (5,4 pontos).

Sonho de empreender

O Brasil possui o segundo maior contingente do mundo de não empreendedores que desejam ser donos de negócio. Os chamados potenciais empreendedores, que desejam ter um negócio em até três anos, chegam a quase 50% da população adulta (com 18 a 64 anos), ou seja, 47 milhões de pessoas, resultado que coloca o país atrás apenas da Índia.

Políticas-públicas de sobrevivência

"A lógica do trabalho vem mudando ao longo dos anos. Hoje, as pessoas preferem ter o próprio negócio e não ficarem submetidas ao processo tradicional do trabalho. Para que esse sonho ganhe terra firme, é preciso que antes haja um leque de políticas-públicas, que permitam garantir sua sobrevivência", explica Décio Lima.

HABITAÇÃO/ Acordo entre a CAIXA e a UnB aposta no desenvolvimento de iniciativas de baixo impacto ambiental, aliadas ao uso de tecnologias inovadoras na construção civil, para atender comunidades vulneráveis

Parceria para um futuro sustentável

» MARIANA SARAIVA

A Caixa Econômica Federal assinou, ontem, um protocolo de intenções com o Parque de Inovação e Sustentabilidade do Ambiente Construído (PISAC), da Universidade de Brasília (UnB), com o objetivo de promover práticas sustentáveis em projetos habitacionais. A parceria visa ao desenvolvimento de iniciativas de baixo impacto ambiental, aliadas ao uso de tecnologias inovadoras na construção civil, como o Building Information Modeling (BIM), uma metodologia que integra processos e tecnologias colaborativas para criar modelos digitais detalhados das edificações.

Além disso, o acordo prevê o desenvolvimento de soluções específicas para o tratamento de água e de esgoto em moradias isoladas e comunidades remotas. Essa frente busca melhorar as condições de saúde e a qualidade de vida de populações em situação de vulnerabilidade, por meio da oferta de infraestrutura básica adequada.

Combinando o conhecimento técnico, científico e institucional das duas organizações, a parceria pretende criar modelos habitacionais eficientes, sustentáveis e adaptados às realidades de diferentes regiões do país. O foco está em atender de forma inovadora às diversas demandas habitacionais da população brasileira, especialmente em áreas mais carentes.

A reitora da UnB, Rozana Naves, enfatizou que a parceria representa um passo significativo no fortalecimento do compromisso social e urbano do país. "A UnB amplia a capacidade de transformar o conhecimento produzido em soluções concretas. O PISAC atua como uma ponte entre a ciência, a inovação e a sociedade. É um grupo de pesquisa estruturado e experiente, e essa parceria fortalece a missão institucional da Universidade, de promover iniciativas de alto impacto social, alinhadas às necessidades brasileiras de moradia, sustentabilidade e inclusão", afirmou.

Thiago Zion



O acordo também prevê o desenvolvimento de soluções para o tratamento de água e de esgoto em moradias isoladas e comunidades remotas

Rozana destacou que soluções habitacionais com foco em sustentabilidade e inclusão contribuem para melhorar a qualidade de vida das populações vulneráveis. "Essa atuação, em parceria com as comunidades, por meio de ações práticas, projetos-piloto e formação local, fortalece a presença da universidade nos territórios e promove um diálogo cada vez mais próximo com a realidade social, tornando possível que o conhecimento acadêmico esteja acessível e seja relevante para as pessoas que mais precisam", acrescentou a reitora.

Paulo Rodrigo de Lemos Lopes, vice-presidente de Sustentabilidade e Cidadania Digital da Caixa, destacou: "A Caixa tem um compromisso histórico com o desenvolvimento social do país, especialmente por meio da habitação social. Essa parceria com o PISAC da UnB nasce do entendimento de que os desafios habitacionais atuais exigem novas abordagens mais sustentáveis, inovadoras e conectadas com a realidade dos territórios."

Para ele, a parceria visa fomentar o uso de materiais e soluções locais, estimulando cadeias produtivas regionais e gerando empregos. Além disso, ao promover soluções adaptadas às realidades locais, a iniciativa contribui para o desenvolvimento territorial sustentável e para a inclusão produtiva em comunidades de baixa renda. "Essa união de esforços visa acelerar justamente a implementação de soluções que melhorem a qualidade da moradia no Brasil, com menor impacto ambiental e maior eficiência", concluiu.

Paulo também reforça que o projeto nasce do entendimento de que os desafios habitacionais atuais exigem abordagens mais sustentáveis, inovadoras e sintonizadas com as especificidades dos territórios.

Valorização

Outro ponto importante da parceria é a valorização de materiais e soluções desenvolvidos com base nas características e recursos locais. Essa abordagem contribui para o fortalecimento das cadeias produtivas regionais, a redução dos impactos ambientais das construções e o impulso à economia local.

Por meio desse protocolo, a Caixa passa a contar com instrumentos estratégicos para aprimorar suas políticas públicas voltadas à habitação social. A proposta é multiplicar práticas sustentáveis em todo o país e incentivar o setor da construção civil a adotar padrões que promovam o desenvolvimento social e ambiental de forma integrada.

PISAC

O PISAC foi concebido para atender às crescentes demandas por melhorias nos processos produtivos e nos produtos do ambiente construído. Atua como um laboratório vivo, localizado no campus Darcy Ribeiro da Universidade de Brasília (UnB), vinculado à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU), à Faculdade UnB Gama (FGA) e à Faculdade de Tecnologia (FT).

É uma plataforma de inovação tecnológica integrada ao Parque de Ciência e Tecnologia da Universidade de Brasília (PCTec). Seu propósito é facilitar a comunicação e fomentar parcerias estratégicas entre diferentes setores da sociedade, incluindo o setor público, a iniciativa privada, o meio acadêmico, o terceiro setor e a sociedade civil. Por meio de projetos inovadores, atende a demandas de pesquisa, desenvolvimento e capacitação, com foco em inovação, sustentabilidade e resiliência.

Os projetos abrangem todas as etapas do ciclo de vida do ambiente construído da concepção, planejamento e construção até a operação. O PISAC atua como uma rede de inovação, conectando capacidades técnicas consolidadas no Brasil e no exterior, sempre com o objetivo de promover pesquisa e desenvolvimento voltados à sustentabilidade do ambiente construído.

Eufrázio

APÓS DUAS DÉCADAS FECHADO, O ESPAÇO CELEBRA UM ANO DE REABERTURA. UM CARTÃO-POSTAL AFETIVO E DE BOA GASTRONOMIA NO CORAÇÃO DE BRASÍLIA

Fotos: Guilherme Felix CB/DA Press



Casa de Chá foi reinaugurada em 2024 como Café-Escola do Senac



Thayna (E), Talytha, e as respectivas filhas Maria Fernanda e Anna Julia Sales aproveitaram o fim de tarde para um café

TODO O CHARME DA CASA DE CHÁ

» ANA CAROLINA ALVES

Após quase duas décadas fechada, a Casa de Chá voltou a ganhar vida no coração de Brasília. Projetada por Oscar Niemeyer e tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), a joia modernista acaba de completar um ano de reabertura ao público. Em 12 meses, mais de 150 mil pessoas visitaram o espaço, que hoje resgata, não só a paisagem da Praça dos Três Poderes, mas também o símbolo da arquitetura modernista e da história de Brasília.

Projetada entre 1965 e 1966, o local foi feito para ser um ponto de encontro e de descanso dos brasilienses. A arquitetura semienterrada se integra ao traçado da praça, posicionada atrás do Panteão da Pátria e próxima à bandeira nacional, além de refletir o desejo de criar um espaço cultural que incentivasse a ocupação do espaço público.

O local ficou pronto em 1967, mas começou a ser usado apenas em 1975, como um restaurante de comida chinesa. Em 1979, o estabelecimento fechou e a Casa de Chá passou a ser usada casualmente, para locação de eventos. Desde 2019, funcionava como Centro de Atendimento ao Turista, mas há um ano voltou a ser um ponto de encontro que oferece descanso para quem visita a praça.

Em 2024, o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac-DF) inaugurou uma cafeteria na Casa de Chá e também um espaço para alunos de gastronomia da instituição. Estudantes do Senac têm a oportunidade de atuar diretamente nas operações do local, vivenciando, na prática, os desafios de uma cozinha profissional e do atendimento ao público.

Para Vitor Corrêa, diretor regional do Senac, a reabertura da Casa de Chá representa mais do que a retomada de um espaço arquitetônico simbólico, resgata a função original idealizada por Oscar Niemeyer. "É uma homenagem aos fundadores da cidade, um respeito ao patrimônio de Brasília. A Casa de Chá nunca tinha cumprido seu papel de ser um restaurante, um local de descanso e de encontro na Praça dos Três Poderes", afirma.

Segundo ele, a escolha do espaço para receber o projeto pedagógico se deu tanto por seu valor simbólico quanto pela demanda crescente no setor gastronômico da capital. "Brasília é o terceiro maior polo gastronômico do país. Ter um local como esse para formar profissionais e atender turistas é vital", explica. Após um ano de funcionamento, o impacto é visível. "São mais de 150 mil pessoas que passaram por aqui. A gastronomia que oferecemos dialoga com o Cerrado e com o brasiliense, que é a síntese do Brasil. A Casa de Chá existe por amor ao brasiliense", destaca.



Vando Silva se diz emocionado de fazer parte da história da Casa de Chá



Cristiano e Neide de Amorim elogiam a decoração e o cardápio

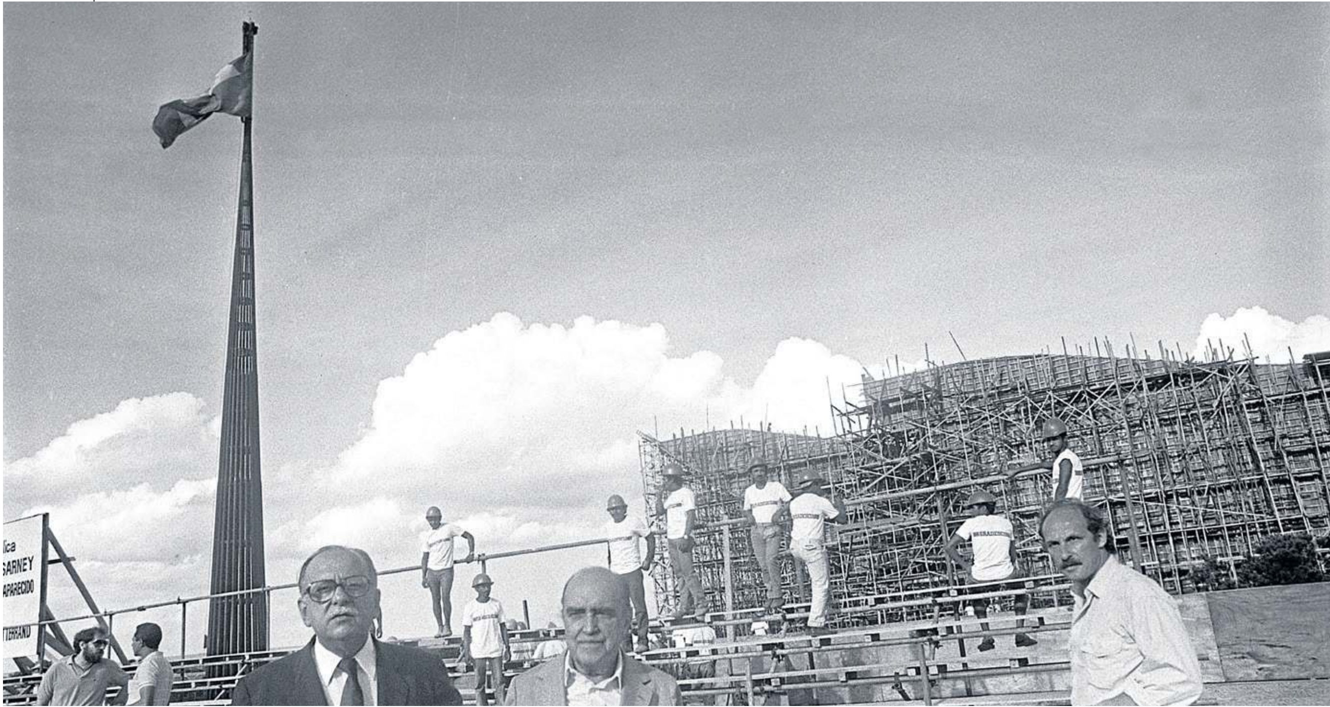


Henrique Paragua trabalha no espaço desde sua reinauguração



Vitor Corrêa, diretor do Senac: um local histórico para a cidade

Acervo do Arquivo Público do Distrito Federal



Governador José Aparecido e arquiteto Oscar Niemeyer visitando a construção do Panteão da Pátria na Praça dos Três Poderes

Programação especial

- Como parte da comemoração do primeiro ano de reabertura, a Casa de Chá promoverá a pré-estreia nacional do filme *Brasília 65 anos — Do sonho ao concreto: Heróis anônimos*. O evento está marcado para sábado (28/6), com sessão às 16h30 e 18h. Para participar, barta retirar o ingresso gratuito no Sympla.

- Além disso, em parceria com o Arquivo Público do DF, a exposição gratuita *Entre o traço e o tempo* ocupa a Praça dos Três Poderes até 10 de julho. A mostra traz fotografias e documentos inéditos com bastidores da criação de Brasília e da Casa de Chá, com desenhos e fotos inéditas de Oscar Niemeyer.

Vivência na Casa

Ex-aluno do Senac, Vando Silva, de 27 anos, é um dos funcionários que atuam na Casa de Chá. Ele conta que fez diversos cursos pela instituição, como os de garçom, maitre, gestão e capacitações que os levaram a trabalhar na casa. "Crescia em mim a vontade de estar nesse cenário. Me apaixonei pelo Senac e hoje estou aqui, nesse edifício projetado pelo Oscar Niemeyer, que é maravilhoso", celebra.

Vando está há cinco meses no local e destaca a emoção de participar da comemoração de um ano de reabertura do espaço. "É incrível. A gente está participando da história de Brasília. Mesmo não estando desde o início, sinto como se fizesse parte disso desde sempre. O envolvimento é tão grande que vira uma família. É algo que não tem como explicar", diz.

Assim como ele, o barista Henrique Paragua também vive de perto a retomada da Casa de Chá. Com oito anos de experiência na área, ele participou do processo seletivo promovido pelo Senac, que incluiu um treinamento sobre a história e a cultura de Brasília. "A gente passou 10 dias conhecendo os monumentos e entendendo a importância que o Senac dá à cidade", conta.

Ver o espaço reabrir foi, para ele, uma surpresa. "Superou minhas expectativas. Muita gente trouxe vida para cá, foi mais especial do que eu imaginava", afirma. Henrique acredita no potencial do projeto: "A Casa de Chá é um sucesso e acredito que ainda vai crescer muito e abrilhantar ainda mais Brasília nos próximos anos", acredita.

Cardápio de chef

Para quem visita, a Casa de Chá oferece não apenas a oportunidade de explorar um marco arquitetônico, mas também de desfrutar de uma experiência gastronômica brasileira. O cardápio, assinado pelo chef Gil Guimarães, traz ingredientes e referências dos diversos biomas do país. As receitas, formuladas especialmente com ingredientes do Cerrado, buscam atrair todos os gostos.

A reportagem encontrou no local a família Sales de Fortaleza, que uniu um passeio turístico a uma paixão por cafeterias. "A gente tem um amor por cafeterias, é sempre o nosso rolê", conta Talytha Sales, 36, empreendedora que mora em Brasília, mas nasceu na capital cearense. Ela visitou o espaço ao lado da irmã, Thayna Sales, 31, que vive em Fortaleza, que estavam com as filhas Maria Fernanda e Anna Júlia. Embora morando no DF há oito anos, Talytha conta que ainda não conhecia a Casa de Chá. "Quando inaugurou, a gente queria vir, mas não deu tempo. Quando a Thayna marcou a viagem, nós reservamos nosso lugar aqui", lembra. Para as irmãs, o ambiente surpreendeu pela beleza, arquitetura e acessibilidade. No cardápio, os salgados e os combos chamaram a atenção da família, que pretende voltar em breve.

Quem aproveitou uma data especial para conhecer o espaço foi Cristiano Amorim, cirurgião-dentista de 50 anos, que levou a mãe, Neide Amorim, 81. Moradora de Salvador, Neide veio a Brasília para visitar o filho e disse estar encantada com o lugar. "Gostei muito. É bem descontraído e aconchegante", diz. Cristiano, morador da capital há 19 anos, conhecia a construção por fora, conta que se surpreendeu com a transformação do local. "Isso aqui era um espaço vazio, abandonado. A gente sempre passava e ficava curioso, pensando o que poderia ser. O Senac soube aproveitar da melhor forma possível e agregou muito", afirma.

CORREIO BRAZILIENSE

ESPORTES

correiobraziliense.com.br/esportes - **Subeditor:** Marcos Paulo Lima E-mail: *esportes.df@dabr.com.br* Telefone: (61) **3214-1176**

CLUB WORLD CUP 25 FIFA

Temperatura extrema causa desconforto nos europeus, deixa países em alerta para a Copa de 2026 e muda experiência de torcer nos EUA. Ardor obrigou reservas do Borussia Dortmund a acompanharem partida sob o ar-condicionado do vestiário

Calor do momento

MARCOS PAULO LIMA
Enviado especial

New Jersey (EUA) — Eram 8h19 de terça-feira (24/6). Enquanto escrevo, um ícone com sol e termômetro lado a lado surge na tela em um triângulo vermelho. A advertência na barra de ferramentas do notebook e no smartphone: alerta de calor extremo. A notificação é do governo dos Estados Unidos e se repete quantas vezes forem necessárias. Fazia 39°C naquele momento. A Copa do Mundo de Clubes da Fifa pega fogo e não estamos nos referindo à contagem regressiva para o início das oitavas de final.

O começo do verão no país-sede do novo torneio da Fifa castiga times e torcedores. O cenário na porta das arenas lembra muito mais entradas de parque de diversão na Disney, em Orlando, do que o acesso a um estádio de futebol. O uso de roupas leves é quase uma obrigação. Short, bermuda, camiseta, tênis ou chinelo e boné compõem o look. Ventiladores portáteis com pequenos jatos de água, também, além da garrafinha a tiracolo. Um gole atrás nos jogos diurnos e noturnos.

Os mais dolarizados pagam estacionamento, abrem o bagageiro e transformam a espera pela partida em esquenta com churrasco e bebidas. Algumas famílias levam piscinas portáteis para acalmar crianças antes de guardar a bagagem e passar pela catraca.

O **Correio** catalogou a temperatura nas 11 cidades anfitriãs dos jogos da Copa do Mundo de Clubes. A mínima bateu, em Seattle, no extremo oeste dos Estados Unidos, com 13°C. A máxima, em Philadelphia, com 37°C. "Na prática, a sensação é maior. Moro aqui há 13 anos. O governo dos EUA emite alertas porque, tal como o frio extremo, o calor mata", testemunha o mineiro Ricardo Stenio, morador do estado de Connecticut. No último sábado, ele foi ao MetLife Stadium torcer pelo Fluminense contra o Ulsan, da Coreia do Sul.

Os termômetros apontam mais de 30°C em oito cidades. O clima está temporariamente ameno em Pasadena, na Califórnia; em Miami, na Flórida; e em Seattle, no estado de Washington. A temperatura média no torneio nos últimos dias ficou na casa dos 32°C. Adversário do Flamengo nas oitavas, o Bayern de Munique perdeu por 1 x 0 para o Benfica na última rodada da fase de grupos sob calor de 36°C, em Charlotte.

Os jogadores inscritos na Copa do Mundo de Clubes da Fifa são cobaias para a Copa de 2026. O calor extremo antecipa o debate climático para o torneio de seleções, de 11 de junho a 19 de julho. O clima é uma das pautas de reclamações na fase de grupos.

"Impossível. Está um calor infernal. Meus dedos doíam, até as unhas doíam, eu não conseguia parar nem começar. É inacreditável, mas como é igual para todos, não tem desculpa", desabafou Marcos Llorente, do Atlético de Madrid, após a partida contra o PSG.

Richard Pelham/AFP



Meia do Boca Jrs., Carlos Palacios se refrescou do calor com a irrigação do Geodis Park, em Nashville, durante o empate com o Auckland City

Divulgação



Reservas do Borussia Dortmund recorreram ao ar-condicionado do vestiário e fugiram da temperatura extrema

> *"Tínhamos bastões de resfriamento para refrescar os jogadores. Eles estavam esperando no vestiário com ar-condicionado. Não se trata apenas de tática, mas de minimizar a carga, minimizar o estresse. O estresse já é alto suficiente"*
>
> **Niko Kovac,** técnico do Borussia Dortmund

37

jogos dos 63 da Copa do Mundo de Clubes foram ou serão realizados entre 12h e 18h

Derrotado de virada pelo Flamengo na segunda rodada do Grupo D, o técnico italiano Enzo Maresca empurrou o resultado para o clima na sala de conferências do Lincoln Financial Field, na Philadelphia. "Eu sempre tento evitar desculpas, sempre tento ser honesto. Não se trata de desculpas, mas sim da realidade. É uma desculpa quando não está quente, e dizemos que está quente. Isso é uma desculpa. Mas se está quente, está quente. Mas estamos aqui tentando fazer o nosso melhor", afirmou.

Inovação

O Borussia Dortmund usou as redes sociais para manifestar o descontentamento na vitória contra o Mamelodi Sundowns da África do Sul. "Os nossos reservas assistiram ao primeiro tempo de dentro do vestiário para evitar o sol escaldante no TQL Stadium — nunca vimos isso antes, mas neste calor, faz todo o sentido", dizia a legenda no Instagram. Alguns acompanharam a etapa final protegidos por guarda-sol. Outros, no banco de reservas.

"Sempre pensamos em como podemos ajudar, minimizar a influência negativa. Estava muito, muito quente. Tínhamos bastões de resfriamento para refrescar os jogadores. Eles estavam esperando no vestiário com ar-condicionado. Não se trata apenas de tática, mas de minimizar a carga, minimizar o estresse. O estresse já é alto o suficiente", justificou o técnico croata Niko Kovac, auxiliado por um intérprete após o 4 x 3 contra o Mamelodi.

Na última segunda-feira, o Corpo de Bombeiros de Miami soltou comunicado nas redes sociais para que os torcedores de Inter Miami e Palmeiras tivessem cuidado com o calor extremo, e estabeleceu diretrizes de segurança para o duelo entre Chelsea e Espérance.

A Fifa tem seguido rigorosamente o protocolo de saúde. As diretrizes determinam pausas quando a temperatura de bulbo umido — um composto de fatores como clima e umidade — atinge 89,6°F, o equivalente a 32°C, justamente a média dos últimos dias nas cidades da Copa do Mundo de Clubes. As pausas são entre os minutos 30 e 75. A final olímpica de Pequim-2008 entre Nigéria e Argentina inaugurou o procedimento a 41,5°C.

A entidade máxima do futebol se manifestou em nota no último dia 18 sobre as críticas ao horário das partidas. "Os especialistas médicos da Fifa estão em contato constante com os clubes para cuidar da gestão do calor e aclimatização. A Fifa também estabeleceu oficiais médicos nas sedes para trabalhar em cooperação com as autoridades locais em questões de saúde, incluindo o enfrentamento ao calor", afirma o comunicado.

Cinco perguntas para...

MORACI SANT'ANNA, PREPARADOR FÍSICO DO BRASIL NA CAMPANHA DO TETRA NA COPA DE 1994

Como você ajudou a Seleção a lidar com o calor extremo na campanha do tetra?

A primeira providência foi chegar com um pouco mais de antecedência para ter uma aclimatação ao calor nos Estados Unidos. Aqui no Brasil é o inverso nesse período, inverno. Fizemos 15 dias em Teresópolis dando ênfase à parte física e chegamos nos EUA com 23, 24 dias de antecedência.

O diálogo com Parreira e Zagallo foi fundamental?

O nosso planejamento, desde o primeiro dia, era treinar no horário do jogo. A nossa atividade era às 12h e fomos nos aclimatando a esse calor na época, da mesma forma como está quente agora também. A segunda providência acordada com eles foi fazer a alimentação de manhã igual a dos dias dos jogos.

Qual foi o passo mais difícil?

A terceira, e mais importante, foi a questão da hidratação. Colocamos na cabeça do jogador que ele tinha que se hidratar o máximo possível, não somente na hora da partida. Era no treinamento, durante o treinamento, pós-treinamento, e assim também nos jogos.

O Brasil foi campeão, mas até que ponto a fórmula anticalor deu certo?

Não quer dizer que você não sofre, mas sofre menos. Você se adapta, se aclimata a essa situação. Conseguimos administrar bem isso durante a Copa. Sentimos o menos possível. Isso para nós foi muito importante. Quando a Copa começou, nós estávamos adaptados.

Quando você teve a certeza de que o plano havia sido um sucesso?

Nos últimos três jogos. Nas quartas, na semifinal e na final, nós jogamos com temperaturas acima de 40°C. Contra os EUA também, nas oitavas. Acho que estava 42°C. Então, os últimos quatro foram assim.

O clima dá vantagem aos brasileiros contra europeus?

Estão pesando para o lado europeu o fim da temporada e o calor. Uma somatória. Está sendo o contrário de quando a gente ia para Tóquio. A gente saía daqui no calor do Brasil para enfrentar um frio danado lá no Japão. Isso pode favorecer os brasileiros nesse sentido. (**MPL**)

Como a expertise dos times pode ajudar seleções

A 350 dias da tradicional Copa do Mundo, as seleções precisam incluir o calor no sonho do cobiçado título. Das 11 cidades-sede do torneio de clubes, cinco também serão anfitriãs no próximo ano: New Jersey, Philadelphia, Atlanta, Miami e Seattle. Portanto, a experiência das comissões técnicas dos times podem ajudar no planejamento. O evento será compartilhado com o Canadá e o México. Consequentemente, muitas variações climáticas.

Uma pesquisa liderada pela Queen's University Belfast usou 20 anos de dados meteorológicos para mostrar o quão quentes os estádios ficam durante um verão médio. O estudo usou o termômetro de bulbo úmido, adotado pela Fifa. A medida de estresse térmico combina calor e umidade. Cidade do México e Vancouver são as únicas onde a temperatura não passou do limite potencialmente perigoso de 28°C. Em quatro, pode atingir o limite na Copa do Mundo de 2026, ou seja, 32°C.

Em um ano normal, mais de 80% dos dias de junho e julho excedem 28°C em Dallas, Houston e Miami. "O início da manhã ou o fim da noite seriam melhores na maioria dos locais", alerta o cientista climático Dr. Donal Mullan. "Se eu fosse dar um conselho à Fifa, eu diria para evitar as tardes, das 12h às 18h. Isso reduziria enormemente o risco de calor extremo", recomenda o especialista.

A Fifa projetou três dias de descanso para cada seleção na Copa de 2026. Mesmo assim, o médico reforça o apelo a Gianni Infantino. "Eles voltarão para o calor escaldante, então há um risco para os espectadores, bem como para os jogadores e árbitros", reforça Mullan.

"Agendar jogos em estádios sem sombra, às 12h, e promover patrocinadores dependentes do petróleo, mostra que a Fifa está perigosamente alheia à ameaça que o calor extremo representa para seus principais torneios de verão", criticou Peter Crisp, do Fossil Free Football, engajado em eventos esportivos sem patrocinadores poluentes do meio ambiente.

Um dos trunfos do Brasil na caça ao hexa é o conhecimento de causa do técnico italiano Carlo Ancelotti. Em 1994, era auxiliar do técnico da Squadra Azzurra, Arrigo Sacchi, e sentiu na pele os efeitos do calor extremo nos EUA na campanha do vice. (**MPL**)

Eufrázio

CORREIO BRAZILIENSE

ESPORTES



Megan Briggs/Getty Images via AFP

Empate por 0 x 0 é suficiente para o Fluminense chegar às oitavas de final como segundo do grupo, mas desempenho com oscilações contra Mamelodi Sundowns e Ulsan HD deixa alerta para o mata-mata

Tricolor em dívida

MEL KAROLINE*

O Fluminense concluiu o objetivo de chegar às oitavas de final da Copa do Mundo de Clubes da Fifa. No entanto, a preocupação com o desempenho ruim do tricolor contra os adversários mais frágeis do Grupo F da competição internacional contrasta com a alegria da vaga. Ontem, a equipe carioca precisava apenas de um empate para ir ao mata-mata e fez o básico no 0 x 0 diante do Mamelodi Sundowns, no Hard Rock Stadium, em Miami. Sem convencer e inconsistente no duelo direto, a equipe carioca avança, mas ciente da necessidade de entregar mais.

Com a pressão de ser o último brasileiro a carimbar vaga nas oitavas de final da Copa do Mundo de Clubes, o Fluminense pouco ameaçou a equipe sul-africana no confronto direto pela classificação ao mata-mata. Com a vitória do Borussia Dortmund, por 1 x 0, contra o Ulsan HD, o clube de Laranjeiras avançou com o segundo lugar da chave. Antes do torneio, a posição até era esperada. No entanto, depois da boa estreia contra os alemães, o tricolor acumulou partidas de altos e baixos, acendendo o alerta para a exigência natural das partidas eliminatórias.

Os minutos iniciais foram de um confronto estudando entre as equipes. Com a marcação de linha baixa do Fluminense, o Mamelodi explorava a característica de ficar com a bola no pé, consequentemente, cansando o tricolor. Havia dificuldade para os brasileiros encaixarem o jogo. O clube das Laranjeiras buscou controlar o duelo dentro do campo defensivo, de forma arriscada, pois sofreu duas chegadas perigosas do time africano.

Apesar do empate favorecer o Fluminense, a estratégia de marcar em bloco baixo para sair em contra-ataque não era efetiva. Os erros de passe deram ao adversário a liberdade para dominar as ações dentro das quatro linhas. Em números, o Mamelodi controlava a posse de bola, com 55% contra 31% dos cariocas. Após a pausa para a hidratação, o time de Renato Gaúcho passou a marcar no campo de ataque e começou a trocar mais passes, gerando pressão na reta final.

No duelo, o Sundowns precisava da vitória para avançar na competição. Na segunda etapa, o Fluminense estava mais fechado no campo de defesa, dificultando as infiltrações do time africano. O calor castigou o desempenho das equipes, o jogo ficou em um limbo de passes errados e com a bola pouco trabalhada. Porém, o Mamelodi começou a se lançar a todo custo ao ataque. Assim como no primeiro tempo, os africanos dominaram as estatísticas.

Em algumas circunstâncias, o Fluminense tinha a posse de bola, mas sem efetividade. As mexidas do Renato Gaúcho pouco surtiram efeito. A equipe manteve as linhas baixas para tentar um jogo reativo, sem sucesso. Enquanto o Mamelodi, mesmo com a desclassificação, manteve o ritmo e a organização tática. Desta forma, o empate por 0 x 0 garantiu a vaga nas oitavas de final da Copa do Mundo de Clubes, mas sem convencer.

Nos bastidores, os jogadores do tricolor reconheceram a atuação conservadora, mas garantiram: o time pode entregar mais no mata-mata. "Nosso primeiro objetivo era as oitavas, mas não é o único. Mata-mata é totalmente diferente, times mais fechados, com mais cautela. Sabemos jogar esse tipo de jogo", destacou o colombiano Jhon Arias. O técnico Renato Gaúcho seguiu discurso similar e preferiu celebrar a vaga. "Estamos felizes. Vamos comemorar nossa classificação e ver o que acontece na outra fase. Às vezes, é melhor você sofrer e conseguir a classificação, do que querer jogar bonito e perder", pontuou.

Com os aprendizados da inconstância do passado, o Fluminense celebra os feitos do presente e prospecta o futuro. O tricolor terá quatro dias livres de treinamento até buscar a vaga nas quartas de final, na segunda-feira, às 16h, em Charlotte. Mesmo devendo, o clube alcançou a primeira meta. Agora, chegou a hora de entregar mais para ir além.

*** Estagiária sob a supervisão de Danilo Queiroz**

MAMELODI SUNDOWNS 0

Williams; Mudau, Cupido (Lebusa), Kekana e Lunga; Mokoena (Adams), Lucas Ribeiro (Shalulile), Zwane (Lethlaku), Allende e Matthews (Arthur Sales); Rayners
Técnico: Miguel Cardoso

FLUMINENSE 0

Fábio; Samuel Xavier, Ignácio, Freytes e Renê; Hércules (Bernal), Nonato (Thiago Santos), Martinelli (Lima) e Arias; Cano (Everaldo) e Cannobio (Keno)
Técnico: Renato Gaúcho

Local: Hard Rock **Público:** 14.312 **Árbitro:** Anthony Taylor (ING)

"Estamos felizes. Vamos comemorar nossa classificação e ver o que acontece na outra fase. Sabíamos que teríamos bastante dificuldade, mas, às vezes, é melhor você sofrer e conseguir a classificação, do que querer jogar bonito e perder"

Renato Gaúcho, técnico do Fluminense

Brasileiros garantem bolada nos grupos

DANILO QUEIROZ

A participação dos brasileiros na Copa do Mundo de Clubes da Fifa está bastante rentável financeiramente. Com a conclusão dos grupos com equipes nacionais, Flamengo, Botafogo, Palmeiras e Fluminense têm a garantia de voltar ao país com uma receita milionária nos cofres. Junto, o quarteto arrecadou R$ 593 milhões.

Time nacional de melhor campanha na fase de grupos, o Flamengo abocanhou R$ 152 milhões. O valor é constituído pela premiação por participação (cerca de R$ 84 milhões), por desempenho (R$ 27 milhões) e a classificação às oitavas de final (R$ 41 milhões) da competição organizada pela Fifa.

Botafogo, Fluminense e Palmeiras ganharam R$ 147 milhões, cada. A construção do prêmio se dá de maneira diferente. Enquanto os alvinegros levantaram R$ 22 milhões por duas vitórias, alviverdes e tricolores ficaram com o mesmo valor, mas por um triunfo e dois empates na fase de grupos.

A grandeza da premiação é confirmada quando comparada aos campeonatos nacionais. No ano passado, o Botafogo levou R$ 48 milhões pelo título brasileiro. Na campanha vitoriosa na Copa do Brasil, o Flamengo faturou R$ 93 milhões. Apenas a Libertadores paga mais ao campeão: R$ 192 milhões.

Garantidos na primeira etapa do mata-mata, o quarteto brasileiro pode ampliar a arrecadação em caso de classificação às quartas de final. O feito garante R$ 73 milhões. O ato de levantar a taça é acompanhado por impressionantes R$ 223,3 milhões agraciados pela Fifa. Os times, porém, ainda serão taxados nos Estados Unidos. Ao contrário de outras competições, a organizadora não conseguiu evitar a tributação das receitas.

Jogos do dia

Hoje, quatro partidas finalizam a fase de grupos da Copa do Mundo de Clubes da Fifa. Às 16h, Juventus e Manchester City decidem a liderança da chave G em duelo europeu, enquanto Wydad Casablanca e Al Ain realizam jogo de cumprimento de tabela. Às 22h, Real Madrid e RB Salzburg lutam pela classificação às oitavas de final, enquanto Al Hilal pega o eliminado Pachuca de olho na vitória para tentar roubar a vaga de um dos adversários do Velho Continente. Globo, SporTV e CazéTV transmitem os compromissos ao vivo.

Gilvan de Souza/Flamengo



Flamengo é o time nacional mais premiado no torneio da Fifa até aqui

Giro esportivo

Miguel Schincariol/AFP

Palmeiras

O Palmeiras enfrentará o Botafogo, no sábado, sem um dos pilares. Exames de imagem confirmaram lesão muscular na coxa do zagueiro Murilo. Por outro lado, o volante Aníbal está próximo do retorno.

Vitor Silva/Botafogo

Botafogo

O sonho do zagueiro Bastos em retornar aos gramados no Mundial chegou ao fim. O Botafogo informou que o defensor angolano voltou a sentir dores no joelho esquerdo e chegou ao Brasil para tratamento.

Peter Leone/Estadão Conteúdo

Corinthians

Memphis Depay cobra cerca de R$ 6 milhões do Corinthians em atrasados. O astro citou a possibilidade de não cumprir com obrigações profissionais, caso a questão não seja resolvida.

Letícia Marques/Bahia

Bahia

O Bahia oficializou a renovação de contrato com Rogério Ceni até dezembro de 2027. A ampliação do vínculo, antes válido até o fim deste ano, coroa um trabalho consolidado e valorizado pela diretoria.

Kirill Kudryavtsev/AFP

Tênis

Bia Haddad avançou às quartas de final no WTA 500 de Bad Homburg, Alemanha. Em dura batalha contra a ucraniana Elina Svitolina, brasileira virou contra a ex-número 3 do mundo por 2 sets a 1.

Fivb/Divulgação

Vôlei

A Seleção Brasileira masculina estreou na segunda semana da Liga das Nações de Vôlei (VNL), em Chicago (EUA), com vitória por 3 sets a 0 sobre o Canadá. Hoje, a equipe encara a China, às 18h.

Eufrázio

HORÓSCOPO

www.quiroga.net // astrologia@oscarquiroga.net

POR OSCAR QUIROGA

Data estelar: Mercúrio ingressa em Leão.
Em parte, para ganhar autoconfiança é preciso que tu faças uma boa avaliação de tuas capacidades e que não caias na tentação de simular talentos que não possuis, porque mesmo que eventualmente enganes as pessoas, no fundo temerás que um dia te descubram e percas tudo que ganhaste, erodindo a autoconfiança.
A autoconfiança não é um processo exclusivamente egoísta, o olhar dos outros sobre ti também ajuda a preservar esse importante sentimento, e ajuda muito compreender que, também, a roupa que vestes, a maquiagem, o perfume e os gestos e palavras que usas, servem para comunicar.
A autoconfiança é, por isso, o resultado tanto do que tu pensas ao teu respeito, como também da forma com que tu comunicas tua presença através dos atributos exteriores que utilizas.



ÁRIES
21/03 a 20/04
É fácil se enganar hoje em dia, porque nas redes sociais se confunde a simulação do talento com o talento em si mesmo. Porém, é para isso que nossa humanidade pode desenvolver o discernimento. Reconheça as diferenças.



TOURO
21/04 a 20/05
Se você sentir necessidade de mudar os móveis de lugar ou de agregar algo ao ambiente, invista tempo e recursos nesse sentido, porque essas movimentações não são superficiais, elas respondem a dinâmicas de energia.



GÊMEOS
21/05 a 20/06
O dinamismo do momento é favorável a você, que sabe surfar em ondas desencontradas. Aproveite, então, para conversar sobre esses assuntos que foram deixados para um futuro incerto. Agora é esse futuro incerto.



CÂNCER
21/06 a 21/07
Faça as movimentações pertinentes aos seus recursos para que esses não percam valor, mas evite buscar negócios grandiosos, que nesta parte do caminho não se encontram disponíveis, apesar de haver sinais desses.



LEÃO
22/07 a 22/08
A ambiguidade não é negativa, é um sinal de que é preciso tomar mais tempo para refletir sobre certos assuntos, evitando a precipitação. Além disso, a complexidade do cenário comporta várias alternativas diferentes.



VIRGEM
23/08 a 22/09
Antes de dizer qualquer coisa, procure refletir melhor, porque nesta parte do caminho é provável que as palavras se voltem contra você. A reflexão fará você encontrar uma maneira mais elegante de dizer as verdades.



LIBRA
23/09 a 22/10
Nem todas as pessoas com que você precisa tratar são confiáveis, e não porque sejam más pessoas, mas porque andam transtornadas com tanta coisa acontecendo que perdem o rumo com mais facilidade do que o habitual.



ESCORPIÃO
23/10 a 21/11
Abra várias frentes de ação, porque ficar se atendo apenas a uma, dentre as tantas disponíveis, fará com que você perca tempo e, depois, se decepcione com os resultados. Diversifique sua atividade, isso sim.



SAGITÁRIO
22/11 a 21/12
Simular conhecimento é fácil, quase todas as pessoas fazem isso nas redes sociais, e algumas delas com cara de acadêmicas inclusive. Essa simulação, no entanto, planta sementes de degradação social. Tome distância.



CAPRICÓRNIO
22/12 a 20/01
A desconfiança é corrosiva, entra nos relacionamentos como algo inofensivo para, depois, criar raízes e germinar como uma árvore frondosa que ocupa todo o tempo e espaço que seria melhor usar em entendimento.



AQUÁRIO
21/01 a 19/02
Sempre vai ter alguém por aí tomando atitudes espertas, querendo passar a perna nos outros. É preciso ter atenção sem, no entanto, sair por aí desconfiando de todo mundo. Cuide mesmo é para não cair em golpes, isso sim.



PEIXES
20/02 a 20/03
Confiar em que tudo vai dar certo pode ser uma atitude um tanto ingênua, porque nunca dá tudo certo, sempre há pontas soltas, principalmente nas condições atuais do mundo. Porém, mesmo assim, tudo vai bem.

CRUZADAS

Romancista alemão de "O cão de Hitler" / Podem ser escritos na forma de fração / Fita, em inglês / Laço que compõe o smoking / Reconhecidas por um favor / O ângulo menor que 90 graus (Mat.) / Atestado concedido pelo Inmetro aos carros a gás natural / Sidney Magal, cantor

Espanha (sigla) / O pouso do hidroavião / (?) Lanka, país da Ásia

Muito atraente / (?) Air, bairro luxuoso da Califórnia / Urbano Lóes, ator brasileiro / Macacos venerados na Índia

Saudação usada para iniciar conversas / Grupo separatista basco (sigla) / Poema lírico / Estrela do verão

(?) da Aliança, símbolo judaico / Recolhe / Categoria, em inglês / Fruta usada em simpatias do Ano-novo

Produz certo lucro / Atrevo-me

O Poeta dos Escravos / Tipo de hepatite / "Ar", em "aerofagia" / Fica agitado / Responder a um chamado / Revestir com camada de ouro

Área examinada no Papanicolau (Med.) / A "Capital do Monte" (Argentina) / Vogal que segue a letra "Q" / Riqueza mineral do México (símbolo)

Sobrenome do inventor da dinamite / O filho primogênito de Isaac (Bíblia)

"Festa no (?)", sucesso de Latino / Grande período de tempo (Hind.) / Noel Rosa, compositor carioca

Que facilmente se estressa

Sua areia fertiliza a Amazônia / Uma das ações no rafting

BANCO 3/bel. 4/tape. 5/class — oberá — resos — saara. 6/alopra. 8/amaragem. 11/günter grass. 26

© Ediouro Publicações — Licenciado ao **Correio Braziliense** para esta edição

DIRETAS DE ONTEM

	I				C				
	N	A	S	A	L	I	Z	A	R
	D	E	I	T	A		A	N	U
	U		N		S	E	I	T	A
A	S	S	A	S	S	I	N	O	S
	T	A		K	I		O	N	
	R	I	F	I	F	I		I	A
F	I	D	E	D	I	G	N	O	S
R	A	O	C		C	A		G	P
	L		U	M	A		A	R	A
D	I	A	L	E	T	I	C	A	S
	Z	O	A	D	O		E	M	
	A	L		I	R	A		S	V
	D	E	T	R	I	T	I	C	O
S	O	U	L		O	A	S	I	S

SUDOKU DE ONTEM

2	3	8	9	5	7	6	4	1
7	5	9	1	6	4	3	8	2
1	4	6	8	2	3	7	5	9
9	7	5	3	1	2	8	6	4
6	2	4	5	7	8	1	9	3
8	1	3	6	4	9	5	2	7
3	9	1	2	8	6	4	7	5
5	8	7	4	9	1	2	3	6
4	6	2	7	3	5	9	1	8

#FaçaCoquetel
Assine e receba no conforto da sua casa!
www.assinecoquetel.com.br
Acesse nosso site!
@coquetel /editoraCoquetel
COQUETEL

MÚSICA

Orquestra Ars Hodierna



Orquestra Ars Hodierna apresenta obras contemporâneas na Thomas Jefferson

Concerto no CTJ Hall

» JÚLIA COSTA

Orquestra Ars Hodierna faz apresentação hoje, às 20h, no CTJ Hall (706/906 Sul). A entrada é gratuita. O programa tem foco em dois compositores: o anglo-português Christopher Bochmann e o venezuelano Alfredo Rugeles.

O programa contempla obras recentes: Mutaciones, de Rugeles; Canzona 1, de Bochmann; Verbindung (Aus den sieben Tagen), do alemão Karlheinz Stockhausen; e Abertura da Ópera Marielle, do compositor brasileiro Jorge Antunes, pioneiro da música eletrônica no país e membro da Academia Brasileira de Música.

Criada em 2007 pelo maestro Jorge Lisbôa Antunes, a Orquestra Ars Hodierna é voltada para a difusão da música dos séculos 20 e 21. "A orquestra é voltada para a apresentação de obras contemporâneas, atuais, mas sempre que possível incluindo obras do repertório camerístico e sinfônico", explica Antunes. O grupo também realiza concertos didáticos em escolas públicas do Distrito Federal e promove estreias de obras contemporâneas na capital federal.

O CTJ Hall terá o lançamento do livro Um 'El Sistema' para o Brasil, escrito pelo maestro. A obra é derivada do mestrado de Antunes,na Universidade Simón Bolívar, em Caracas, sob orientação de Alfredo Rugeles. "Eu analisei o repertório que é mais tocado pelas orquestras infantis e o nível técnico que é exigido para os músicos tocarem esse repertório. Depois, busquei obras brasileiras que tecnicamente estariam no mesmo nível das músicas que são executadas nas orquestras infantis da Venezuela", comenta.

O livro propõe uma adaptação do programa venezuelano de orquestras juvenis e infantojuvenis para a realidade brasileira, com obras do país. Antunes é também professor de violino na Escola de Música de Brasília e regente da Orquestra Sinfônica da instituição. Em 2011, venceu o XVII Concurso OSPA para Jovens Regentes e Solistas e já regeu outras orquestras, como o Ensemble Latinoamericano de Música Contemporánea Simón Bolívar; Orchestre de Flûtes Français, em Paris; e a Ópera Maya, no México.

*Estagiária sob a supervisão de Severino Francisco

ORQUESTRA ARS HODIERNA
No CTJ Hall, hoje, às 20h. Entrada gratuita. Classificação indicativa livre.

TANTAS Palavras

POR JOSÉ CARLOS VIEIRA

ENTREATO

Quando você me olhou
eu não vi nenhum sentido
Mas o desejo e o mel
que de seu olhar escorria
fez mais bonito meu vestido

Encharcado de alegria

Ana Maria Lopes

ESTA SEÇÃO CIRCULA DE TERÇA A SÁBADO/ CARTAS: SIG, QUADRA 2, LOTE 340 / CEP 70.610-901

SUDOKU

			3	8	7			
			2		6	9		
							7	8
7	8		5		3			
			6				2	
6							8	
3			1			2	4	
	5		8	2				1

Grau de dificuldade: médio

www.cruzadas.net

Eufrázio

cultura.df@dabr.com.br
3214-1178/3214-1179
Editor: José Carlos Vieira
josecarlos.df@dabr.com.br

Correio Braziliense
Brasília, quinta-feira, 26 de junho de 2025

O HOMEM QUE MUDOU O JOGO

ESTRELADO POR BRAD PITT, O FILME *F1* PRODUZ ADRENALINA A PARTIR DE UMA TRAMA ENVOLVENDO DOIS PILOTOS DE UMA EQUIPE DE CARROS DE CORRIDA


Filme *F1*

Fotos: Warner/Divulgação

» RICARDO DAEHN

Foram tentativas frustradas, e, depois de 20 anos, na luta por emplacar um filme de corrida, fosse de moto ou carro, o astro Brad Pitt acertou o alvo. Com o respaldo de megaprodutores como Jerry Bruckheimer (*Amageddon* e *Bad boys*) e Lewis Hamilton, sete vezes campeão de F1, Pitt declarou sobre F1, a estreia de hoje: "Foi uma das experiências mais extraordinárias que já tive. Acho que transparece na tela". O diretor de fotografia chileno Claudio Miranda — lembrado por *As aventuras de Pi*, *Top Gun: Maverick* e *O curioso caso de Benjamin Button* — assumiu o enquadramento, em muito sob a perspectiva dos pilotos do filme chamados Sonny Hayes (Pitt) e Joshua Pearce (Damson Idris), e que, por vezes, dispunham (sem dublês) da habilidade dos astros, ao volante. Perseguindo realismo, a equipe de cinema fimou em circuitos reais de corridas, culminando com registros, em 2024, da etapa do Grand Prix de Abu Dhabi.

"Enferrujado", três décadas longe do curso da Fórmula 1, Sonny dá exemplo de reconfiguração de estratégias e de valores, nas pistas. Já, na vida real, na pré-estreia do filme em Londres, o filme do mesmo cineasta de Top Gun: Maverick, Joseph Kosinski, propiciou o encontro das lendas Pitt e Tom Cruise (que encabeçaram Entrevista com o vampiro). O estimado orçamento de US$ 200 milhões para bancar F1 equivale ao resultado de bilheteria, no primeiro fim de semana, do novo filme de Cruise (o derradeiro *Missão: Impossível*). Do mesmo cineasta de *F1* e Oblivion (2013), *Maverick* (que contou com Cruise) rendeu quase US$ 1,5 bilhão.

No cenário de vigor das gigantes McLaren e Ferrari, a fictícia equipe APXGP (em que Sonny e JP se unem, e desunem) emplaca uma "lata velha" para o chamado "coroa" Sonny. Mas, ele não demora a vaticinar: "Com este carro, esqueçam". Impondo dedicação e trabalho duro para os colegas, o piloto, que rumina glórias do passado, concentrado tão somente no trabalho em campo, de disparada em velocidade, renega aquilo que, para JP (e sua contemporaneidade), faz todo o sentido granjear mídia, engajamento e seguidores nas redes sociais.

Se trata, brevemente, de personalidades como Ayrton Senna, Michael Schumacher, Nigel Mansell e Alain Prost, na tela, *F1* deu chão para outra adimaração: aos 33 anos, Damson Idris chamou o colega, Pitt (61), de "monumento vivo do cinema", e à revista *People*, celebrou a equidade de papéis, fator assegurado por Pitt: "Ele fez questão de que os dois personagens fossem iguais — então estou extremamente em dívida com ele, e mal posso esperar que as pessoas assistam". A escalada da dupla parte de um momento crítico para Ruben (papel de Javier Bardem), magnata que, em dívida de US$ 350 milhões, reclama a experiência e o conhecimento de Hayes.

Nos bastidores do filme, o domínio de dados fluiu de Lewis Hamilton. "Ele nos manteve na linha, dizendo: 'Não, isso não funciona', até mesmo em relação ao som e das reverberações", pontuou, Pitt, à imprensa estrangeira. No roteiro do longa, o barulho vem da turbulência mantida entre os protagonistas, que, mesmo da mesma equipe, trocam farpas de "babaca" e "cara de idiota", enquanto Sonny detecta Pearce (o JP) como "convencido e arrogante". Num primeiro momento, em cenário de perdedores, falidos, os componentes da APXGP terão destino ainda mais posto à prova, dadas as penalidades e infrações — para além de graves acidentes.

Com expresso "grande respeito pelos pilotos de F1 e pelas velocidades alcançam", o ator Damson Idris não chegou à velocidade dos 320 km de campeões, mas correu muito em cenas que contemplaram o GP da Itália (Monza), o berço da F1 (em Silverstone) e o Grand Prix em Liège (Bélgica). No corre-corre do cotidiano, os pilotos terão nutridas as relações pessoais em torno de figuras como Bernardete (Sarah Niles), a mãe de JP; Kate (Kerry Condon), a diretora técnica da equipe de corridas e ainda Tobias Menzies, que interpreta o ambivalente papel de Banning.

BONECA PERVERSA

A evolução e a capacidade de mudar de opinião dos humanos são tópicos moderamente tratados na trama do novo filme de Gerard Johnstone, Megan 2.0, que, contrapõe a voluntariosa boneca robô (que emplacou enorme sucesso de público nas telas, há três anos) com novas tecnologias e oponentes. A icônica protagonista se afasta de terror e fica colada no cinema de ação.

Um empresário cadeirante (Alton Appleton, papel de Jemaine Clement) sabota a linha de frente dos tutores de Megan (com personagens de Allison Williams, Brian Jordan Alvarez e Jen Van Epps). Com direito à homenagem ao clássico Metrópolis (filme de Fritz Lang, de 1927), Megan 2.0 traz piadas infames, arremedos de lobotomia e citações ao filme de Batman (da caverna ao carro desgovernado). Aristotle Athari tem papel de destaque no filme que ainda especula em torno de ética nos limites do uso de IA.

Universal Pictures



ITALIANÍSSIMO

Riama Film / Divulgação



Com a oportunidade única de assistir ao clássico de Federico Fellini A doce vida (feito em 1960, e programado para exibição no sábado), a 8 1/2 Festa do Cinema Italiano tem programação a partir de hoje, no Cine Cultura Liberty Mall. Basta uma citação da bíblia dos cinéfilos Tudo sobre cinema, em torno do filme — "Impelida pelos excessos que narrava, a imaginação visual de Fellini entrou em marcha acelerada e sua imageria barroca desembestou de vez" —, para entender a importância dele. A sessão será às 20h10 do sábado. Antes, a partir de hoje, estão programados: às 18h30, O último chefão, estrelado por Toni Servillo, e que conta os descaminhos de mafiosos prestes a se aposentarem; e às 20h50, O barbeiro conspiracionista, fita em torno da dissolução da vida de um homem comum que começa a se sentir extremamente perseguido, a partir de sinais de um poste de luz.

Correio Braziliense | Brasília, quinta-feira, 26 de junho de 2025

Direito & Justiça



Editora
Ana Maria Campos
anacampos.df@dabr.com.br
Tel. 3214-1344

Violência vicária: quando entes queridos viram armas de agressão contra a mulher

Maria Eduarda Lavocat

No contexto da violência doméstica contra mulheres, a violência vicária representa mais uma forma de agressão. O termo, cunhado pela psicóloga Sônia Vaccaro, refere-se ao comportamento em que o agressor atinge terceiros com o objetivo de causar sofrimento emocional à mulher, caracterizando uma forma de violência indireta. Esses terceiros, geralmente, possuem forte vínculo afetivo com a vítima, sendo os filhos os alvos mais comuns, embora familiares, amigos, e até, animais de estimação também possam ser utilizados como instrumentos de agressão psicológica.

O usual é que esse tipo de violência ocorra, após o fim do relacionamento, quando o contato direto com a mulher fica mais difícil, porém essa agressão também pode ser praticada para a manutenção do vínculo por meio dos filhos. A psicóloga jurídica e professora de psicologia da Uniceplac Paola Luduvice explica que a violência vicária normalmente se manifesta dentro de um histórico de violências domésticas contra a mulher, sendo possível que os filhos ou terceiros sejam alvos de diversas maneiras: violências físicas, psicológicas; morais; sexuais; e patrimoniais.

"A violência pode ser uma ameaça que subjuga a vontade da vítima e manipula o comportamento da mulher de modo que ela não denuncie para que ela possa garantir a integridade física e/ou emocional de seus filhos ou outros. Mas também há casos mais graves em que ocorre o próprio assassinato dos filhos com o objetivo de causar um dano irreversível à mulher", alerta a profissional.

De acordo com o advogado Renê Freitas, especialista em direito de família, o Código Penal ainda não possui um artigo específico que tipifique a violência vicária, no entanto, esta já pode ser enquadrada dentro da forma de violência prevista na Lei Maria da Penha, especialmente como violência psicológica. "Já existem precedentes judiciais que reconhecem e tratam dessa dinâmica, mesmo sem uma legislação autônoma", afirma.

Judicialmente, a principal providência cabível diante da violência vicária é o pedido de medida protetiva de urgência, com fundamento na Lei Maria da Penha. Essa medida pode determinar o afastamento completo do agressor e a proibição de qualquer tipo de contato com a mulher e seus filhos. No âmbito extrajudicial, a vítima pode buscar apoio psicológico, acionar o Conselho Tutelar, participar de grupos de apoio e contar com o auxílio de profissionais do direito especializados em violência de gênero, o que pode, inclusive, prevenir novas agressões durante o trâmite processual.

Maurenilson



Por se tratar de uma violência sutil e silenciosa, a produção de provas pode ser desafiadora, mas não impossível. Elementos como mensagens de texto, áudios, e-mails, testemunhos de psicólogos, professores, relatórios escolares e, sobretudo, laudos psicológicos das vítimas, inclusive, dos filhos, têm se mostrado eficazes na comprovação dos fatos.

Cada vez mais, os juízes têm adotado o princípio do "in dubio pro mulher", valorizando indícios de violência emocional e psicológica, em consonância com a Recomendação nº 128 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Nesse contexto, estratégias jurídicas que articulam o direito de família com a Lei Maria da Penha têm se revelado fundamentais para garantir a proteção efetiva das vítimas.

Atualmente tramita projeto de lei (PL 3.880/24) que propõe incluir a violência vicária como uma das formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, ampliando o escopo da Lei Maria da Penha. Renê Freitas defende que uma legislação específica traria clareza jurídica, proteção objetiva e segurança processual para vítimas que, hoje, dependem da interpretação do juiz.

"Tipificar a violência vicária como uma forma autônoma de violência de gênero é essencial para que ela deixe de ser invisível e para que o Estado cumpra seu dever de proteger mulheres e crianças da continuidade da violência mesmo após o fim da relação", defende.

No caso do agressor, ele pode ser responsabilizado na esfera cível por danos morais, pagamento de indenizações, e até, pela perda da guarda dos filhos. Já no âmbito criminal, pode responder por violência psicológica (art. 147-B do Código Penal), descumprimento de medida protetiva, ameaça, injúria e, em determinadas situações, até por violência institucional. "Embora a violência vicária ainda não seja tipificada de forma específica na legislação brasileira, seus efeitos são amplamente reconhecidos e passíveis de punição com base nas normas já existentes", destaca o advogado.

A securitária Priscilla Ramos, de 42 anos, estava casada havia 17 anos quando, em 2022, o relacionamento entrou em crise, marcada por frequentes brigas. Segundo ela, o marido costumava dizer que não aceitaria uma separação enquanto ainda fosse responsável pelas despesas da casa. Como Priscilla não trabalhava na época, ele afirmava que ela teria que "se virar" para arcar com os custos. "Creio que, por um tempo, me senti muito intimidada para pedir a separação justamente por causa dessa questão financeira", relata.

Em 2024, o casal decidiu oficializar o fim da união, após o marido iniciar um novo relacionamento. À época, ele garantiu que jamais deixaria a ex-companheira e os filhos desamparados. No entanto, segundo Priscilla, a situação mudou completamente quando ela também começou a se relacionar com outra pessoa.

"Ele parou de pagar as contas da casa. Depois chegou a voltar e ficou mais dois meses conosco, retomando as despesas durante esse período. Mas, em janeiro deste ano, foi embora novamente e, dessa vez, cortou completamente o apoio financeiro", conta.

Ela afirma que isso aconteceu depois que deixou claro que não havia possibilidade de reconciliação. "Naquele momento, ele começou a cortar tudo. A impressão que tive é que ele quis me chantagear financeiramente. Parou de pagar a escola das crianças, deixou de contribuir com as despesas do lar e ainda passou a exercer pressão emocional sobre os nossos filhos", relata. "Dizia a eles que a mãe não gostava do pai, que a mãe odiava o pai. Foi uma forma clara de manipulação", completa.

Alienação parental x Violência vicária

A alienação parental é uma interferência na relação da criança com o outro genitor, podendo ser praticada por qualquer dos pais. Já a violência vicária tem caráter de gênero: é uma forma de agressão usada principalmente por homens para punir mulheres, usando os filhos como instrumento de violência emocional. Enquanto a alienação é disputa pela criança, a vicária é vingança contra a mãe. A Lei da Alienação Parental, embora tenha um propósito legítimo, tem sido usada para silenciar mulheres em contextos de violência, o que reforça a necessidade de uma legislação específica que reconheça e combata a violência vicária como violência de gênero.



Data Venia



Ana Maria Campos
camposanamaria5@gmail.com

O Gaeco Nacional


Ton Molina/STF

O procurador-geral da República, Paulo Gonet Branco, defendeu uma nova estratégia, mais moderna de combate ao crime organizado, ao participar da abertura do seminário *Combate ao Crime Organizado e à Lavagem de Dinheiro: Novos Mecanismos da Cooperação Internacional*, na sede da Procuradoria-Geral da República, em Brasília. Promovido em parceria com a Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU) e com o apoio do Programa El Paccto, da União Europeia, o evento marca o início dos trabalhos do Grupo Nacional de Apoio ao Enfrentamento do Crime Organizado do Ministério Público Federal (MPF), o Gaeco Nacional. "O combate à criminalidade, hoje, não pode usar os métodos que eram empregados para combater o crime de esquina das ruas brasileiras de alguns anos atrás", frisou Gonet. Ele destacou a urgência de fortalecer a atuação conjunta entre países para enfrentar as organizações criminosas transnacionais. Também presente à mesa de abertura, o vice-procurador-geral da República, Hindenburgo Chateaubriand, idealizador da medida, destacou a criação do Gaeco Nacional como uma das principais iniciativas do MPF para enfrentar o crime organizado com mais eficácia e alcance. "A atuação de procuradores da República limitada territorialmente tornou-se obsoleta diante da estrutura atual das organizações criminosas, que operam para além das fronteiras nacionais, utilizando redes sofisticadas, criptoativos, comunicação criptografada e corrupção institucional", afirmou.

Oportunidade

O presidente do STJ, ministro Herman Benjamin, assinou o edital de chamamento público para juízas e juízes federais e de direito interessados em atuar, de forma temporária e excepcional, no auxílio aos ministros da Segunda Seção, especializada em direito privado. O período de inscrições começa às 9h da próxima sexta-feira (27/06) e segue até as 23h59 do dia 6 de julho. A convocação dos magistrados terá validade de seis meses, prazo prorrogável por uma única vez.

Medida inoportuna

O Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE) divulga nota pública manifestando-se contra o Projeto de Lei Complementar (PLP) 177/2023, que propõe ampliar o número de cadeiras na Câmara dos Deputados de 513 para 531. Segundo o MCCE, a medida é casuística, inoportuna e imoral, pois amplia gastos públicos em um momento de crise econômica, desigualdade social e insatisfação com o Congresso Nacional.

Delegação ao CNJ

Três desembargadores do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) preferiram não decidir na discussão sobre a lista para promoção na Corte em que estava em discussão uma vaga feminina em sintonia com a política do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em favor da paridade de gênero nas cortes de segunda instância. Hector Valverde, Robson Teixeira de Freitas e José Firmo Reis Soub optaram por delegar ao próprio CNJ a palavra final sobre como seria a composição da lista para a disputa pela vaga do desembargador J. J. Costa Carvalho, que morreu em maio.

Divulgação/TRE-DF


Competência feminina

Caso a resolução do CNJ sobre a política de incentivo à paridade de gênero seja acatada pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) a lista provavelmente será formada pelas juízas mais antigas: Soníria Rocha Campos D'Assunção (**foto**), Ana Maria Ferreira da Silva e Maria Leonor Leiko Aguena. Como todas são respeitadas e sem máculas, o favoritismo seria para a juíza Soníria. Nascida em Brasília, hoje ela é membro titular do TRE-DF. Ingressou na magistratura em 1995 e foi a principal responsável pelo desenvolvimento do programa para execução fiscal que venceu o Prêmio Conciliar é Legal, concedido pelo Conselho Nacional da Justiça (CNJ), e o Prêmio da Associação Nacional das Associações de Fiscais de Tributos Estaduais (Febrafite). Atuou como juíza auxiliar na Corregedoria Nacional de Justiça, de 2014 a 2015, onde se destacou na coordenação do Programa Nacional de Governança Diferenciada das Execuções Fiscais.

Comunicação e IA


Arquivo pessoal

A agência Novo Selo Comunicação, sediada em Brasília, é a única instituição brasileira representada na edição deste ano da BledCom, um dos principais eventos internacionais do mundo das relações públicas e comunicação. O fundador da agência, Fábio Brandt, vai falar sobre o impacto da inteligência artificial na profissão. "Em algum momento no futuro, profissionais de PR terão que trabalhar para influenciar não só pessoas e instituições, mas também as máquinas, que passarão a tomar decisões. Desde já, temos que fortalecer as regras éticas e deontológicas para que essa evolução seja benéfica para a sociedade", ele diz. A BledCom ocorre na cidade de Bled, na Eslovênia, nesta sexta-feira e sábado.

Infinita tristeza

A ministra Daniela Teixeira, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), acompanhou com aflição o desenrolar da busca da brasileira Juliana Marins (**foto**) que caiu numa trilha no Vulcão Rinjani, na Indonésia. Ela postou mensagens de conforto no perfil do Instagram criado pela família com informações sobre o caso. "Meu abraço fraterno nesse momento de infinita tristeza. Que o bom Deus ilumine a família de vocês", escreveu a ministra.


Reprodução/Instagram/@ajulianamarins

"O governo brasileiro expressa grave preocupação com a escalada militar no Oriente Médio e condena com veemência, nesse contexto, ataques militares de Israel e, mais recentemente, dos Estados Unidos, contra instalações nucleares, em violação da soberania do Irã e do direito internacional"

Presidente Lula


Ricardo Stuckert/PR

PERFIL — Getúlio Vargas de Moraes Oliveira

Um juiz que marcou a história do TJDFT

Ana Maria Campos

Numa sessão marcada por homenagens que mostram o apreço e o respeito conquistados em quatro décadas de magistratura, o desembargador Getúlio Vargas de Moraes Oliveira, 74 anos, despediu-se da toga nesta semana, um ano antes da aposentadoria compulsória por idade. Em 2006, ele já havia decidido tomar outro caminho. Retirou-se do cargo, mas cinco anos depois, em 2011, retornou. É que o Tribunal de Contas da União (TCU) refez as contas de seu tempo de serviço e considerou que ele ainda tinha alguns anos para se dedicar à magistratura.

Pode-se dizer que o período da volta foi um dos mais marcantes de sua trajetória. O magistrado exerceu a presidência do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios no biênio 2014-2016. Inaugurou fóruns, instalou 16 novas varas, empossou 48 novos juízes e 729 servidores, implantou o processo judicial eletrônico e o Projus (Programa de Modernização e Aperfeiçoamento da Justiça do DF) que permitiu que as custas geradas no tribunal pertencessem ao próprio TJDFT. Foi o que permitiu a construção de várias unidades do Judiciário local em diferentes regiões administrativas.

Discreto e rígido, ele impediu que filhos e parentes exercessem cargos comissionados durante a sua gestão na presidência. Considerou que um magistrado precisa demonstrar integridade em todas as ações.

Nascido em uma pequena cidade do interior de Minas Gerais, Monte Carmelo, a 500 km de Belo Horizonte, o desembargador descobriu ainda adolescente o pendor para a magistratura. Tinha entre 16 e 17 anos quando "proferiu" a primeira sentença. Ele leu o processo, preparou o veredito e submeteu a obra ao juiz da comarca em que trabalhava auxiliando a vara em audiências, como exímio datilógrafo, e teve a decisão aprovada com apenas alguns ajustes. O magistrado elogiou: "Vou assinar como se fosse minha".

A vocação é uma questão de família. Getúlio tem um irmão, Eduardo Alberto Moraes Oliveira, que é desembargador aposentado, cujo filho, James Moraes Oliveira, seguiu o caminho do pai e do tio. Também é desembargador do TJDFT. Uma das filhas de Getúlio, Raquel Mundim Moraes Oliveira, é juíza, e casada com um juiz, Rodrigo Otávio Donatti Barbosa, filho do ex-presidente do TJDFT Otávio Augusto Barbosa, e da procuradora de Justiça aposentada Maria Aparecida Donatti Barbosa.

Divulgação/TJDFT



"Eu que já tinha muita admiração pela magistratura passei a encará-la como como quem vê qualquer causa perante um altar"

Brasília foi o destino da família mineira. Getúlio estudou em Uberaba, no triângulo mineiro, e advogou em Monte Carmelo, mas fez um compromisso consigo mesmo de que exerceria a magistratura no Distrito Federal. Brasília foi a cidade escolhida para viver, trabalhar e criar os filhos.

Ao receber o título de cidadão honorário de Brasília, na Câmara Legislativa, em 2016, ele contou uma passagem de sua vida: "Em 1960, ainda criança, amparado pelas mãos dos meus pais, Jesus Rosa de Oliveira e Selva de Moraes Alves Oliveira, na plataforma superior da rodoviária de Brasília, enquanto aguardávamos o ônibus, lancei sobre esta magnífica cidade o primeiro olhar. Aquela imagem me fascinou porque os prédios, alguns ainda em obras, confundiam-se com o horizonte e pareciam um recorte no céu. Aquela imagem tornou-se-me uma memória permanente que teve repercussão em toda a minha vida".

O magistrado chegou na capital para morar em 1980, aos 28 anos, depois de ser aprovado em concurso público para juiz no ano anterior. Meses depois de assumir, ele se titularizou como juiz e apenas 12 anos depois foi promovido a desembargador.

Sua passagem pela Corregedoria foi marcante. Entre 2002 e 2004, o desembargador promoveu uma reestruturação e correição nos cartórios extrajudiciais e cassou a autorização de um dos tabeliães mais antigos da capital, Maurício de Lemos, por irregularidades. A medida administrativa foi aprovada pelo Tribunal de Justiça.

Getúlio conhece o assunto. Ele é filho, neto e bisneto de tabeliães. Cresceu vendo o pai trabalhar. Hoje sua filha Cristina Mundim Moraes Oliveira seguiu a tradição da família. É tabeliã em Camaçari, na Bahia.

Na sua trajetória como juiz, segundo ele conta, um dos processos o marcou fortemente. Foi o episódio em que teve de decidir se uma criança, de um ano, deveria ou não se submeter a uma cirurgia no coração em que o risco de morte superava 95%.

A menina nasceu com um problema no coração que a deixava com falta de ar. Uma cirurgia poderia salvá-la e era o que a mãe optara por fazer. Mas o pai não queria colocar a criança em risco tão alto. O caso foi parar na Justiça e coube a Getúlio tomar a decisão tão difícil.

Ele lembra que foi para casa redigir a sentença que depois leu para os pais da menina. Houve choro e comemorações. A decisão foi a favor da cirurgia. A menina enfrentou o procedimento e sobreviveu. "Esse processo marcou profundamente. Daí em diante, eu que já tinha muita admiração pela magistratura passei a encará-la como como quem vê qualquer causa perante um altar".

Muitas outras decisões de Getúlio marcaram a jurisprudência. Em fevereiro, ao julgar recurso envolvendo uma idosa que caiu dentro de um restaurante, ele fixou uma indenização de R$ 20 mil a ser paga pelo estabelecimento que falhou ao não sinalizar e isolar a área, configurando negligência e falha na prestação de serviços. Em 2021, determinou que o DF pagasse R$ 30 mil a uma mulher que teve o útero perfurado ao inserir um DIU. Ressaltou que houve falha no protocolo médico.



Visão do Direito



Ivaldo Lemos Júnior
Procurador de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

O martelo

Vamos pensar em "lei" — seja ela qual for, pode ser algo muito conhecido como o Código Civil ou o Penal, ou então a Lei Federal 10.000/2000, que instituiu, muito justamente, 23 de abril como o Dia Nacional do Choro —, como uma partitura. Essa é de máxima importância para que o musicista execute a obra, transformando notas escritas em notas musicais. O que não passava de um conjunto tátil e visual de pauta, claves e símbolos acessíveis aos que estudaram o assunto, converte-se em música e esta, por sua vez, em beleza e referências emocionais. *A Oferenda Musical de Bach* é uma combinação dos dois elementos: papel escrito por um sujeito criativo e sua transfiguração por instrumentistas em sons. A primeira sem a segunda é inútil e a segunda sem a primeira é impossível. Sir Karl Popper tentou explicar esse fenômeno com a "Teoria dos três mundos".

Qualquer um que souber decifrar o conteúdo da partitura e executá-la com precisão produzirá a arte ali contida em potência. Mas não da maneira exata que outros, ou que ele mesmo nos mais variados contextos da vida. Há detalhes sutilíssimos que escapam à explicação e que fazem alguma ou muita diferença, não somos robôs.

Na música popular, há um sem-número de pessoas que aparecem naquele famoso canal de vídeo da internet, a tocar o solo de guitarra de *Beat it*. Todos ensaiaram bastante, sem dúvida, mas é nítido que para uns a peça saiu com mais naturalidade do que para outros. Observem Lee Q Wu e a impressão é a de que ele atingiu aquela perícia toda de olhos fechados. Já Sophie Lloyd constrói algo com mais espontaneidade e senso de improvisação. Outros mais foram corretos, com ou sem verve.

Agora vamos à lei. Essa é a mesma "erga omnes", as palavras não mudam. O que muda é o talento de quem a lê e nessa atividade incidem tantos fatores, como a percepção linguística, histórica, comparada, jurisprudente, econômica, religiosa.

A missão hermenêutica revela muito sobre o caráter do indivíduo, a começar por um certo movimento de generosidade ou de mau grado. As leis não são perfeitas e sim produtos humanos recheados de falhas, e os juristas desfrutam da opção propedêutica de tentar tirar o máximo proveito delas ou de tocar nelas com nojo. É fácil desprezar a lei. Mas o que justifica sua própria "raison d'être" repousa no consenso de que ela deve ser acatada mesmo que seja defeituosa. Se esse consenso é frágil, a ideologia jurídica se desloca para as atribulações dos ditames "de lege lata" e a ordem positiva não passa de um pastiche que de ordem mesmo só tem um vago perfume.

O panorama é o de tribunais burgueses que funcionam no expediente forense mesmo se fracassarem na compenetração da "mens rea" dos que estão apodrecendo na cadeia e que acham que leis burguesas deveriam ser descartadas no vaso sanitário.

Lei é uma partitura composta pelo legislador (o próprio povo, ainda que indiretamente) e concretizada por seus destinatários, que são seus intérpretes. Todos têm o direito de fazer isso como bem quiser. Mas só quem o faz de modo cogente é o Judiciário (que não é povo no mesmo sentido). Se a compreensão particular divergir da do juiz, é a desse que prevalece e nisso podem surgir surpresas desconcertantes, como o simplismo intuitivo da gramática, ou seja, de uma partitura que, em si, é muda. É a Justiça o destinatário derradeiro dos trabalhos mais típicos do Legislador, só ele tem autoridade para afirmar o que a lei quis dizer. É no martelo que se transubstancia lei federal em norma jurídica.

Com isso, chego ao objetivo deste artigo. Eis a tese: no início de cada legislatura, após acúmulo de grande número de arestos, as Cortes deveriam comunicar à nova composição do Congresso — sempre respeitada a autonomia desse — as principais dificuldades enfrentadas por imperfeições de redação legal, para fins de aprimoramento e para se evitar polêmicas processuais desnecessárias. Hoje, isso é feito com o atalho das súmulas, o que nem sempre é efetivo quando o estorvo está na lei e essa é que precisaria ser melhorada.

Visão do Direito



Leonardo de Campos Melo
Advogado especialista em contencioso judicial e administrativo estratégico e em arbitragem e sócio-fundador do escritório LDCM Advogados

O projeto de reforma do Código Civil brasileiro: devagar com o andor…

O Projeto de Lei 4/2025, em tramitação no Senado desde 31 de janeiro de 2025, propõe uma ampla reforma do Código Civil de 2002. De autoria do Senador Rodrigo Pacheco, com base em anteprojeto elaborado por Comissão de Juristas presidida pelo ministro Luis Felipe Salomão (STJ), o PL modifica ou revoga 897 dos 2.063 artigos atuais e inclui cerca de 300 novos dispositivos, o que, para muitos, equivale à criação de um novo Código.

O PL aparenta contar com amplo apoio político e institucional e a tendência é que avance no processo legislativo. Tenho dito, e reforço, que um projeto de lei é uma obra humana, imperfeita por natureza. É mesmo esperado, portanto, que o PL 4/2025, com tantas e relevantíssimas alterações, necessite de ajustes e aperfeiçoamento. Por essa razão, das críticas ao PL de que tomei conhecimento até agora (são muitas — não as discutirei neste breve artigo), a mais grave, e realmente preocupante nessa fase embrionária de seu trâmite legislativo, é à celeridade acentuada que alguns procuram a ela imprimir.

Desde a sua origem romana, o direito civil acompanha a evolução das relações sociais. Atualmente, essa necessidade é ainda mais evidente. O desafio, porém, não está apenas em modernizar a lei, mas em garantir que isso seja resultado de muita reflexão, amplo debate e escuta de interlocutores qualificados. A história da codificação civil brasileira é prova desse impositivo cuidado.

Após a Independência, em 1822, iniciou-se um longo esforço para a criação de uma legislação civil brasileira. Esse processo culminou no projeto de Clóvis Beviláqua, de 1899, entregue ao governo de Campos Sales. Uma comissão presidida pelo ministro da Justiça, Epitácio Pessoa, aperfeiçoou o texto antes de enviá-lo ao Congresso.

Na Câmara, foi criada uma comissão com 21 membros que, entre 1900 e 1901, consultou o STF, tribunais estaduais, faculdades, governadores, o Instituto dos Advogados e juristas renomados. No Senado, Ruy Barbosa liderou a comissão revisora, que promoveu alterações significativas. Após debates nas duas casas, o projeto foi sancionado em 1916. Tentativas de reforma ocorreram nas décadas de 1940 e 1960, também com ampla discussão pela sociedade, mas não avançaram por razões históricas específicas.

O atual Código Civil, aprovado em 2002, teve origem em anteprojeto de 1972. Tornado público, sofreu severas críticas, tendo sido republicado em 1974 com várias centenas de alterações. Enviado ao Congresso em 1975, o respectivo processo legislativo durou 27 anos (tempo demais, por razões históricas que não cabem ser aqui discutidas), com amplo debate nas duas casas do Congresso Nacional, audiências públicas e participação de juristas.

Ou seja: na história brasileira, nunca houve um projeto de Código Civil — aprovado ou não — a que não se tenham dedicado análise crítica, reflexão e escuta. E isso, evidentemente, não se faz com açodamento.

Concluo trazendo uma exortação ao Congresso Nacional: porque vivemos período de intensa polarização política, senadores e deputados têm perante si a responsabilidade histórica de promover uma ampla e qualificada discussão sobre a reforma do Código Civil, mediante a constituição de comissões nas duas Casas, que deverão convocar para amplo debate diversos setores da sociedade, como a academia, a advocacia, o Judiciário, agentes econômicos e entidades de classe.

O PL 04/2025 não tem por objeto um tema qualquer. Está-se diante de um dos pilares jurídicos da República, que irradia os seus efeitos para todos os cidadãos, desde antes do nascimento, no curso de toda a vida e mesmo após o seu fim. Seu norte, portanto, deve ser a segurança jurídica. Sem receio de inovar, mas respeitando-se os alicerces fundamentais do já consolidado direito civil brasileiro.

Visão do Direito


Ricardo Rodolfo Rios Bezerra
Sócio-fundador do Vieira Rios Advogados, pós-graduado em direito penal, processo penal e anticorrupção e compliance. Mestrando como aluno especial na UnB


Iasmin Barros
Advogada associada no Vieira Rios Advogados. Atua nas áreas de direito penal e de família

Legítima defesa, bullying e a Lei Henry Borel: análise do caso da agressão em festa junina

Em 15 de junho, em uma festa junina escolar no Distrito Federal, um pai subiu ao palco e empurrou uma criança de quatro anos que dançava durante uma apresentação. A justificativa apresentada foi de que a criança teria cometido bullying contra seu filho. Em seguida, outro adulto reagiu agredindo fisicamente o primeiro, alegando indignação com a violência contra o menor. O episódio levantou intensos debates públicos, mas exige uma análise técnico-jurídica sobre três pontos: a inexistência de legítima defesa, a impropriedade da retaliação posterior e a inaplicabilidade da Lei Henry Borel ao caso.

1. A ausência dos pressupostos da legítima defesa

A legítima defesa é uma excludente de ilicitude prevista no art. 25 do Código Penal, que exige a presença simultânea de: (i) agressão injusta; (ii) atual ou iminente; e (iii) uso moderado dos meios necessários para repeli-la. Trata-se de uma reação autorizada pelo ordenamento jurídico a um ataque em curso ou prestes a ocorrer. No caso analisado, a alegação de que a criança praticava bullying não é suficiente, por si só, para caracterizar uma agressão atual ou iminente. O vídeo do evento, amplamente divulgado, revela apenas uma apresentação de dança típica, sem qualquer sinal de hostilidade. Ausente o requisito da atualidade ou iminência, não há legítima defesa possível.

Fernando Capez, ao tratar da matéria, observa que: "Na legítima defesa o commodus discessus opera de forma diversa do estado de necessidade, no qual não é admitido. No caso da legítima defesa, contudo, em que o agente sofre ou presencia uma agressão injustificável, a solução é diversa. Como se trata de repulsa a agressão, não deve sofrer os mesmos limites. A lei não obriga ninguém a ser covarde, de modo que, sujeito pode optar entre o comodismo da fuga ou permanecer e defender- se de acordo com as exigências legais." (CAPEZ, Fernando. Curso de Direito Penal: Parte Geral. 8ª ed., São Paulo: Saraiva, 2005, p. 271).

Contudo, para que a defesa de terceiro seja legítima, é necessário que o agressor atue em reação a uma agressão real, injusta e presente. Nesse sentido, a jurisprudência do TJDFT tem sido firme ao afastar a excludente quando os elementos objetivos da agressão estão ausentes, como no seguinte precedente: "A legítima defesa de terceiro é uma causa excludente de ilicitude que exige que o agente tenha atuado para repelir agressão injusta, atual ou iminente, contra direito alheio, de forma moderada e proporcional. No caso concreto, as provas indicam que o réu excedeu os limites da necessidade de defesa, praticando agressão desproporcional em relação ao suposto ataque, afastando a aplicação da legítima defesa de terceiros." (TJDFT, Apelação Criminal 0708122-68.2023.8.07.0006, Rel. Des.ª Leila Arlanch, DJe 18/12/2024).

A mera menção a episódios anteriores de bullying pode ensejar medidas pedagógicas, psicológicas ou mesmo jurídicas, como comunicação ao Conselho Tutelar ou à escola. No entanto, não legítima, sob nenhum aspecto, o uso da força física contra uma criança. A conduta não foi uma reação proporcional nem moderada: tratou-se de um ato doloso e desproporcional.

2. O segundo agressor e a ilicitude do desforço físico

Logo após a agressão cometida por Douglas, outro pai subiu ao palco e o empurrou. Muitos defenderam essa atitude como "justa indignação" ou "reação moral". Do ponto de vista jurídico, no entanto, a agressão posterior não configura legítima defesa. Isso porque a reação não visa repelir uma agressão atual ou iminente, mas punir um ato já consumado. O direiro penal brasileiro não admite vingança privada. O chamado "desforço físico", quando desconectado de perigo atual, é punível.

Ainda que haja relevante valor moral (art. 65, III, "c", CP), a excludente de ilicitude não se aplica. A análise deve ser objetiva: não havia agressão em curso quando a segunda violência ocorreu.

3. A conduta de Douglas: lesão corporal qualificada contra criança

A agressão praticada por Douglas configura o crime de lesão corporal dolosa (art. 129, caput, CP), com agravante genérica prevista no art. 61, II, "h", pela condição da vítima (menor de 14 anos). Ainda que o empurrão não tenha causado ferimentos aparentes, o simples uso da força contra pessoa vulnerável é suficiente para caracterizar a infração penal.

4. Inaplicabilidade da Lei Henry Borel (Lei 14.344/2022)

A Lei Henry Borel foi criada para proteger crianças vítimas de violência no contexto doméstico ou familiar. Conforme o art. 2º, I, da norma: "Considera-se violência doméstica e familiar aquela praticada no âmbito do domicílio ou da residência da criança e do adolescente, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar."

No caso concreto, não há relação familiar ou de convivência entre o agressor e a vítima. Tampouco existe vínculo institucional entre Douglas e a escola. Trata-se, portanto, de lesão corporal comum, agravada pela idade da vítima, e não de violência doméstica.

A jurisprudência do TJDFT confirma esse entendimento: "Tratando-se de crime de lesão corporal contra criança, praticada em tese por professora na escola, ou seja, fora do contexto de violência doméstica familiar, resta afastada a competência da nova Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Criança e o Adolescente, cabendo a competência para processar o feito ao Juizado Especial Criminal, por se tratar de infração penal de menor potencial ofensivo." (TJDFT, Conflito de Jurisdição 0750097-54.2024.8.07.0000, Rel. Des. Esdras Neves, DJe 17/02/2025).

Dessa forma, ainda que a vítima seja criança, a ausência de vínculo de convivência com o agressor impede a aplicação da Lei Henry Borel. Trata-se de crime comum, cuja análise deve ocorrer sob a ótica do Código Penal, com as agravantes cabíveis.

Considerações finais

O episódio revela o risco de se flexibilizar, por clamor social ou emoção, os rigorosos critérios da legítima defesa e da aplicação das leis penais protetivas. Permitir a violência física como resposta subjetiva a episódios de bullying — muitas vezes mal compreendidos — equivale a institucionalizar a barbárie e enfraquecer o papel do Estado na tutela de direitos fundamentais.

A função do direito penal é pedagógica, mas também protetiva. E a proteção das crianças não se faz com retaliação, mas com a imposição da ordem legal. Legítima defesa é exceção, não regra. Vingança não é Justiça.


Fabiano Carvalho
Especialista em transformação digital e CEO da Ikhon

Consultório Jurídico

Empresas que utilizam inteligência artificial para tomar decisões automatizadas podem ser responsabilizadas legalmente? Qual é o limite entre inovação tecnológica e segurança jurídica?

Empresas que utilizam inteligência artificial para decisões automatizadas podem ser responsabilizadas legalmente, sobretudo quando essas decisões resultam em danos, discriminação ou violação de direitos. A legislação brasileira, especialmente a LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados), já prevê a responsabilidade das organizações quando o uso de tecnologias impacta direitos fundamentais dos titulares de dados, como o direito à revisão de decisões automatizadas.

Isso significa que, mesmo quando a decisão é tomada por uma IA, a responsabilidade final continua sendo da empresa que implantou a tecnologia. Além disso, com a crescente discussão sobre regulação da IA no Brasil e em outros países, a tendência é de que essa responsabilidade fique ainda mais clara e rigorosa.

Sempre é importante frisar que a inovação tecnológica não elimina a obrigação legal das empresas — ao contrário, exige que elas façam investimento em segurança digital.

O avanço de tecnologias ampliou a eficiência corporativa, mas também exige que as organizações façam um uso ético e responsável dessas ferramentas. A utilização de IA exige responsabilidade clara sobre a origem dos dados e a transparência nos processos decisórios.

O limite entre inovação e segurança jurídica está na capacidade de a empresa garantir que a IA opere de forma ética e conforme as determinações legais, tendo como base a proteção da privacidade dos usuários.



Visão do Direito



Eduardo Vieira
Advogado empresarial sócio do Vieira e Serra Advogados



Ícaro Rollemberg
Especialista em seguros de vida e planejamento sucessório

Seguro de vida empresarial — instrumento que pode salvar empresas familiares

O planejamento sucessório tem sido cada vez mais reconhecido como um elemento essencial para garantir a continuidade das empresas, especialmente diante de situações inesperadas, como o falecimento de um sócio ou de uma pessoa-chave na gestão.

No caso das empresas familiares, que representam mais de 90% das sociedades em atividade no Brasil, segundo dados do IBGE de 2024, o tema ganha ainda mais relevância. A mesma pesquisa revela que apenas cerca de 30% dessas empresas sobrevivem à segunda geração, e menos de 10% alcançam a terceira. Diante desses dados, impõe-se a reflexão: como proteger o patrimônio familiar frente a tantos desafios?

Sem um planejamento sucessório bem estruturado, é comum que, diante da perda de um familiar, a empresa enfrente disputas entre herdeiros, perda de liquidez, impactos tributários e, em casos mais graves, até a falência. A falta de preparo pode levar à dilapidação do patrimônio e à perda de capacidade técnica, comprometendo a continuidade do negócio.

Visto como uma ferramenta estratégica para garantir estabilidade e perenidade às empresas familiares, o planejamento sucessório oferece diversos benefícios. Entre eles, destacam-se: a prevenção de conflitos entre herdeiros, a preservação do controle societário, a redução de custos com inventário e tributação, e, sobretudo, a organização prévia da sucessão de forma racional, eficiente e menos emocional.

Ao antecipar cenários e estabelecer regras claras, esse planejamento evita decisões impulsivas em momentos de luto, protegendo o patrimônio e a governança da empresa.

Os instrumentos utilizados variam conforme a estrutura da empresa e os objetivos da família empresária. Os mais comuns incluem a constituição de holdings, acordos de sócios, protocolos familiares, doações com reserva de usufruto e cláusulas restritivas (inalienabilidade, incomunicabilidade), testamentos e seguros de vida. Esses últimos, aliás, têm ganhado especial destaque por sua capacidade de equilibrar interesses entre herdeiros e assegurar liquidez imediata para a cobertura de obrigações financeiras.

Cada caso deve ser analisado de forma personalizada e cuidadosa. O ideal é que o processo seja conduzido de forma técnica, sensível e multidisciplinar, com atuação desde o diagnóstico da estrutura societária e patrimonial, passando pelo entendimento da dinâmica e dos valores da família, até a implementação dos instrumentos jurídicos mais adequados. O objetivo é sempre o mesmo: garantir segurança e previsibilidade às estratégias traçadas.

Dentro desse contexto, o seguro de vida empresarial assume papel estratégico na governança. Ele garante liquidez imediata, antes mesmo do trâmite do inventário, permitindo à empresa, por exemplo, adquirir as cotas do sócio falecido ou arcar com os custos sucessórios.

Geralmente, o pagamento do prêmio é assumido pela própria sociedade e, a depender do regime tributário adotado, pode ser dedutível da base de cálculo do imposto, o que representa um ganho fiscal adicional.

Nos últimos anos, a procura por esse tipo de seguro tem crescido de forma significativa, refletindo seu reconhecimento como instrumento eficaz de proteção patrimonial. Em muitos casos, o seguro foi determinante para evitar conflitos sucessórios que poderiam comprometer a continuidade do negócio.

Entre as modalidades, destaca-se o seguro de vida vitalício, cuja proteção permanente tem se tornado tendência de mercado, por oferecer uma solução definitiva em termos de segurança sucessória.

Esse modelo, amplamente utilizado nos Estados Unidos, consiste na contratação de um seguro para cada sócio, com a empresa como beneficiária. Em caso de falecimento, o capital segurado é recebido pela sociedade, viabilizando a compra da participação do sócio falecido e a reorganização da estrutura societária.

Além disso, em empresas onde a figura de um sócio é insubstituível, o seguro é fundamental para preservar o patrimônio coletivo. Ele garante recursos financeiros para buscar um substituto de nível equivalente ou para indenizar os herdeiros pela retirada do sócio falecido, evitando que o impacto seja absorvido pelos demais sócios.

Quando estruturado com base em um bom planejamento, por uma seguradora sólida, com underwriting qualificado e análise prévia de riscos, o seguro de vida empresarial oferece uma solução imediata e eficiente. Em muitos casos, o valor é liberado em até 72 horas após o evento e a entrega da documentação, proporcionando um fôlego vital à empresa num momento de alta vulnerabilidade.

Em suma, um planejamento sucessório bem conduzido, com testamentos, acordos societários, estruturas de governança e seguros, é capaz de proteger herdeiros e sócios remanescentes, assegurando a continuidade do negócio, evitando litígios e garantindo estabilidade patrimonial e emocional. O seguro de vida empresarial, nesse contexto, é mais do que um apoio: é um pilar de sustentação nos momentos em que ele é mais necessário.

Visão do Direito



Bruna Zanini
Sócia do escritório Zanini Riether Advogados. Ex vice-presidente da Comissão de Propriedade Intelectual da OAB-DF e professora de direito contratual e LLM empresarial e contratos pela Ibmec

Fake news e o marketing digital

Podemos dizer que, entre tantas outras iniciativas de promoção de marcas e pessoas, o marketing digital representa importante papel nos planos de comunicação construídos.

Se a atenção dos consumidores e usuários está nas telas em geral, é mandatório que marcas e empresas se valham do ambiente digital para promover pessoas, produtos e serviços. No digital, fatos, assuntos e notícias podem viralizar e tomar proporções nacionais e, até mesmo, globais em poucas horas [para não dizer minutos]. Isso pode ser muito positivo ou ser manipulado de maneira totalmente avassaladora, utilizando-se de mentiras, meias-verdades e informações questionáveis.

Explico, uma informação fora de contexto, ainda que sem dolo por parte do interlocutor, pode ser interpretada de inúmeras maneiras, inclusive, de forma prejudicial. Se disseminada on-line, pode gerar prejuízos e danos irreparáveis às vítimas. A internet é “uma faca de dois gumes” onde pode-se tanto obter resultados arrojados em vendas e relevância quanto ser assolado por fake news disseminadas.

Empresas e influenciadores digitais, devido às suas posições de relevância e notoriedade, são constantemente vítimas de casos de fake news, o que gera graves problemas reputacionais, impactando diretamente seus negócios.

A fim de ilustrar tal questão, compartilho o caso que imagino ser de conhecimento de grande parte dos leitores: o caso da doceria Perdomo Doces que, em dezembro de 2023, foi acusada de supostamente ter doces envenenados. A despeito de tratar-se de uma investigação devido a duas pessoas terem falecido por supostamente terem comido doces envenenados, o simples anúncio de uma investigação conduziu milhares de internautas a “cancelarem” e repudiarem a marca, sem qualquer espaço para contraditório ou direito de defesa perante o apedrejamento da opinião pública.

Fato é que em poucos dias ficou evidenciado que a doceria não possuía qualquer envolvimento nos envenenamentos. Isso foi um alívio para a marca, mas o que o público em geral não sabe são os reflexos de uma situação de cancelamento prematuro para a operação de uma marca.

Recentemente estive em visita à fábrica, onde tive a oportunidade de conversar sobre os impactos desse incidente. A CEO relatou que uma das lojas foi temporariamente interditada e mercadorias apreendidas e experimento relevante prejuízo financeiro, uma grande crise de imagem que exigiu muita energia e sabedoria para contornar.

Hoje a empresa cresce a passos largos, mas fica a reflexão dos impactos dos julgamentos prematuros, sobretudo aqueles realizados de maneira on-line. Digo julgamentos prematuros porque nem todos são intencionalmente criados para prejudicar, inobstante saibamos que as fake news criadas por pessoas interessadas em prejudicar outras podem ser devastadoras a imagens e reputação de igual modo.

Com a capilaridade e pulverização de informações proporcionada pela internet, uma fake news pode ser circularizada e gerar enormes prejuízos em pouco tempo. Há que se ter pensamento crítico ao se interpretar uma informação disponibilizada nas redes e mais ainda ao compartilhá-la.

Existem inúmeras iniciativas legais e governamentais para penalizar, fiscalizar e verificar a conformidade da informação e sua proliferação, contudo a efetividade da medida resta, ao meu sentir, sufocada, com a quantidade de informações que circulam diariamente nas redes.

Visão do Direito



Zilmar Antonio Drumond

Mestre em direito pelo UniCEUB e procurador regional eleitoral do Distrito Federal

Empate e legalidade: julgamento de habeas corpus no colegiado da Justiça Eleitoral

A Justiça Eleitoral, tradicionalmente voltada à fiscalização do processo democrático e à lisura das eleições, passou nos últimos anos por um importante alargamento de competência. Por força da decisão do Supremo Tribunal Federal no julgamento do Inquérito nº 4435, reconheceu-se que os crimes comuns conexos aos crimes eleitorais devem ser julgados pela própria Justiça Eleitoral. A consequência prática foi imediata: Os processos da Operação Lava-Jato foram remetidos à Justiça Eleitoral e, com eles, renomados advogados criminalistas passaram a atuar com frequência neste ramo especializado, trazendo consigo sua expertise em processo penal — e, em contrapartida, a necessidade de compreender os institutos e peculiaridades do processo penal eleitoral.

Esse movimento trouxe desafios interpretativos. Um dos mais sensíveis diz respeito à solução jurídica diante do empate em julgamentos de habeas corpus nos Tribunais Regionais Eleitorais (TREs). Advogados têm sustentado, equivocadamente, que, diante da alteração promovida pela Lei nº 14.836/2024, a aplicação do art. 615, §1º do Código de Processo Penal (CPP), que prevê decisão favorável ao réu em caso de empate em recurso em sentido estrito. Contudo, essa norma não se aplica ao habeas corpus.

O art. 615, §1º está no Título II – Do Processo em Grau de Recurso, Capítulo I – Do Recurso em Sentido Estrito, com aplicação restrita aos recursos criminais típicos. Já o habeas corpus está regulado no Título III – Dos Processos Especiais, Capítulo X – Do Habeas Corpus e do Mandado de Segurança. Lá está o art. 644, parágrafo único, que dispõe expressamente: "Se o julgamento não se completar, por falta de maioria, o presidente da Câmara ou turma terá voto de desempate."

Ignorar o art. 644 para aplicar o 615 é descuidar de norma específica em favor de regra geral, contrariando princípios elementares de hermenêutica. O habeas corpus é ação autônoma com rito próprio. Quando a lei prevê de forma clara o voto de qualidade do presidente, não há espaço para se invocar outra regra por conveniência. O princípio da legalidade, especialmente no processo penal, exige observância estrita das normas aplicáveis ao caso concreto.

Na Justiça Eleitoral, há reforço normativo. O Código Eleitoral (art. 28, §1º) e os regimentos internos dos TREs confirmam que, em caso de empate, o presidente da Corte profere voto de desempate. Essa solução é compatível com a lógica institucional de tribunais com composição votante paritária, em que o voto do presidente assegura a conclusão do julgamento.

A defesa da liberdade deve respeitar a legislação vigente. Não se promove garantismo jurídico com inovações interpretativas ou atalhos convenientes. O habeas corpus é, sim, um instrumento essencial de tutela da liberdade, mas ele também está sujeito ao devido processo legal — e nele se inclui, na Justiça Eleitoral, o voto de qualidade do presidente em caso de empate, como previsto expressamente na legislação processual penal e eleitoral.

Visão do Direito



Hugo Funaro

Sócio do Dias de Souza Advogados Associados, é mestre em direito econômico e financeiro pela USP

Ameaça ao desenvolvimento regional

A Emenda Constitucional 132/2023 reformulou a tributação sobre o consumo no Brasil, criando o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), em substituição ao ICMS, ISS, PIS e Cofins.

Para suavizar a transição ao novo modelo, a União comprometeu-se a compensar financeiramente as empresas pelas perdas decorrentes da redução de certos benefícios onerosos de ICMS, como aqueles voltados à atividade industrial. O objetivo é preservar a segurança jurídica e fomentar o desenvolvimento regional, evitando que a perda abrupta de incentivos estaduais prejudique empreendimentos que deles dependem para manter suas operações.

Três grupos de beneficiários da compensação foram definidos: (1) titulares de benefícios convalidados pela LC 160/2017 e concedidos até 31/5/2023; (2) empresas que migraram para outros programas entre 31/5/2023 e 20/12/2023; e (3) projetos automotivos incentivados pela União, nos termos no art. 11-C da Lei 9.440/1997 e nos arts. 1º a 4º da Lei 9.826/1999, com a finalidade de estimular o desenvolvimento das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Como não foi fixado prazo final para a concessão de benefícios de ICMS às empresas do setor automotivo detentoras dos incentivos federais mencionados, elas têm direito de ser compensadas financeiramente, inclusive, por novos benefícios estaduais obtidos até o final do período de transição para o IBS (31/12/2032).

Tal tratamento diferenciado se justifica para atender aos objetivos constitucionais de redução das desigualdades regionais e sociais: de um lado, trata-se de empreendimentos com alto potencial de geração de novas receitas, tributos e empregos, notadamente em razão da intersecção de fluxos econômicos associados à cadeia de suprimentos; de outro, os incentivos são essenciais para contrabalancear os maiores custos de produção e logísticos suportados por empresas localizadas em regiões distantes dos grandes centros consumidores.

No entanto, a Lei Complementar 214/2025, ao regulamentar o mecanismo de compensação financeira, ignorou essa peculiaridade e só autorizou a Receita Federal do Brasil a habilitar benefícios de ICMS concedidos até 31/5/2023 ou migrados até 20/12/2023, excluindo da compensação as empresas do setor automobilístico detentoras de incentivos federais regionais que tenham obtido — ou venham a obter — benefícios de ICMS após as referidas datas. Com isso, os pedidos de compensação tendem a ser indeferidos por ausência de amparo legal, comprometendo a competitividade e a viabilidade de empreendimentos fundamentais para o desenvolvimento de diversas regiões do país.

A limitação imposta pela LC 214/2025 é inconstitucional. O papel da lei complementar é disciplinar como a compensação será feita —apuração de valores e procedimentos formais para habilitação do requerente — e não definir quem tem direito a ela, pois isso já está estabelecido na Constituição.

Além disso, a ausência de recomposição integral das perdas sofridas por empresas do setor automotivo que gozam de incentivos federais, em decorrência da transição do ICMS para o IBS, prejudica a efetividade de políticas de desenvolvimento regional(CF, arts. 3º e 151, I) e viola o princípio da isonomia (CF, arts. 5º e 150, II), ao tratar de forma desigual empresas que se encontram em situação jurídica e econômica equivalente.

Ainda, a restrição da compensação de benefícios estaduais para empresas habilitadas a receber crédito presumido de CBS destinado à produção de veículos menos poluentes (elétricos, híbridos, a biocombustível ou flex), em regiões menos desenvolvidas, contraria o princípio tributário da proteção ambiental (CF, arts. 145, §3º e 225, VIII). Parte do incentivo federal da CBS fatalmente seria consumida para mitigar o aumento da carga tributária decorrente da perda do benefício estadual, enfraquecendo o estímulo à produção de veículos sustentáveis. Em outras palavras, a União tiraria com uma mão o que concedeu com a outra.

Diante disso, é recomendável que o Congresso Nacional revise o texto da LC 214/2025 para incluir, entre os legitimados, à compensação financeira, os titulares de incentivos federais previstos no art. 11-C da Lei nº 9.440/1997 e nos arts. 1º a 4º da Lei nº 9.826/1999, independentemente da data de concessão do benefício estadual — desde que respeitado o termo final de fruição (31/12/2032). Essa medida evitaria judicialização e atenderia aos princípios que nortearam a reforma (segurança jurídica, neutralidade, simplicidade, proteção ambiental), preservando investimentos essenciais para o desenvolvimento nacional equilibrado.



Visão do Direito



Bruno Junqueira
Da Arnone Advogados Associados, especialista em direito tributário e governança corporativa

Ampliação do conceito de produto intermediário e os novos caminhos para recuperação de créditos de ICMS

O sistema tributário brasileiro está passando por uma evolução relevante em sua jurisprudência. Nesse cenário, para empresas que mantêm atuação estratégica e tecnicamente fundamentada, essas transformações representam oportunidades legítimas de recuperação de créditos e ganho de eficiência fiscal.

A mais recente e promissora dessas mudanças advém da 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ), no julgamento dos Embargos de Divergência no REsp 1.775.781/SP no qual a Corte firmou o entendimento de que o ICMS incidente sobre a aquisição de produtos intermediários consumidos ou desgastados no processo produtivo é passível de crédito, desde que esses itens sejam essenciais para a atividade-fim da empresa, mesmo que não se integrem fisicamente ao produto final.

Essa decisão rompe com o entendimento tradicional do chamado "crédito físico", que limitava o direito ao crédito a itens que pudessem compor materialmente o produto final, desconsiderando a lógica técnica da operação industrial. Com a nova diretriz, prevalece o critério da essencialidade, alinhando o ICMS a interpretações já aplicadas ao PIS e à Cofins (Tema 779 do STJ).

O que muda na prática?

O impacto prático é imediato: empresas industriais e agroindustriais passam a ter respaldo jurídico para revisar os últimos cinco anos de apuração do ICMS, com vistas à recuperação de créditos até então rejeitados/anulados pela fiscalização. Produtos como catalisadores, abrasivos, lubrificantes, gases industriais e materiais refratários passam a ser considerados, potencialmente, produtos intermediários creditáveis.

Esses itens, embora não componham o resultado final, são frequentemente indispensáveis ao processo produtivo — e por isso, agora, reconhecidos como elementos essenciais do ciclo econômico da produção.

Setores mais impactados

A mudança afeta positivamente diversos setores como: indústrias químicas e petroquímicas, papel e celulose, agroindústria e setor sucroalcooleiro, siderurgia, metalurgia, além de alimentos e bebidas.

Empresas desses segmentos costumam operar com margens tributárias estreitas e com insumos técnicos fundamentais, que historicamente foram desconsiderados na apuração do ICMS creditável. O novo entendimento corrige essa distorção.

O cenário ainda exige cautela e assessoramento jurídico

Apesar do avanço jurisprudencial, a resistência dos fiscos estaduais e de tribunais administrativos permanece evidente. Muitas secretarias da Fazenda ainda se baseiam em normas restritivas, — como a Decisão Normativa CAT 1/01 em São Paulo, que mantém o critério da incorporação física como exigência para o creditamento.

O TIT-SP, inclusive, tem proferido decisões recentes contrárias à aplicação automática do julgado do STJ, sob o argumento de que, por não se tratar de recurso repetitivo, o precedente não é vinculante para os julgadores administrativos. Há ainda a tentativa, por parte de algumas Procuradorias Estaduais, de levar o tema ao STF, embora ainda sem definição.

Por isso, é fundamental que os contribuintes adotem postura técnica, estratégica e documentada, estruturando adequadamente a demonstração da essencialidade do produto intermediário. A apuração contábil isolada não basta. É preciso comprovar o papel técnico do item no processo produtivo, seja por meio de laudos, fichas técnicas, ou seja por relatórios operacionais.

A oportunidade está dada, mas a abordagem deve ser responsável

A janela de oportunidade existe — mas deve ser encarada com rigor jurídico e prudência técnica. O direito ao crédito de ICMS prescreve em cinco anos, o que exige agilidade, porém sem improvisos. Um diagnóstico tributário bem elaborado, com mapeamento de insumos, revisão do fluxo produtivo e definição da melhor via (administrativa ou judicial), é o caminho mais seguro.

A decisão do STJ representa um avanço importante no respeito à realidade operacional das empresas e na aplicação do princípio da não cumulatividade. Porém, sua efetiva aplicação ainda dependerá da atuação estratégica do contribuinte, diante da resistência de boa parte da administração tributária.

Empresas que souberem conduzir esse processo com visão técnica, estratégia jurídica e governança fiscal sólida sairão na frente — não apenas pela recuperação de valores, mas também pela melhoria da eficiência e previsibilidade na apuração do ICMS.

Visão do Direito



Diego Lopes de Oliveira
Formado em direito pela PUC Campinas e advogado no escritório Mello Torres

Monetização de ativos judiciais e desalavancagem dos balanços das companhias

Este ano tem se mostrado desafiador para as companhias brasileiras. A nova realidade da taxa Selic, cujo patamar elevado, ao que tudo indica, não deve mudar no curto prazo, pressiona o balanço das empresas, principalmente no que se refere àquelas que contrataram empréstimos com taxas pós-fixadas. Em matéria publicada na imprensa em 21 de março de 2025, ficou clara a necessidade de as companhias reavaliarem suas estruturas de capital, com foco na desalavancagem em meio ao cenário turbulento. Outra reportagem, de 28 de janeiro de 2025, noticia que no ano passado houve recorde de pedidos de recuperação judicial, com um aumento de 61,8% em relação a 2023, e 22% acima do pico de 2016.

No âmbito global, o contexto também é de incerteza diante das novas políticas tarifárias capitaneadas pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. O cenário, portanto, mostra-se desafiador, demandando criatividade por parte dos empresários e gestores, principalmente no que se refere à estrutura de capital das empresas.

Nesse sentido, uma oportunidade que pode ser relevante para as companhias melhorarem seus respectivos balanços consiste na monetização de ativos judiciais. De acordo com a publicação *Justiça em Números*, disponibilizada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), existem aproximadamente 80 milhões de processos judiciais em curso no Brasil. O volume invencível de trabalho que recai sobre os membros do Poder Judiciário impede, muitas das vezes, que os jurisdicionados tenham acesso a uma efetiva prestação da tutela jurisdicional.

No que se refere às empresas, a prestação jurisdicional inefetiva, a título de exemplo, materializa-se pela demora no recebimento de precatórios e indenizações, bem como na dificuldade de recuperação de créditos. Vale lembrar que o Brasil é, notoriamente, um país com um dos menores índices de recuperação de créditos não performados.

A monetização de ativos judiciais, geralmente realizada por meio de instrumentos de cessão de direitos creditórios, mostra-se uma alternativa de duplo impacto. Por um lado, as companhias podem antecipar o recebimento de créditos, transferindo para o investidor (i.e., o cessionário) os riscos inerentes aos processos, incluindo, assim, questões relativas a prazo de recebimento, mudanças de jurisprudência e dificuldades de cobrança. Adicionalmente, os recursos recebidos a título de antecipação podem ser utilizados, por exemplo, para amortização de dívidas e desalavancagem das companhias.

De outro lado, a monetização de ativos judiciais também contribui para redução dos custos arcados pelas empresas no que se refere à condução e acompanhamento dos contenciosos. Além das dificuldades dos processos em si, o custeio da estrutura de gestão dos litígios também onera as empresas. Assim, em outras palavras, as companhias conseguem melhorar o processo de alocação de capital, considerando que os recursos podem ser utilizados em seu core business, em vez de serem dispendidos com a manutenção dos contenciosos.

Diante do cenário desafiador imposto pela alta da Selic, o que se reflete no aumento da alavancagem das empresas e dos pedidos de recuperação judicial, as empresas precisam buscar alternativas para melhorar suas estruturas de capital para sobreviverem e crescem na atual conjuntura. A monetização de ativos judiciais pode representar uma alternativa estratégica e eficiente para antecipar recebíveis, reduzir passivos e otimizar a alocação de recursos.

DIÁRIOS ASSOCIADOS D.A | **Diretora de Redação:** Ana Dubeux; **Edição:** Ana Maria Campos; **Repórter**: Maria Eduarda Lavocat; **Diagramação:** Arthur Filho; **Arte e Ilustrações:** Kleber Sales

Eufrázio
CORREIO BRAZILIENSE

CLASSIFICADOS

Brasília, Distrito Federal, quinta-feira, 26 de junho de 2025

Para anunciar ▸ 3342-1000

1 IMÓVEIS COMPRA & VENDA
2 IMÓVEIS ALUGUEL
3 VEÍCULOS
4 CASA & SERVIÇOS
5 NEGÓCIOS & OPORTUNIDADES
6 TRABALHO & FORMAÇÃO PROFISSIONAL

1

IMÓVEIS COMPRA E VENDA

1.1 Apart Hotel
1.2 Apartamentos
1.3 Casas
1.4 Lojas e Salas
1.5 Lotes, Áreas e Galpões
1.6 Sítios, Chácaras e Fazendas
1.7 Serviços e Crédito Imobiliário

1.1 APARTHOTEL

CLASSIFICADOS
GOSTOU DESSE ESPAÇO?
PATROCINE UMA RETRANCA!!!
DEIXE SUA EMPRESA OU SERVIÇO MAIS VISÍVEL E FÁCIL DE ENCONTRAR POR 30 DIAS
PREÇO ESPECIAL
ANUNCIE AQUI !
ENTRE EM CONTATO CONOSCO 61 3342-1000 - OPÇÃO 5

INVEST FLAT VENDE
BIARRITZ FLAT apto 1qto com 66m², 16 andar. 3033-3865/ 98581-0151 cj21229

INVEST FLAT VENDE
BIARRITZ FLAT apto 1qto com 66m², 16 andar. 3033-3865/ 98581-0151 cj21229

1.2 APARTAMENTOS

ÁGUAS CLARAS

1 QUARTO

MEU IMÓVEL IMOB
LUGARCERTO Melhores imóveis prontos e na planta em todo DF você encontra aqui!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

1.2 ÁGUAS CLARAS

2 QUARTOS

TRATO FEITO IMÓV
R DAS PITANGUEIRAS Apto 2 qtos 53m2 1 su çite 1 vaga 99418-8477 cj21694

3 QUARTOS

MEU IMÓVEL IMOB
AV PARQUE guas Claras Res Natalia Valois 3 qtos 1ste, 1vaga, 70m2, 99562-4472 cj25698

ACHEI IMÓVEIS DF
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

MEU IMÓVEL IMOB
AV PARQUE guas Claras Res Natalia Valois 3 qtos 1ste, 1vaga, 70m2, 99562-4472 cj25698

ÁGUAS LINDAS

1 QUARTO

MEU IMÓVEL IMOB
R COPAÍBA Oceania Residence, Apto 2 qtos 1 suíte, 2 vagas. 995624472 cj25698

MEU IMÓVEL IMOB
R COPAÍBA Oceania Residence, Apto 2 qtos 1 suíte, 2 vagas. 995624472 cj25698

ASA NORTE

QUITINETES

PLANO EMPREEND.
IMOBILIÁRIOS Os melhores imóveis de BSB você encontra aqui:lugarcerto.com.br



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

1.2 ASA NORTE

3 QUARTOS

SR. IMÓVEIS CJ 9417
COMPRO PAGO à vista 102 / 416 3qts nascente vazado para cliente. Tr. 3042-9200/ 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

PLANO EMPREEND.
404 BLOCO I Apto 78m2 3qts 2banhs local privilegiado 3032-7700 / 98313-0206 cj5179

SR. IMÓVEIS CJ 9417
SGAN 708 Bloco P 3qts (sendo 01 suíte), vazado,4 andar, reformadíssimo, 135m2. Aceito 2qts no Noroeste. 99109-6160 3042-9200 cj9417 Sr. Imóveis

COMPRO URGENTE
PARA CLIENTES 2, 3 4qtos Asa Norte/Sul (61) 99842-6366 c3594

COMPRO URGENTE
PARA CLIENTES 2, 3 4qtos Asa Norte/Sul (61) 99842-6366 c3594

ASA SUL

1 QUARTO

INVEST FLAT VENDE
PARK SUL excelente apto 1 qto 50m2 . Tr: 3033-3865/ 98581-0151 cj21229

3 QUARTOS

SR. IMÓVEIS CJ 9417
COMPRO PAGO à vista 102 / 416 3qts nascente vazado para cliente. Tr. 3042-9200/ 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

SR. IMÓVEIS CJ 9417
COMPRO PAGO à vista 102 / 416 3qts nascente vazado para cliente. Tr. 3042-9200/ 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

1.2 ASA SUL

4 OU MAIS QUARTOS

****PARTICULAR****
312 SQS, 04 qtos, 04 suítes, reformado, mobiliado, área 450m², 2gar. Tr: 61 99985-8313

CRUZEIRO

3 QUARTOS

CLASSIFICADOS
GOSTOU DESSE ESPAÇO?
PATROCINE UMA RETRANCA!!!
DEIXE SUA EMPRESA OU SERVIÇO MAIS VISÍVEL E FÁCIL DE ENCONTRAR POR 30 DIAS
PREÇO ESPECIAL
ANUNCIE AQUI !
ENTRE EM CONTATO CONOSCO 61 3342-1000 - OPÇÃO 5

PLANO EMPREEND.
QD 409 Apto 3qts Bairro novo 79m2 2vagas 2banhs 3032-7700 / 98313-0206 cj5179

GUARÁ

2 QUARTOS

J RIBEIRO VENDE
AE 02 SRIA Guará II Resid Via Boulevard vdo Apto de canto 56,24m2 ár útil cj5211 3322-3443

J RIBEIRO VENDE
AE 02 Dolce Vitta cobertura linear, 152m2 CJ 5211. Tr: 3322-3443

ADELSON IMÓVEIS
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

J RIBEIRO VENDE
AE 02 Dolce Vitta cobertura linear, 152m2 CJ 5211. Tr: 3322-3443

1.2 GUARÁ

3 QUARTOS

TRATO FEITO IMÓV
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

LAGO NORTE

3 QUARTOS

ACHEI IMÓVEIS DF
CA 08 apto 3qtos 228m² cond fechado 98311-5595 c/19540

NOROESTE

2 QUARTOS

COMPRO URGENTE
PARA CLIENTES 2, 3 4qts Noroeste/Sudoeste 61 99842-6366 c3594

COMPRO URGENTE
PARA CLIENTES 2, 3 4qts Noroeste/Sudoeste 61 99842-6366 c3594

3 QUARTOS

ACHEI IMÓVEIS DF
SQNW 102 Ap 101m2 3 qtos 2 vgas 98311-5595

ACHEI IMÓVEIS DF
SQNW 102 Ap 101m2 3 qtos 2 vgas 98311-5595

NÚCLEO BANDEIRANTE

2 QUARTOS

RITA LANDIM
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

1.2 SAMAMBAIA

SAMAMBAIA

2 QUARTOS

TRATO FEITO IMÓV
QN 412 Apto 2 qtos 49m2 1 suíte 1 vaga 2 banheiros Tr: 99418-8477 cj21694

SUDOESTE

3 QUARTOS

ACHEI IMÓVEIS DF
SQSW 500 Moderno apto 3qtos 109m2 2 vagas. Tr: 98311-5595

TAGUATINGA

2 QUARTOS

ACHEI IMÓVEIS DF
QSF 01 Apto 2qt 60m² 1 vaga 98311-5595/ 99112-3991 c/19540

VALPARAÍSO

2 QUARTOS

INVEST FLAT VENDE
PARQUE ESPLANADA apto 2qtos sala banh coz planejda c/elevador Tr: 3033-3865 cj21229

1.3 CASAS

ÁGUAS CLARAS

4 OU MAIS QUARTOS

ACONTECE IMOBILIÁRIA
QS 06 reformada 2 pavimentos casa 5 qtos porcelanato 226m2 área construída 2 vagas 2 banhs 3344-4112

ACONTECE IMOBILIÁRIA
QS 06 reformada 2 pavimentos casa 5 qtos porcelanato 226m2 área construída 2 vagas 2 banhs 3344-4112

CANDANGOLÂNDIA

2 QUARTOS

MEU IMÓVEL IMOB
QR 02 Casa 2 qtos lote 128m2, 2 suítes, 3 vagas. Ac financiamento. 99562-4472 cj25698

1.3 GUARÁ

GUARÁ

3 QUARTOS

ADELSON IMÓVEIS
QE 26 3 qtos laje lote 200m2, 180m2 construída R$ 850.000. Ac financ 99985-7115 c1533

4 OU MAIS QUARTOS

MEU IMÓVEL IMOB
BERNARDO SAYÃO cs 4 qtos 4 suítes e 1 master 260m2 var 4vgs 99562-4472 cj25698

ADELSON IMÓVEIS
QE 38 sobradão 4qtos 2 stes 300m2 ar construída arms 2gar. Ac financ 99985-7115 c1533

JARDIM BOTÂNICO

4 OU MAIS QUARTOS

COND OURO Vermelho linda casa 4qtos, 3 banhs, pisc. lazer completo. Ac troca apto 3 qtos 9963-7726 c6932

NÚCLEO BANDEIRANTE

3 QUARTOS

RITA LANDIM VENDE
3ª AV Casa 245m² 3qtos 1suite 2 vagas 2 banhs 99673-2538

PARK WAY

4 OU MAIS QUARTOS

ADELSON IMÓVEIS
QD 01 MSPW (5 stes) 4 gar lt 2.500m2 504m2 const. Ac. Apt Guará 3q 99985-7115 c11533

1.3 PARK WAY

RITA LANDIM VENDE
QD 01 casa c/ 4 qtos 400m2 de á.constr. terreno de 2.500m2 3552-4358 c/12179

SOBRADINHO

4 OU MAIS QUARTOS

CLASSIFICADOS
GOSTOU DESSE ESPAÇO?
PATROCINE UMA RETRANCA!!!
DEIXE SUA EMPRESA OU SERVIÇO MAIS VISÍVEL E FÁCIL DE ENCONTRAR POR 30 DIAS
PREÇO ESPECIAL
ANUNCIE AQUI !
ENTRE EM CONTATO CONOSCO 61 3342-1000 - OPÇÃO 5

PLANO EMPREEND.
QD 10 Melhor quadra! Sobrado área privativa 582,28m2 c/ 9 banhs 6qts 98313-0206 cj5179

TAGUATINGA

3 QUARTOS

CONVICTA IMÓVES VENDE
QNL 18 casa 3qts 120m2, área serv. garagem 3386-9000 cj22002

4 OU MAIS QUARTOS

RITA LANDIM VENDE
COND PREMIUM excel casa 280m2 cond fechado, porteiro 24 horas 3552-4358 c/12179

REGINA NEVES
CONSULTORA IMOBILIÁRIA
CRECI 19395
OS MELHORES IMOVEIS DE GOIÂNIA
QUER MORAR OU INVESTIR EM GOIÂNIA?
TENHO AS MELHORES OPÇÕES PRA VOCÊ!



(62) 98280-1111

Trabalho & formação profissional

Veja o suplemento **TRABALHO & FORMAÇÃO PROFISSIONAL** veiculado todos os domingos no jornal **CORREIO BRAZILIENSE** e fique por dentro das melhores oportunidades de emprego, estágios, cursos, datas e dicas sobre concursos públicos e matérias sobre comportamento profissional.

Obs: As vagas de emprego estão disponíveis no caderno Trabalho & Formação Profissional excepcionalmente aos domingos





Aponte a câmera do seu celular no QR Code para entrar em contato conosco

@classificadoscb

@classificadoscb

1.3 CASAS

OUTROS ESTADOS

3 QUARTOS

FORMOSA-GO Casa Rua Emílio Póvoa, área lt 898m2, área constr. 221m2 R$5 milhões Whats (62) 98638-3376

FORMOSA-GO Casa Rua Emílio Póvoa, área lt 898m2, área constr. 221m2 R$5 milhões Whats (62) 98638-3376

1.4 LOJAS E SALAS

LOJAS

ASA SUL

SR. IMÓVEIS CJ 9417

CLS 414 Vendo Excelente loja alugada, c/ térreo subsolo sobreloja 250m2, reformada . Tratar 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

GUARÁ

ADELSON IMÓVEIS
AE 02 prédio comerc/ resid 2lj + 2ap lt 200m2 R$1.050.000, ac cs Guará Tr.99857115 c1533

SALAS

ÁGUAS CLARAS

PLANO EMPREEND.
AV PAU BRASIL sala área 173m2 c/ 5 vagas 4 banhs, próx estação metrô 3032-7700 98313-0206 cj5179

ASA NORTE

INVEST FLAT VENDE
ED FUSION WORK e Live - Sala 37m² 10 andar. Tr: 3033-3865/ 98581-0151 cj21229

ASA SUL

ACONTECE IMOBILIÁRIA
SHS QD 06 Complexo Brasil 21 Asa Sul vendo vaga de garagem 12m2 área comercial 3344-4112

SUDOESTE

INVEST FLAT
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as Ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

1.5 LOTES, ÁREAS E GALPÕES

ASA NORTE

TRATO FEITO IMÓV
SAAN QD 02 Lote à venda no Bairro Asa Norte, 2.500m2 área 99418-8477 cj21694

CEILÂNDIA

QI 05 Setor Industria R$ 35.000 + prest R$ 498, c/ escrit. Terracap Ac carro 99533-2254 c7301

GUARÁ

SR. IMÓVEIS CJ 9417

QI 08 Excelente Lote comercial, 400m2. Podendo construir 3 vezes. Aceito 100% em imóveis 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

LAGO NORTE

J RIBEIRO VENDE
SHTQ QD 04 Excel. lote Bairro Taquari 742m2, quitado, esquina, ótima localização CJ 5211 3322-3443

OUTROS ESTADOS

FORMOSA-GO Galpão Av Brasília, área do terreno 12.000m2, 1.531, 40m de área de um galpão industrial, uma casa de 3qts c/112m2, uma guarita de 31,20m e uma oficina medindo 179m2 R$ 10 milhões Whats (62) 98638-3376

FORMOSA-GO área Pq Laguna, Margem da Lagoa Feia área 21.765m2 R$2 milhões. Whats (62) 98638-3376

FORMOSA-GO Galpão Av Brasília, área do terreno 12.000m2, 1.531, 40m de área de um galpão industrial, uma casa de 3qts c/112m2, uma guarita de 31,20m e uma oficina medindo 179m2 R$ 10 milhões Whats (62) 98638-3376

1.6 SÍTIOS, CHÁCARAS E FAZENDAS

DISTRITO FEDERAL E ENTORNO

RITA LANDIM VENDE
PADRE BERNARDO GO linda chác. 14.000 m2. 3552-4358 c/12179

Disque-Denúncia

Secretaria de Segurança Pública.

Uma nova arma contra a criminalidade
Sigilo absoluto.

197

2 IMÓVEIS ALUGUEL

2.1 Apart Hotel
2.2 Apartamentos
2.3 Casas
2.4 Lojas e Salas
2.5 Lotes, Áreas e Galpões
2.6 Quartos e Pensões
2.7 Sítios, Chácaras e Fazendas

2.2 APARTAMENTOS

ÁGUAS CLARAS

2 QUARTOS

TRATO FEITO IMÓV
R DAS PITANGUEIRAS lt 10, 53m2, 2qtos, 1 suíte, 1 vaga, 2banhs 99418-8477 cj21694

TRATO FEITO IMÓV
R DAS PITANGUEIRAS lt 10, 53m2, 2qtos, 1 suíte, 1 vaga, 2banhs 99418-8477 cj21694

3 QUARTOS

SR. IMÓVEIS CJ 9417

QD 103 Resid. Juriti guas Claras 3qts sendo 01 suite, garagem, bem localizado. Tr. 3042-9200/ 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

SR. IMÓVEIS CJ 9417

QD 103 Resid. Juriti guas Claras 3qts sendo 01 suite, garagem, bem localizado. Tr. 3042-9200/ 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

ASA SUL

2 QUARTOS

J. RIBEIRO
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

GUARÁ

1 QUARTO

CONVICTA IMÓVES ALUGA
AE 02 apto 45m2 1 qto sl coz á99112-3703 / 3386-9000 cj22002

CONVICTA IMÓVES ALUGA
AE 02 apto 45m2 1 qto sl coz á99112-3703 / 3386-9000 cj22002

SUDOESTE

2 QUARTOS

ACONTECE IMOBILIÁRIA
LUGARCERTO.COM.BR Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

2.3 CASAS

RECANTO DAS EMAS

2 QUARTOS

CONVICTA IMOVEIS
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

SUDOESTE

3 QUARTOS

ACONTECE IMOBILIÁRIA
101 BLOCO I alugo apto 3 qtos 110m2 1 su çite Tr: 3344-4112

TAGUATINGA

3 QUARTOS

CONVICTA IMÓVES ALUGA
QSF 05 casa 3 qtos 120m2. 99112-3703 / 3386-9000 cj22002

2.4 LOJAS E SALAS

LOJAS

ÁGUAS CLARAS

RUA 14 NORTE Resid. Supremo Aluga-se loja c/ apróx 51,79m2 e 01 banheiro. R$ 3.400,00 3355-2005/ 98141-1639 Imob. Forte cj7118

CANDANGOLÂNDIA

CONVICTA IMÓVES ALUGA
QOF conj G loja 40m2 para alugar Tr: 3386-9000 cj22002

GAMA

ALUGO Salas comerciais, setor comercial - Gama . Tr. 99976-4334

ALUGO Salas comerciais, setor comercial - Gama . Tr. 99976-4334

SALAS

ASA SUL

J RIBEIRO ALUGA
SHLS 716 sala 54m2 no C. Clínico Sul 5211 3322-3443



LEILÃO ONLINE | APARTAMENTO EM TAGUATINGA/DF
Participe em pestanaleiloes.com.br



Liliamar Pestana Gomes, Leiloeira Oficial, inscrita na JUCISRS sob nº 168/00, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizada pela Credora Fiduciária SIMPALA S.A. CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO, inscrita no CNPJ/MF sob nº 34.991.938/0001-32, promoverá, na forma da Lei 9.514/97, nas datas de **08/07/25 (1º leilão) e 15/07/25 (2º leilão), ambas às 16h30**, o leilão do seguinte imóvel: **LOTE 1 - Taguatinga/DF.** Bairro Águas Claras. Rua C, sn. Apartamento 402 com uma vaga de garagem, 40 (Bloco A). Áreas: privativa 54,11m² e fração ideal 0,00175. Matrícula 177.758 do 3º RI da Comarca do Distrito Federal/DF. Obs.: Regularizações e encargos perante os órgãos competentes, correrão por conta do(a) comprador(a). Ocupado. (AF). **Lance mínimo:** 1º Leilão R$ 505.000,00. 2º Leilão R$ 303.000,00 (caso não seja arrematado no 1º leilão). **COND. DE PGTO.**: à vista, mais comissão de 5% à Leiloeira. DA **PARTICIPAÇÃO ON-LINE**: mediante cadastro prévio no site da Leiloeira. **OBS.**: O Fiduciante possui direito de preferência de compra, nos termos da lei.

Consulte cond. de Venda e Pagamento: pestanaleiloes.com.br | **51 3535.1010**

4 CASA & SERVIÇOS

4.1 Construção e Reforma
4.2 Moda, Vestuário e Beleza
4.3 Saúde
4.2 Comemorações, e Eventos
4.5 Serviços Profissionais
4.6 Som e Imagem
4.7 Diversos

4.1 CONSTRUÇÃO E REFORMA

CONSTRUÇÃO

SERVIÇOS

LAVAMOS E PINTAMOS telhado, caixa d água, consertamos vazamentos e impermeabilização. (61)99552-1988

LAVAMOS E PINTAMOS telhado, caixa d água, consertamos vazamentos e impermeabilização. (61)99552-1988

4.5 SERVIÇOS PROFISSIONAIS

ADVOCACIA

ADVOGADO
ATENDIMENTO EM TODO BRASIL. Tr: (61) 99318-7858 / (62) 99630-0702 OAB 84111

5

NEGÓCIOS & OPORTUNIDADES

5.1 Agricultura e Pecuária
5.2 Comunicados, Mensagens e Editais
5.3 Infomática
5.4 Oportunidades
5.5 Pontos Comerciais
5.6 Telecomunicações
5.7 Turismo e Lazer

5.2 COMUNICADOS, MENSAGENS E EDITAIS

CONVOCAÇÕES

ABANDONO DE EMPREGO
A EMPRESA Parque Planalto Empreendimentos Imobiliários S.A CNPJ: 41.600.039/0001.27, convoca o Sr. Arthur Conceição , a comparecer na sede da empresa, no prazo de 72 horas da publicação deste, ausente desde o dia 07/02/2025 , sob pena de caracterização de Abandono de Emprego, ensejando a justa causa do seu contrato de trabalho, conforme dispõe o Artigo 482, Letra I da CLT.

A EMPRESA V.D. Aguiar (SPA DYA), Port. CNPJ 55.598.062/0001-39 - sediada na QNA 34 lote 18, Taguatinga Norte, convoca a Funcionária, Vitória Fernanda S. Souza, CTPS. 066904-09163-Go, para comparecer a empresa ou retornar ao Trabalho com urgência ou justificar suas faltas, o não comparecimento, caracteriza como abandono de emprego conforme artigo 483 alínea I CLT

5.2 CONVOCAÇÕES

CONVOCAÇÃO
CARLOS HENRIQUE Rodrigues de Almeida, favor comparecer no prazo de 48H de 2ª a 6ª no horário de 07h as 15h no RH - Gente e Gestão do Hospital DF Star - SGAS Quadra 914, Conjunto H Asa Sul, CEP: 70390-150 - Brasília DF - CNPJ 31.635.857/0006-16. Para ciência e providências necessárias para a manutenção da relação existente entre o convocado e a empresa convocante.

5.7 TURISMO E LAZER

OUTROS

ACOMPANHANTE

Todos os números desta Seção são do DF DDD 61, excetuando-se os que forem precedidos de DDD diverso expresso

CAMILA
COROA LINDA Rainha do oral babadinho. Sudoeste. (61) 98136-2866

LEILA PORNÔ
MULHERÃO CAPA De Revista c/ oral até o fim 61 99906-7716

5.7 ACOMPANHANTE

LUANA LINDA LOIRA
ALTA E MAGRA Mass Anti-stress+Relax 1H Taguatinga 61 99230-2525

MASSAGEM RELAX

AS+TOPS DAS GALÁXIAS
AS 20 TODAS lindas bemestarmassagens.com.br Fones: 61 985621273/ 3340-8627

PRISCILA FEITA A PINCEL
NAMORADA LINDA 21 capa revista totalmente d+ (61) 99645-7413

6

TRABALHO & FORMAÇÃO PROFISSIONAL

6.1 Oferta de Emprego
6.2 Procura por Emprego
6.3 Ensino e Treinamento

6.1 OFERTA DE EMPREGO

NÍVEL BÁSICO

AJUDANTE de serviços gerais p/morar. Casal. . Tratar: 99903-0605

AUXILIAR DE COZINHA c/ experiência Para lanchonete Tr. ZAP: (61) 98570-8434 e-mail: saboramillp@gmail.com

RESTAURANTE CONTRATA
AUXILIAR DE COZINHA Aux.De Serviços Gerais/Copeiro/Balconista. Enviar currículo p/: rhdondurica@gmail.com

AUXILIAR DE COZINHA c/ experiência Para lanchonete Tr. ZAP: (61) 98570-8434 e-mail: saboramillp@gmail.com

6.1 NIVEL BÁSICO

EMPRESA CONTRATA
AUXILIAR DE SERVIÇOS Gerais p/ atuar na área de condominial c/ experiência Enviar CV: rh1@centrosulservicos.com.br

CUIDADOR AUTÔNOMO masculino contrato p/ajudar deficiente físico ativo, 2 ou 3 x semana R$ 300, ajudadef@gmail.com

DOMÉSTICA CONTRATA-SE p/ o Lago Norte restucano@gmail.com

DOMÉSTICA c/ referência na CTPS e experiência. Todo o serviço. Cozinhe bem. Não dormir. Não fume. Seg. a sex. Apenas Via WhatsApp para: 99669-6518

DOMÉSTICA DE SEGUNDA à sexta 44 Horas semanais, 4 adultos. Referência em carteira Sal. R$1.518,00 + transporte. guas Claras. WhatsApp: 98500-0548

MASSAGISTA preciso c/ ou s/ exp. p/ Asa Sul. Clientela formada . ›t ganhos (61)99217-7082

ÓTIMOS GANHOS!!
MASSAGISTA PRECISA-SE com ou sem exper.99414-1086 zap

INDÚSTRIA CONTRATA
OPERADOR DE PRODUÇÃO. Para início imediato. Interessados enviar currículo para: recrutamentowi2020@gmail.com

INDÚSTRIA CONTRATA
OPERADOR DE PRODUÇÃO (Vaga PCD). Para início imediato Enviar currículo para: recrutamentowi2020@gmail.com

6.1 NIVEL BÁSICO

PEDREIRO c/ experiência, para morar. Tratar: 99903-0605.

MONTADOR E POLIDOR DE VEICULOS
LOJA de Lanternagem (Funilaria) e Pintura . Localizado no Setor de Oficinas do Riacho fundo I. Contato:(61)99817-1371 ou (61) 3027-1562

CABELEIREIRO (A) - Contrata-se p/ Asa Norte . (61) 99176-2845

SOLUÇÃO PARABRISAS
CONTRATA Ver vagas: www.solucao parabrisas.com.br/vagas Brasília, Vicente Pires, Taguatinga e Sobradinho. Enviar Currículo para WhatsApp: (61) 99882-2256.

NÍVEL MÉDIO

CONTRATA-SE
ALMOXARIFE E CONFERENTE com experiência em segmento de premoldados. Enviar CV p/: premoldadosvagas@gmail.com

CONTRATA-SE
ALMOXARIFE E CONFERENTE com experiência em segmento de premoldados. Enviar CV p/: premoldadosvagas@gmail.com

6.1 NÍVEL MÉDIO

CLÍNICA DE MASSOTERAPIA CONTRATA
ATENDENTE DE WHATSAPP home office. Jornada de 6 horas com sábados alternados. Currículo para: curriculomasazh@gmail.com

AUXILIAR ADMINISTRATIVO (A) com exper. informática, organização documental, atendimento ao público. Salário + VT +VR empregoextintores@gmail.com

AUXILIAR ADMINISTRATIVO - Contrata-se pouca experiência em Digitação. Enviar currículo p/: juniorbotelho@nwi.com.br

PANIFICADORA BONANZA CRUZEIRO NOVO QD 607 BLOCO C CONTRATA
CHAPEIRO E PIZZAIOLO Ambos somente c/ experiência. Enviar CV: Whats (61)98173-4833 ou bonanzacruzeiro@gmail.com

DOMÉSTICA QUE saiba cozinhar 12x36 ou p/ morar 98171-7689.

MANICURE PRECISA-SE Salário R$ 2.000 + VT. Tr: 98139-6240

6.1 NÍVEL MÉDIO

PRECISA-SE
MASSAGISTA Com ou Sem exper. › timos ganhos, acima de 2.000 por semana 61 98148-2358

HOTEL CONTRATA
RECEPCIONISTA COM experiência em hotelaria. Carga horária 12x36 noturno. Enviar CV para o e-mail: hotelcontrata2023@gmail.com

RECEPCIONISTA
PARA GAMA Salário R$ 1.518,00 + VT + VA. Enviar CV : contatocetfi@gmail.com

TÉCNICO CONTÁBIL / Assistente de Auditoria. Contrata-se c/ experiência em sistema dexion e demais Rotinas. CV c/ pretensão salarial p/ lspessoal.auditoria@gmail.com

DOMÉSTICA QUE saiba cozinhar 12x36 ou p/ morar 98171-7689.

6.1 NÍVEL MÉDIO

MAQ CENTER CONTRATA
VENDEDOR EXTERNO c/ formação Téc. Engenharia Civil p/ trabalhar De Segunda a Sexta. Oferece VT + VA + Plano de Saúde c/desc 50%. Enviar CV: rh@maqcenter.com.br

RECEPCIONISTA
PARA GAMA Salário R$ 1.518,00 + VT + VA. Enviar CV : contatocetfi@gmail.com

6.3 ENSINO E TREINAMENTO

SERVIÇOS

AULA PARTICULAR

AULAS DE INFORMÁTICA e Celular. Segurança digital para 3ª idade. Conhecimento é tudo! Agende: 99601-1535 / 983798447

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 047/2025

Objeto: Prestação de serviços de operação da central de atendimento telefônico geral e da ouvidoria. Data da sessão pública: 09 de julho de 2025 às 14h. O Edital encontra-se disponível nos sítios: www.compras.gov.br e www.tst.jus.br.

Brasília, 26 de junho de 2025
MARCOS FRANÇA SOARES
Coordenador de Licitações e Contratos

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O **Instituto Mauá de Pesquisa e Educação Ltda**, CNPJ: 05.969.033/0001-68, situado à Rua 13 lote 01, Vila da Telebrasília – DF, CEP: 70.210-080, **CONVOCA** todas as pessoas, que lhe prestaram serviço no período de **10/2007 a 10/2020**, a comparecerem ao endereço acima, munidos de documentos comprobatórios do vínculo (CTPS, PIS, EXTRATO ANALÍTICO DA CONTA DO FGTS), para regularização do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS junto à Caixa Econômica Federal.

3º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DO DISTRITO FEDERAL EDITAL DE INTIMAÇÃO DE JOAQUINA KARLA COSTA SILVA CAPUANO e CLAUDIO CAPUANO FIGUEIRA

O 3º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal FAZ SABER, para ciência do respectivos, **JOAQUINA KARLA COSTA SILVA CAPUANO, CPF:046.432.376-27 e CLAUDIO CAPUANO FIGUEIRA, CPF:867.485.131-20**, devedor fiduciante do imóvel alienado: **APARTAMENTO N° 2503, VAGA DE GARAGEM N°s 3270, 3271 e 3172, BLOCO "D", LOTES N°s 4530, 4750 E 4790, AVENIDA ARAUCÁRIAS E LOTES N° 2, 4, 6, 8 E 10, PRAÇA DAS GARÇAS, ÁGUAS CLARAS, DISTRITO FEDERAL**, os quais não tendo sido encontrado(a)(s) nos endereços de cobrança, indicados pela credora, ficam, por este edital, INTIMADOS do teor respectivo. O 3º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal, segundo as atribuições conferidas pelo artigo 26, parágrafos 1º e 3º da Lei nº. 9.514/97, por requerimento da **CNP CONSORCIO S.A. ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS**, credora fiduciária do contrato imobiliário garantido por alienação fiduciária, conforme **R.12**, na matrícula nº.**285699**, respectivamente, deste Ofício, com saldo devedor de responsabilidade de V.S.ª., venho INTIMÁ-LOS a efetuar o pagamento das prestações vencidas e as que se vencerem até a data do pagamento, os juros convencionais, as penalidades e os demais encargos contratuais, os encargos legais, inclusive tributos, cujo valor atualizado até o dia 24/06/2025,corresponde a R$ **112.828,26** (cento e doze mil,oitocentos e vinte e oito reais e vinte e seis centavos), além das despesas de cobrança e de intimação, cujo valor é de R$1.571,97 (mil, quinhentos e setenta e um centavos e noventa e sete centavos), já incluso 5% do ISS, totalizando a importância de **R$114.400,23** (cento e quatorze mil, quatrocentos reais e vinte e três centavos). Assim, procedo à INTIMAÇÃO de V.S.ª(as). para que se dirija(m), no horário de 09:00 às 17:00 horas, a este Ofício situado na QS 01, RUA 210, Lote 40, Sala 915, 9° Andar, Torre "B", Águas Claras – DF, onde devera(m) efetuar o pagamento do débito discriminado no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias a contar do último dia da publicação deste edital. Por oportuno, fica(m) V.S.ª(as). ciente(s) de que o não cumprimento do referido pagamento no prazo ora estipulado, garante o direito de consolidação de propriedade do imóvel em favor do(a) credor(a) fiduciário(a), nos termos do artigo 26, parágrafo 7º, da Lei nº. 9.514/97.

Atenciosamente,

Carlos Eduardo Ferraz de Mattos Barroso
o Oficial



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico n. 90041/2025

OBJETO: Fornecimento, mediante Sistema de Registro de Preços (SRP), de medalhas; moeda comemorativa; barreta; troféus; placas de homenagem; distintivos; camisetas personalizadas; ecobags; fitas para crachá; cubo de cristal; caneta e garrafa, novos e para primeiro uso.

DATA DA ABERTURA: 10/07/2025, às 10h.

EDITAL E INFORMAÇÕES: 14º andar do Edifício Anexo I - fone (61) 3216-4906, bem como nos endereços eletrônicos: www.camara.leg.br e www.comprasnet.gov.br.

DANIEL DE SOUZA ANDRADE
Pregoeiro

SENADO FEDERAL
COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 90082/2025

OBJETO: Contratação de leiloeiro para a prestação de serviços de alienação de bens móveis de propriedade do Senado Federal, por meio de licitação na modalidade leilão público, utilizando plataforma eletrônica de leilão on-line.
ABERTURA: 11/07/2025, às 09h30, pelo sistema Compras.gov.br.
EDITAL E INFORMAÇÕES: **www.senado.leg.br** (Portal da Transparência do Senado Federal/Licitações e Contratos), **www.compras.gov.br** ou na COPEL, Bloco de Apoio 16, 1º andar, telefone (61) 3303-3036.

MARCUS VINÍCIUS DE MIRANDA CASTRO
Pregoeiro



SENADO FEDERAL
COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 90081/2025

OBJETO: Alienação de aparas de papéis branco, mistos e chapas de alumínio, com o recolhimento destes materiais inservíveis nas dependências do Senado Federal.
ABERTURA: 10/07/2025, às 09h30, pelo sistema Compras.gov.br.
EDITAL E INFORMAÇÕES: **www.senado.leg.br** (Portal da Transparência do Senado Federal/Licitações e Contratos), **www.compras.gov.br** ou na COPEL, Bloco de Apoio 16, 1º andar, telefone (61) 3303-3036.

FELIPE GUIMARÃES CÔRTES
Pregoeiro

EXÉRCITO BRASILEIRO
11º DEPÓSITO DE SUPRIMENTO

MINISTÉRIO DA **DEFESA**



AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 90006/2025

OBJETO: Registro de preços para aquisição de material permanente (prensa e empilhadeira) e de consumo (saco de ráfia "bigbag") para atender o 11º Depósito de Suprimento.

FORNECIMENTO (GRATUITO) DE EDITAL E INFORMAÇÕES: a partir do dia 25 de junho de 2025, no sítio http:www.comprasnet.gov.br ou na sede do 11º Depósito de Suprimento, à Av. Duque de Caxias S/N, SMU, Brasília-DF – CEP 70.630-000, ou solicitado por telefone (61) 2035-2804 – e-mail: salc@11dsup.eb.mil.br. ENTREGA DAS PROPOSTAS: a partir de 25/06/2025 às 08h00 no site www.gov.br/compras. ABERTURA DAS PROPOSTAS: **Às 08:00 horas** (horário de Brasília), do dia **04 de julho de 2025**, no mesmo endereço acima.

SECRETARIA EXECUTIVA

MINISTÉRIO DE **MINAS E ENERGIA**



AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 90260/2025 MME – UASG 320004

NUP: 48340.001117/2025-42. Pregão Eletrônico nº **90260/2025.** Objeto: Contratação de serviços de vigilância desarmada de arma letal, patrimonial, diuturnamente (períodos diurno e noturno), de forma contínua, com dedicação exclusiva de mão de obra, com a disponibilização de trabalhadores das categorias de vigilante e supervisor, em lote único, com fornecimento dos materiais acessórios, para atender as necessidades do Ministério de Minas e Energia, sediado no Bloco "U" da Esplanada dos Ministérios, em Brasília/DF, conforme condições e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. Total de itens licitados: 1. **Edital: 26/06/2025** das 9h às 12 h e das 14h às 17h, **Abertura das Propostas: 11/07/2025, às 10h00**. **Local:** www.gov.br/compras.

Maria José Soares Menon
Pregoeira/Agente de Contratação

Eufrázio

VENDER, COMPRAR, ALUGAR, CONTRATAR, DIVULGAR

O Classificados do Correio Braziliense é o lugar ideal para quem deseja fazer um bom negócio!



Entre em contato para maiores informações

61 98167-9999



Siga-nos nas redes sociais e acompanhe todas as novidades e promoções

 **Instagram:** @classificadoscb

 **Facebook** @classificadoscb